

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA, E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DE
SÃO PAULO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCICIO DE 2011

MARÇO 2012

MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA, E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DE
SÃO PAULO

RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

SÃO PAULO, MARÇO/2012

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e do Abastecimento
SFA	Superintendência Federal de Agricultura
DDA	Divisão de Defesa Agropecuária
UTRA	Unidade Técnica Regional de Agricultura
SIPOA	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SIPOV	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SSA	Serviço de Saúde Animal
SSV	Serviço de Sanidade Vegetal
SEFIP	Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários
SEFIA	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas
DPDAG	Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário
SESAG	Serviço de Suporte Agropecuário
SVA	Serviço de Vigilância Agropecuária
SVA/SNT	Serviço de Vigilância Agropecuária no Porto de Santos
SVA/GRU	Serviço de Vigilância Agropecuária no Aeroporto Internacional de Guarulhos
SVA/VCP	Serviço de Vigilância Agropecuária no Aeroporto Internacional de Viracopos
UVAGRO	Unidade de Vigilância Agropecuária
EQC	Estação Quarentenária de Cananéia
DAD	Divisão de Apoio Administrativo
FFA	Fiscal Federal Agropecuário
FFA MV	Fiscal Federal Agropecuário Médico Veterinário
FFA EA	Fiscal Federal Agropecuário Engenheiro Agrônomo
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário
IN	Instrução Normativa
RP	Restos a Pagar
SIPLAN	Sistema de Planejamento
SIAFI	Sistema de Administração Financeira
SIF	Serviço de Inspeção Federal
APPCC	Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
BPF	Boas Práticas de Fabricação
PPHO	Procedimentos Padrão de Higiene Operacional
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
OMS	Organização Mundial de Saúde
DIPOA	Divisão da Inspeção de Produtos de Origem Animal
INSPANIMAL3	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
PADCLASSIF	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
IPVEGETAL2	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
FISCORGEN	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

FISCPLANTA2	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos
FISCANIMAL2	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos
VIGIFITO	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos
ERRADMOSCA	Erradicação da Mosca da Carambola
PCEVEGETAL	Prevenção e Controle de Pragas dos Vegetais e suas partes
VIGIZOO	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e insumos
FEBREAFTOSA	Erradicação da febre aftosa
PCEANIMAL	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
FISCGENE	Fiscalização de Material Genético Animal
FISPROVET	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
FISFECOI	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
FISCALSEM	Fiscalização de Sementes e Mudanças
FISAGROTOX	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
FISCAGRIC	Fiscalização de Serviços Agrícolas
FISCINAN	Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal
RASTREAB	Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar
DESENGORG	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica
CETORGAN	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
GAPSUCRO	Gestão e Administração do Programa
PRODESA	Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário
MANUTSFAs	Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
CF	Certificação Fitossanitária
SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
CDA	Coordenadoria de Defesa Agropecuária da SAA
PNSA	Programa Nacional de Sanidade Avícola
PNSS	Programa Nacional de Sanidade Suídea
RENASEM	Registro Nacional de Sementes
SISBOV	Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos
ERA	Estabelecimento Rural Aprovado
UP	Unidade de Produção
LI	Licença de Importação
CE	Comunidade Européia
RT	Responsável Técnico pela Ação
MEGP	Modelo de Excelência e Gestão Pública
SIGSIF	Sistema de Informações Gerenciais do SIF
RIISPOA	Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal

SI	Certificado Sanitário Internacional
PAFI	Programa Auxiliar de Fiscalização e Inspeção
ER	Estabelecimentos Relacionados
AAAs	Agentes de Atividades Agropecuárias
POA	Plano Operativo Anual
SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SIGVIG	Sistema de Informações Gerenciais do Vigiagro
SICASQ	Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais, seus Produtos, Sub Produtos e Derivados para a Certificação da Segurança e Qualidade

SUMÁRIO

Identificação	06
Introdução	07
Responsabilidades Institucionais	09
Competência Institucional	09
Objetivos Estratégicos	09
Estratégia de Atuação frente às responsabilidades institucionais	11
Análise do andamento do Plano Estratégico	11
Análise do Plano de Ação	11
Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	13
Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	13
INSPANIMAL3	13
PADCLASSIF	23
IPVEGETAL	27
RESIDUOS	31
FISCORGEN	34
Programa 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária	36
FISCPLANTA	36
FISCANIMAL	40
VIGIFITO	45
ERRADMOSCA	48
PCEVEGETAL	50
VIGIZOO	53
FEBREAFTOSA	55
PCEANIMAL	58
Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	73
FISCINAN	73
FISCGENE	80
FISPROVET	82
FISFECOI	85
FISCALSEM	91
FISAGROTOX	96
FISCAGRIC	101
Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	103
RASTREAB	103
CETORGAN	107
Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia	109
GAPSUCRO	109
Programa 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Biodiversidade	110
DESENORG	110
Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	112
Programa: 0750 – Apoio Administrativo	114
Desempenho Orçamentário/Financeiro	120
Inscrição de Restos a pagar no Exercício e saldos de Exercícios Anteriores	123
Informações sobre a Composição de Recursos Humanos	123
Informações sobre Transferências no Exercício	129
Declaração dos sistemas SIASG e SICONV	132
Informações sobre o cumprimento da Lei 8730/1993	132
Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	132
Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental	134
Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ	135
Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	137
Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal	138
Informações sobre as providências adotadas para atender as deliberações do TCU	138
Declaração do Contador Responsável pela UJ	144
Conclusão	145
Anexo 1 – Organograma	146
Anexo 2 – Mapa Estratégico	147
Índice das Tabelas	148

1. Identificação

1.1 Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento		
Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo – SFA/SP	
Código SIORG: 2783	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 130067
Situação	Ativo	
Natureza jurídica	Órgão Público	
Principal Atividade: Regulamentação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura		
Telefone/Fax	11-3284.6544	11-3284.6044
Endereço Eletrônico:	gab-sp@agricultura.gov.br	
Página institucional na <i>internet</i>	www.agricultura.gov.br	
Endereço Postal	Rua Treze de Maio, 1558 –Bela Vista – São Paulo/SP-CEP 01327-002	
Vinculação ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	
Normativos de criação e alteração da UJ	Norma de criação: Lei Delegada nº 09, de 11/10/1962; Norma que estabelece a estrutura: Decreto 7.127 de 04/03/2010 Regimento Interno: Portaria Ministerial n.º 428, de 09/06/2010	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura		
Unidades gestoras relacionadas à UJ	Nome	Código
	SFA/SP/FUNCAFE	130167
	PESCA	130008

Introdução

"Nada de esplêndido jamais foi realizado, exceto por aqueles que ousaram acreditar que algo dentro deles era superior às circunstâncias."

Bruce Barton

Novo governo, novos desafios

O agronegócio brasileiro manteve sua trajetória ascendente em 2011 atingindo novos patamares de produção e de exportação. A safra agrícola atingiu a marca de 162,9 milhões de toneladas de grãos (safra 2010/2011) superando em 9,2% o volume da safra anterior, em grande parte pelo aumento da produtividade em decorrência da utilização de novas tecnologias.

No papel de segundo maior exportador mundial de produtos agropecuários, o Brasil auxiliou o abastecimento de mais de 200 países, sobretudo europeus e asiáticos. As exportações desses produtos alcançaram US\$ 94,6 bilhões, gerando um superávit setorial de US\$ 77,5 bilhões de dólares.

Estes dois macros indicadores explicitam o grau de efetividade da atuação operacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, e particularmente desta Superintendência Federal de Agricultura – SFA/SP - Unidade Executora (UG) atuante no espaço territorial que concentra as atividades produtivas responsáveis pela geração de 44% do PIB do agronegócio, e que reúne cerca de 80% do total de empresas de insumos, produtos e serviços e a maioria das indústrias de alimentos e bebidas. Ademais, comanda a Vigilância Agropecuária Internacional no maior complexo de entrada e saída do comércio internacional brasileiro, representado pelo Porto de Santos e pelos aeroportos de Guarulhos e Viracopos.

O ano de 2011 foi marcado pelas novas orientações de política econômica e de política fiscal, com grandes restrições orçamentárias e de contenção nos gastos do setor público, principalmente no primeiro semestre, e a SFA/SP, a exemplo de outros órgãos federais, teve que se adaptar a essa nova realidade e encontrar formas de atuação que permitissem cumprir sua missão institucional, e executar plenamente os Planos Operativos traçados para 2011.

Por outro lado, grande esforço foi feito para apoiar o setor produtivo e o setor exportador do agronegócio, que tiveram que enfrentar um cenário externo adverso, de novas barreiras impostas para as exportações, a valorização cambial do Real frente às outras moedas, mudança significativa na política fiscal, refletida na acentuada queda da taxa de crescimento do PIB, que dos 7,5% alcançados em 2010, caiu para menos de 2,8% em 2011.

Para fazer frente a esses desafios, a SFA/SP articulou mudanças nas atividades de inspeção e fiscalização, desenvolveu melhorias na gestão de procedimentos e na ampliação do uso tecnologia da informação. Não sofreu solução de continuidade, o esforço que tem sido empreendido, nos últimos anos, de modernização nos sistemas informatizados de atuação.

Os resultados que serão apresentados neste Relatório Gestão, indicam o esforço de nosso corpo funcional, liderados pela Alta Administração, que valorizando adequadamente as atividades de planejamento estratégico e a cultura do planejamento operacional, sempre avaliado e constantemente realinhado, conseguiu atingir a contento o cumprimento de sua missão institucional.

A SFA-SP tem seu corpo funcional estruturado segundo os ditames da Portaria Ministerial 428/2010, que estabelece a estrutura organizacional, e o regimento de atuação. O Superintendente tem sob seu comando direto, as chefias de Unidades Técnicas Regionais, o Serviço de Planejamento e Acompanhamento das Ações, a Divisão de Apoio Administrativo

e as duas Divisões Técnicas – Divisão de Defesa Agropecuária - DDA e a Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG.

A DDA tem sob sua responsabilidade, por meio da inspeção e fiscalização agropecuária (Programas PPA 0356 e 0357), manter a qualidade de alimentos, bebidas alcoólicas e não alcoólicas e insumos (fertilizantes, agrotóxicos, vacinas, etc.).

A DPDAG é a responsável pela condução estadual das ações referentes às 17 ações orçamentárias a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, tais como o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio, Programa de Agroenergia, de Produção Integrada, de Agricultura Orgânica e de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), parcerias institucionais, programa lavoura pecuária (Programas PPA 0375, 1142 e 6003).

Finalmente, a Divisão de Apoio Administrativo tem como competência regimental, a gestão orçamentária e financeira, a gestão de pessoas, a gestão de patrimônio e de veículos e todas as ações de apoio as ações das áreas técnicas e da administração como um todo ((Programa PPA 0750).

O RG da SFA/SP-2011 está estruturado e itemizado de acordo com os dispositivos específicos do TCU, destacando-se a abordagem global da execução dos cinco principais programas – inseridos no PPA 2008/2011 – e das 22 ações com gerenciamento da SFA/SP, de forma a agrupar por programa, as informações relativas ao desempenho operacional de cada unidade, sustentadas por indicadores, metas, índice de cumprimento das metas.

Optou-se na formatação deste RG, devido ao número de páginas antecedendo à introdução, sem prejuízo de informação ou entendimento, pela colocação do glossário de siglas e da relação de tabelas no final do documento.

Por se tratar de uma unidade descentralizada da administração direta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os quadros: A.2.4-Programação de Despesas Correntes, A.2.5 – Programação de Despesas de Capital, A.2.6 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência, A.2.9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa, A.2.10 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa; e os Itens: 3-Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Crédito, 14-Renúncia Tributárias, deixam de ser abordados neste RG, uma vez que não se aplicam à SFA/SP.

Devem ser destacados como principais realizações de 2011 o grau de aferição da qualidade de produtos de origem animal (carnes, pescados, laticínios, ovos, mel, material genético, produtos veterinários, alimentos para animais) e produtos de origem vegetal (bebidas, classificação de produtos vegetais), o controle de pragas e doenças (sigatoka negra, febre aftosa, cancro cítrico, brucelose, tuberculose), e fiscalização da produção de insumos agropecuários (vacinas, agrotóxicos, produtos veterinários, fertilizantes, sêmen), disseminação de práticas sustentáveis de produção, agricultura orgânica, vigilância agropecuária internacional em porto e aeroportos.

As principais dificuldades enfrentadas no exercício na execução das atividades:

1. Força de trabalho (técnica e administrativa) insuficiente para atender a crescente demanda por serviços, com reflexos notadamente nas áreas do SIF (onde há obrigatoriedade de inspeção permanente) e na Vigilância Agropecuária Internacional,

2. Limitações impostas pela falta de substituição da mão de obra da área meio que tem se aposentado nos últimos anos.

No exercício orçamentário de 2012, a SFA/SP se pautará pelo PPA 2012-2015 que contempla uma nova sistemática de atuação.

Em termos da gestão do atendimento, está sendo concluído um novo sistema de tráfego das informações, para aumentar a velocidade de transmissão e reduzir os custos de comunicação entre as bases físicas da SFA/SP. Como meta mobilizadora estamos mantendo a perspectiva de redução dos gastos de custeio em 5%.

A SFA/SP congrega em seu corpo funcional uma equipe técnico-administrativa multidisciplinar, cuja equipe de trabalho é de 1147 pessoas, com destaque para a Carreira de Estado de Fiscais Federais Agropecuários – agrônomos, veterinários, zootecnistas, químicos, farmacêuticos - que exercem um trabalho finalístico efetivo para garantir a qualidade dos produtos sob a sua inspeção e fiscalização.

Os resultados focalizados neste RG se tornam mais expressivos diante da constatação de que tivemos como foco o desenvolvimento sustentável do agronegócio e a segurança alimentar, visando a saúde, a qualidade de vida da população e a competitividade do agronegócio brasileiro. Fatores que, pelo significado do trabalho realizado, enchem de orgulho, em especial, toda a equipe técnico-administrativa da SFA/SP.

2.1 Responsabilidades Institucionais da SFA/SP:

2.1.1. Competência Institucional: a SFA/SP é uma unidade descentralizada do MAPA. Foi criada em decorrência da reestruturação das antigas Coordenações Regionais do Ministério da Agricultura, por força da Lei Delegada nº 9 de 11 de outubro de 1962, tendo suas atribuições atuais definidas pela Portaria Ministerial 428/2010.

É de sua competência institucional a execução das políticas públicas, programas, ações que são desenvolvidas através dos macro processos: Registros de Estabelecimentos e Produtos, Inspeção e, Fiscalização Higiênico-Sanitária-Industrial de Produtos de Origem Animal e Vegetal, Fomento à Produção Sustentável e Liberação de Produtos.

No item 2.3 – Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade – estão identificados os tipos de programas, objetivos, responsáveis, beneficiários bem como a execução e o conjunto de resultados das principais ações dos programas de responsabilidade da SFA/SP que contribuíram para o alcance dos objetivos setoriais do Mapa no exercício.

2.1.2 Objetivos Estratégicos: Os objetivos e metas institucionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, estão inseridos no Plano Plurianual, PPA, no Plano Estratégico e consolidados no Orçamento Anual aprovado pelo Congresso Nacional. Contemplam os programas, projetos e as ações prioritárias.

A estratégia de atuação do MAPA, em termos de administração direta e indireta, foi estabelecida pelas suas lideranças, a partir da missão – Promover o Crescimento Sustentável do Agronegócio em Benefício da Sociedade - de forma conjunta e participativa visando a atender as suas competências legais como órgão gestor responsável pelas políticas agrícolas (produção, fomento, armazenagem, comercialização, abastecimento, defesa e inspeção agropecuária, pesquisa, agroenergia, cooperativismo e promoção internacional).

As estratégias do Ministério da Agricultura e da SFA/SP para alcançar sua missão e visão institucionais foram sintetizados em um documento denominado Mapa Estratégico (ver Anexo II) que é a representação gráfica dos 18 objetivos estratégicos distribuídos em perspectivas de análises de pessoas, aprendizado e crescimento, processos internos e agronegócio, parceiros e sociedade. Associam-se a estes objetivos estratégicos, os indicadores de desempenho e metas.

Na figura 2.2.2, pode-se acompanhar a correspondência entre estratégias da SFA/SP (desdobramento das estratégias da gestão estratégica do MAPA), objetivos estratégicos, iniciativas do plano de ação e o correspondente alinhamento.

Relação entre Estratégias da SFA/SP, Objetivos Estratégicos, Iniciativas do Plano de Ação e o Alinhamento			
Estratégias da SFA/SP	Objetivos Estratégicos	Iniciativas Planos de Ação	Alinhamento das ações
Garantir produtos e serviços de qualidade	- oferecer produtos sadios à sociedade - melhorar a imagem da organização - atender requisitos legais - garantir a segurança alimentar	- realizar de auditorias/inspeções/fiscalizações - implantar ações decorrentes de auditorias - elaborar POPs - monitorar IDS	- Metas do PPA - Missão e Visão institucionais - Plano Operativo Anual, POA - Resultados Estratégicos
Promover a disseminação de conhecimentos e tecnologias	- impulsionar o desenvolvimento - medir o impacto da atuação - estimular a agregação de valor à agropecuária - garantir acesso a TI	- realizar reuniões, seminários, palestras e cursos - Promover benchmarking - Participar de eventos	- Missão e Visão Institucionais - POA
Fortalecer a gestão estratégica	- aumentar a eficiência e eficácia dos trabalhos - simplificar processos. - promover a cultura da excelência	- implantar sistemas de gestão da Qualidade	- Metas MAPA - Visão de futuro - POA
Disseminar informações	- melhorar o entendimento entre as partes interessadas - criar mecanismos seguros para tomada de decisão - sistematizar a Comunicação	- promover reuniões periódicas com as às partes interessadas - Promover a descentralização das decisões	- Modelo de Excelência em Gestão Pública MEGP - Mapa Estratégico
Valorizar e reconhecer o trabalho dos servidores	- estimular o envolvimento e o comprometimento dos servidores - - incentivar o comprometimento com os valores e o comportamento ético	- gerenciar de forma matricial a participação das pessoas nos processos organizacionais - buscar novos critérios de avaliação	-Visão de futuro
Garantir a satisfação do cliente/cidadão/sociedade	- atender à missão e visão de futuro		- Metas do Mapa

	- dar maior rapidez ao atendimento com ações de desburocratização, descentralização	- realizar pesquisa de satisfação de clientes	- Missão institucional e visão de futuro - POA
Incentivar a agropecuária paulista a adotar as ferramentas da qualidade	- elevar o grau de eficiência do segmento - buscar parcerias para adoção de novas tecnologias (APPCC, BPF e PPHO) - melhorar a competitividade no agro-negócio	- realizar convênios com órgãos públicos e entidades de classe - incentivar a realização de cursos e seminários	- Missão - POA

2.2. Estratégia de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais

Análise do andamento do Plano Estratégico: Para as avaliações do alcance dos objetivos são utilizados os indicadores de desempenho, as informações produzidas pelos programas do PPA de competência do MAPA e os dados coletados junto aos diferentes setores envolvidos. Em razão de mudanças nos cenários interno e externo, as estratégias foram atualizadas, revistas, resultando na segunda versão do Plano Estratégico, mais ajustada com os requisitos e as necessidades da cadeia produtiva do agronegócio e da sociedade.

Destacam-se os seguintes resultados já alcançados pela gestão estratégica do MAPA: a) implantação da gestão por processos, com o mapeamento e melhoria de diversos processos de trabalho; b) maior integração e sincronia entre as estratégias do Mapa e os instrumentos de gestão governamental; c) gestão efetiva da execução e avaliação das estratégias formuladas; d) fortalecimento das ações de valorização do servidor, como o projeto de melhoria da sua qualidade de vida; e) implantação de instrumentos de comunicação interna, melhorando sobremaneira a comunicação da instituição com os seus servidores; f) ampliação e melhoria das ações de promoção internacional do agronegócio; g) desdobramento da gestão estratégica nas Unidades Descentralizadas.

Análise do andamento do Plano de Ação: na SFA/SP as ações são agrupadas em Planos Operativos Anuais, com apresentação e justificativa, estratégias, metas, indicadores, responsáveis e cronograma de execução física e financeira, de acordo com as competências regimentais de cada unidade. Em 2011, a SFA/SP acompanhou, com monitoramento, o andamento e a execução de 21 planos descentralizados e 4 centralizados (ver Item 2.3).

Cabe ao dirigente maior da SFA/SP – o Superintendente Federal – a responsabilidade primária pela execução dos planos de ação de toda a SFA/SP, ficando a cargo dos chefes das divisões, serviços e responsáveis técnicos a responsabilidade secundária.

Semanalmente a Alta Administração – composta pelo Superintendente, seu substituto, chefes das divisões – se reúne com as chefias dos serviços técnicos, para Análise Global do Desempenho e Análise Crítica do Desempenho, ocasião em que é monitorado o andamento de cada plano em execução, e as dificuldades encontradas. Trata-se de um sistema colegiado que alicerça a tomada de decisões pela liderança executiva, com reflexos na melhoria da gestão.

Os resultados alçados no exercício (item 2.3) contribuíram para o alcance dos objetivos setoriais do MAPA

2.3. PROGRAMAS

Os principais programas da SFA/SP são:

2.3.1. Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

2.3.2. Programa 0357 – Segurança na Sanidade na Agropecuária

2.3.3. Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

2.3.4. Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

2.3.5. Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia

2.3.6. Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

2.3.7. Programa: 0750 – Apoio Administrativo

2.3.1 - Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Descrição do Programa:

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Garantir a Segurança Alimentar
Objetivo Específico	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores
Responsável pelo Programa	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - SIPOV Serviço de Saúde Animal - SSA
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidores.

PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

2.3.1.1. - Ação 8938 – INSPANIMAL3- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos co-

merciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.

Unidade Executora Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/DDA/SFA-SP

As atividades executadas ou programadas pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA) nos estabelecimentos registrados ou relacionados que comercializam produtos de origem animal (carne, leite, ovos, mel e pescado), de acordo com o previsto nas Leis nº 1.283/50 e 7.889/89 e no Decreto nº 30.691/52, têm por objetivo contribuir para garantir o nível de proteção adequado aos consumidores, assegurando a inocuidade, a qualidade e a identidade desses produtos.

As ações citadas acima são gerenciadas pela Ação denominada INSPANIMAL3. Para essa Ação, dentro do SIPLAN – Sistema de Informações de Planejamento, o indicador que cabe ao SIPOA é a quantificação do produto “estabelecimento inspecionado”, que retrata o número absoluto de estabelecimentos registrados/inspecionados pelo Serviço Inspeção Federal (SIF).

Abordando esse indicador, dentre os aproximadamente 3.300 estabelecimentos registrados no Brasil, apresentamos:

Quantitativo de Estabelecimentos Registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF)					Tabela 1
Categoria/Classe	2007	2008	2009	2010	2011*
Matadouro-frigorífico Bovino/ Suíno e outros	61	60	63	52	58
Matadouros de aves e coelhos	48	49	47	46	38
Entrepasto Frigorífico	35	36	51	53	56
Entrepasto de Carnes e Derivados	116	101	100	109	96
Fábrica de Conserva	116	116	126	114	114
Fábrica de Produtos Não Comestíveis	35	36	38	45	44
Fábrica de produtos suínos	02	02	02	02	01
Apiário	*	*	*	04	03
Entrepasto de Mel e Cera de Abelhas	70	67	62	61	50
Fábrica de Produtos Gordurosos	06	06	02	07	06
Entrepasto de Pescados	36	35	37	40	43
Fábrica de Conservas de Pescados	13	11	11	11	13
Barco Fábrica	02	02	01	01	0
Entrepasto de ovos	54	55	51	55	43
Fábrica de Conservas de Ovos	13	17	19	16	19
Usina de Beneficiamento	41	40	25	43	39
Fábrica de Laticínios	82	78	96	81	72
Entrepasto de Laticínios	*	*	*	20	17
Entrepasto Usina	*	*	*	04	04
Posto de Coagulação	*	*	*	02	02

Granja Leiteira	02	04	03	03	03
Posto de Recebimento	*	*	*	01	01
Posto de Refrigeração	14	17	20	18	17
Fábrica de Coalho e coagulantes	02	02	0	0	0
Total por classificação/ categoria	748	734	754	788	739
Total geral de estabelecimentos	700	696	706	740	683

* dados sujeitos a alteração ** -dados não disponíveis.
Fonte: SIGSIF/MAPA,

Se observarmos a linha referente ao total geral de estabelecimentos, a somatória é diferente do da linha referente ao total de estabelecimentos por classificação/ categoria. Este fato ocorre devido ao fato de que há estabelecimentos que abrangem mais de uma classificação/categoria.

Adicionalmente ao indicador acima, o SIPOA, por desenvolver também ações de inspeção / fiscalização em estabelecimentos relacionados (ER), apresenta:

Quantitativo de Estabelecimentos Relacionados (ER)					Tabela 2
	2007	2008	2009	2010	2011*
Granja Avícola	230	210	195	190	183
Estábulo leiteiro	952	952	812	2101	2093
Casa Atacadista	332	309	311	319	328
Cestas de Alimentos e Similares	56	36	39	51	58
Apiário	04	03	03	08	07
Curtume	*	*	*	20	20
Total	1574	1510	1360	2689	2689

* dados sujeitos a alteração Fonte: SIGSIF/MAPA,

A diferença de estabelecimentos de 2009 para 2010 se deu por refinamento dos dados apurados e pelo processo contínuo de revalidação dos títulos de relacionamento.

Embora estivesse previsto um programa de atualização dos dados desses estabelecimentos para ser iniciado em meados de 2011, o mesmo não pôde ser implantado por restrições de caráter técnico-administrativo.

O referido programa de atualização se encontra atualmente sob avaliação da autoridade da SFA/SP e, se aprovado, será implantado e concluído em abril de 2012 o que contribuirá para a obtenção de dados mais consistentes.

O SIPOA possui suas atribuições definidas na Portaria nº 428/2010, em seu Artigo nº 18, e desempenha ou gerencia outras tarefas, além das atividades de fiscalização/ inspeção rotineiras em estabelecimentos, cujos resultados não são contabilizados diretamente no SIPLAN, mas por possuírem relevância estão resumidamente citadas abaixo:

Indicadores de Desempenho			Tabela 3
Tipo do Indicador	Descrição	Mnemônico	Fórmula do indicador
Eficácia	Conformidade de análises laboratoriais de produtos de origem animal e água	IQ cal =	$\frac{\text{Nº de amostras em conformidade} \times 100}{\text{Nº total de amostras verificadas}}$
Eficácia	Achados em abate de cisticercose em bovinos	IQ acb =	$\frac{\text{Nº de achados de cisticercose em bovinos} \times 100}{\text{Nº total de bovinos abatidos}}$
Eficácia	Achados em abate de tuberculose em bovinos	IQ atb =	$\frac{\text{Nº de achados de tuberculose em bovinos} \times 100}{\text{Nº total de bovinos abatidos}}$

Eficácia	Achados em abate de cisticercose em suínos	IQ acs =	$\frac{\text{Nº de achados de cisticercose em suínos} \times 100}{\text{Nº total de suínos abatidos}}$
Eficácia	Achados em abate de tuberculose em suínos	IQ ats =	$\frac{\text{Nº de achados de tuberculose em suínos} \times 100}{\text{Nº total de suínos abatidos}}$
Eficácia	Achados em abate de pneumonia em suínos	IQ aps =	$\frac{\text{Nº de achados de pneumonia em suínos} \times 100}{\text{Nº total de suínos abatidos}}$
Eficácia	Achados em abate de ascite em aves	IQ aaa =	$\frac{\text{Nº de achados de ascite em aves} \times 100}{\text{Nº total de aves abatidas}}$
Eficácia	Achados em abate de aerossaculite em aves	IQ ara =	$\frac{\text{Nº de achados de aerossaculite em aves} \times 100}{\text{Nº total de aves abatidas}}$
Eficácia	Supervisões realizadas no ano	IQ sra=	$\frac{\text{Nº total de supervisões realizadas em estabelecimentos} \times 100}{\text{Nº total de supervisões programadas por ano}}$
Capacidade	Processos administrativos analisados e tramitados no ano	IP paa =	$\frac{\text{Nº processos administrativos analisados}}{\text{Ano}}$
Capacidade	Rótulos analisados e tramitados no ano	IP raa =	$\frac{\text{Nº rótulos analisados}}{\text{no}}$
Capacidade	Requerimento de Anuência de Importação de Produtos de Origem Animal analisados no ano	IP ria =	$\frac{\text{Nº requerimentos analisados}}{\text{Ano}}$

Um dos indicadores de eficácia das ações desenvolvidas são as informações relativas às análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos de origem animal e da água de abastecimento utilizada pelas empresas. As amostras são coletadas por servidores do Serviço de Inspeção Federal nos estabelecimentos, seguindo uma programação anual divulgada pelo SIPOA, ou diretamente no consumo, em reinspeções de varejo, conforme previsto no Artigo nº 848, do Decreto nº 30.691/52.

Índice de conformidade das análises laboratoriais em produtos de origem animal e de água de abastecimento – IQ Cal					Tabela 4
Ano	2007	2008	2009	2010	2011*
Total Conforme	3.134	11.087	47.631	68.831	75.202
IQ Cal %	90,0	94,0	96,5	97,19	96,67

* dados sujeitos a alteração Fonte: SIGSIF/MAPA,

O IQ cal demonstra qual a porcentagem das amostras de produtos de origem animal e de água de abastecimento coletadas oficialmente se apresentaram em conformidade com os padrões da legislação vigente, co-validando os processos produtivos inspecionados.

Para o ano de 2011 foram avaliados cerca de 77.790 resultados, com 75.202 resultados considerados como conformes (96,67%) e 2.588 resultados considerados como não conformes. Em relação aos dados de 2010, em razão do aperfeiçoamento do sistema de contabilização de resultados, que detecta a dupla contagem, os dados tiveram que ser retificados obtendo-se um valor de 70.820 resultados totais avaliados, sendo que 1.989 se apresentaram não conformes de acordo com os parâmetros da legislação vigente.

As avaliações das análises laboratoriais compreendem desde o aspecto nutricional até o aspecto de combate a fraude econômica como a adição de água acima do permitido em leite, aves e pescado.

Ainda no campo de análises laboratoriais o SIPOA tem um papel fundamental no Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC do Brasil. Além de participar ativamente da colheita de amostras de produtos de origem animal, gerencia todos os resultados podendo ou não sequestrar os produtos para avaliação e investigação dos motivos da violação conforme preconizado na Instrução Normativa nº 42/99, Instrução Normativa nº 24/09, Portaria nº 53 e nº 396/2009/SDA. Em 2011 foram sorteadas mais de 4.365 amostras para serem coletadas pelo Serviço Oficial, representando 17,50% do total sorteado no país.

Zoonoses em abates de animais (IQ acb, IQ atb, IQ acs e IQ ats)

Atualmente o Serviço possui equipes de Fiscais Federais Agropecuários (com formação em Medicina Veterinária), e Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal atuando na inspeção *ante* e *post mortem*, previstas no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA, aprovado pelo Decreto nº 30.691/52. No interior dos 70 (setenta) matadouros-frigoríficos ativos no Estado de São Paulo, registrados no SIF, cada animal destinado ao abate é inspecionado.

As atividades de inspeção sanitária são importantes não só para o diagnóstico das doenças relacionadas à saúde animal que pautam as políticas públicas de prevenção e controle sanitários, mas, sobretudo, representam a mais efetiva barreira no controle de zoonoses e preservação da saúde pública.

Nesse contexto o SIPOA, evitou que carcaças bovinas e suínas portando cisticercose e lesões de tuberculose, chegassem diretamente ao consumidor. Portanto, as ações de inspeção contribuíram efetivamente para promoção da saúde pública, mediante diminuição do risco da tuberculose zoonótica e risco da doença humana associada ao complexo *teníase-cisticercose*.

Em 2011 mais de 742.568.813 de animais foram abatidos e submetidos à inspeção *ante* e *post mortem* em estabelecimentos sob SIF conforme segue:

Número de animais abatidos e inspecionados pelo SIF em SP					Tabela 5
Espécie	2007	2008	2009	2010	2011*
Bovinos	4.111.849	3.465.555	3.249.868	3.037.020	2.877.315
Suínos	1.694.033	1.479.253	1.491.758	1.648.666	1.490.900
Aves	716.101.319	723.269.000	648.978.986	670.876.964	738.168.452
Ovinos	9.538	8.301	21.308	30.273	32.146
total	721.916.739	728.222.109	653.741.920	675.592.923	742.568.813

* dados sujeitos a alteração Fonte: SIGSIF/MAPA.

ANO	Nº de bovinos abatidos	Nº de suínos abatidos	Nº de carcaças detectadas				Tabela 6			
			Cisticercose Bovina	IQ acb %	Tuberculose bovina	IQ atb %	Cisticercose Suína	IQ acs %	Tuberculose Suína	IQ ats %
2007	4.111.849	1.694.033	128.062	3,114	9.549	0,232	0	0,000	14	0,001
2008	3.465.555	1.479.253	105.052	3,031	9.118	0,263	0	0,000	7	0,000
2009	3.249.868	1.491.758	84.659	2,605	8.226	0,253	0	0,000	16	0,001
2010	3.037.020	1.648.666	84.927	2,796	9.975	0,328	0	0,000	54	0,003
*2011	2.877.315	1.490.900	78.543	2,730	6.690	0,233	9	0,001	40	0,003

* dados sujeitos a alteração Fonte: SIGSIF/MAPA.

O índice IQ acb, que avalia os achados de cisticercose bovina, no ano de 2010 superou o de 2009 sugerindo início de uma tendência de alta, invertendo o demonstrado na sequência de valores de 2007 a 2009, entretanto essa tendência não se confirmou em 2011. O índice IQ atb, que avalia os achados de tuberculose bovina, apresentou queda no ano de 2011, em relação ao ano anterior. A implantação efetiva de sistema de confirmação de diagnóstico por análise laboratorial pode ter influenciado esse índice, embora os dados ainda sejam parciais.

Já em relação ao abate de suínos, o IQ acs para o ano de 2011 não seguiu a tendência dos últimos quatro anos, foram detectadas nove carcaças suínas indicando cisticercose duran-

te os procedimentos de *post mortem*. Por meio dos dados estatísticos o matadouro sob SIF foi localizado e foram solicitadas as Guias de Trânsitos Animal (GTA) que acompanharam esses animais para providências futuras nas propriedades de origem junto ao Serviço de Saúde Animal – SSA/DDA/SFA-SP.

O índice IQ ats no ano de 2011 permaneceu com o mesmo valor do ano de 2010.

Outros índices que avaliam a eficácia dos trabalhos da inspeção *post mortem* podem ser verificados como por exemplo: o IQ aps (que avalia o número de carcaças suínas portando sinais de pneumonia), o IQ aaa e IQ ara (que avaliam o número de carcaças de aves portando ascite e aerossaculite, respectivamente). Essas enfermidades, em menor grau, também podem ter característica zoonótica.

ANO	Nº de aves abatidas	Nº de suínos abatidos	Nº de carcaças detectadas			Tabela 7		
			Ascite em Aves	IQ aaa %	Aerossaculite em Aves	IQ ara %	Pneumonia Suína	IQ aps %
2007	716.101.319	1.694.033	498.566	0,070	678.375	0,095	1.170	0,069
2008	731.017.335	1.479.253	588.473	0,081	1.036.083	0,142	851	0,058
2009	648.978.986	1.491.758	378.116	0,058	615.146	0,095	1.033	0,069
2010	670.876.964	1.648.666	546.596	0,081	584.540	0,087	903	0,055
2011*	738.168.452	1.490.900	709.146	0,096	748.336	0,101	515	0,035

* dados sujeitos a alteração. Fonte: SIGSIF/MAPA.

O IQ aps apresenta nova queda, em relação aos valores de 2010 podendo sugerir uma melhoria no aspecto de sanidade animal das granjas de suínos.

No IQ aaa aparentemente há uma ocorrência basal de ascite com flutuações anuais em torno de 6 condenações por ascite a cada 10.000 aves abatidas em SP. Para o IQ ara aparentemente não há tendência com flutuações em torno da ocorrência anual de 9 aves com aerossaculite a cada 10.000 aves abatidas em SP. Tais cifras são brutas para todo o Estado e não consideram a diferença na distribuição sazonal das condenações por aerossaculite. A sazonalidade pode tornar as condenações mais expressivas em épocas definidas do ano, levando a orientações preventivas no campo, que serão distintas conforme a localidade.

Durante as atividades de rotina da Inspeção Federal, esporadicamente torna-se necessária a ação fiscal de condenação de determinados produtos que não apresentam condições de consumo humano ou que estejam fora dos padrões legais vigentes.

Antes da citada condenação, os produtos passam por uma reinspeção completa, amparada pelo disposto no artigo nº 878 do RIISPOA vigente, cujo resultado é avaliado pelo Fiscal Federal Agropecuário que julga a destinação adequada caso a caso.

Seguem abaixo as principais causas de condenação por área:

1) Pescado

Os resultados das inspeções evidenciam que as principais causas de condenação do pescado continuam sendo odor estranho e caracteres organolépticos impróprios, em virtude da degradação proteica do pescado quando este é mantido fora das condições ideais de conservação. Grande parte destas condenações ocorrem devido às condições inadequadas de manipulação e armazenamento a bordo. Visando atingir esse objetivo a Assessoria de Pescado do SIPOA centralizou a programação de supervisões em estabelecimentos de Pescados, visando intensificar a verificação da implantação dos programas de autocontrole por parte das empresas, reforçou o correto lançamento dos dados das condenações efetuadas pelo SIF junto ao SIGSIF/MAPA.

O SIPOA iniciará uma revisão prevista para o ano de 2012 com o objetivo de eleger as informações de relevância referente à condenação de pescados com enfoque em pescado fresco.

Condenação de pescados realizada pela Inspeção Federal – Kg								Tabela 8
Animal / Produto	Motivo de Conde-	2007	2008	2009	2010	2011*	Recebimento	

nação							de pescado 2011
File de Peixe Congelado	Odor estranho	1.781	5.510	16.003	9.145	16.400	42.324.991
Peixe Congelado Em Postas	Odor estranho	226	1.320	2.277	905	2.026	39.994.198
Peixe Eviscerado Congelado	Odor estranho	613	2.818	9.116	4.261	5.297	40.279.219
Peixe Inteiro Congelado	Odor estranho	38	816	4.290	639	421	80.643.260
Camarão congelado	Odor estranho	0	1.007	1.723	690	0	8.864.858
Tilápia	Caracteres Organo-lépticos	0	14.504	5.204	9.896	5.709	7.324.021
Truta	Lesão traumática	0	31	0	24	30	149.185
Merluza	Parasitas Musculares	--	--	--	--	600	33.890.928
Outros	Odor estranho	8.838	420	6	2.763	420	393.097
Total condenado		11.496	26.426	38.619	28.323	30.483	

* dados sujeitos a alteração. Fonte: SIGSIF/MAPA,

2) Leite

No ano de 2011 foi verificada a condenação de 1.031.066 litros de leite cru refrigerado (0,085%), dentre os 1.205.115.001 litros declarados como recebidos no SIGSIF/MAPA conforme segue:

Condenação de Leite realizada pela Inspeção Federal					Tabela 9
Causas de condenação de leite cru refrigerado/ quantidade em Litros	2007	2008	2009	2010	2011*
Acidez	127.982	91.311	156.382	859.574	168.402
Aguagem	81.503	93.959	235.264	398.842	263.136
Impurezas	*	*	*	206.678	45.233
Outras causas	312.000	259.980	514.200	529.000	554.295
Total	521.485	445.250	905.846	1.994.094	1.031.066
Total Recebido	363.681.960	568.308.768	914.532.234	1.057.371.895	1.205.115.001

* dados sujeitos a alteração. Fonte: SIGSIF/MAPA,

3) Mel

No ano de 2010, foi verificada a condenação de 1.305 kg de mel contendo impurezas (0,076%), dentre os 1.708.114 Kg declarados no SIGSIF/MAPA como produzidos. Os valores divergem do Relatório de Gestão do ano de 2010 em razão de diferenciação nos métodos de pesquisa dos dados.

No exercício de 2011, foi observada a condenação de 1.200 Kg de mel contendo impurezas, dentre os 1.187.179 Kg declarados no SIGSIF/MAPA.

4) Ovos

No ano de 2010, houve a condenação de 1.335.214 dúzias de ovos (0,729%) dentre as 183.065.653 declaradas no SIGSIF/MAPA, em sua grande maioria por apresentarem trincos. Foram condenadas 1.235.736 dúzias de ovos (0,692%), dentre as 178.469.344 dúzias declaradas no SIGSIF/MAPA como produzidas.

Cabe ressaltar que em 2012, o SIPOA já iniciou o tratamento qualitativo dos dados inseridos no SIGSIF/MAPA e já detectou de início inconsistências em alguns dados. A correção já foi iniciada.

Supervisões realizadas no ano nos estabelecimentos (IQ sra)

O SIPOA avalia o desempenho dos estabelecimentos por meio das verificações de rotina e também por meio dos resultados das supervisões executadas. O objetivo principal das supervisões é verificar as condições técnico-higiênico-sanitárias dos estabelecimentos e a apli-

cação dos programas de autocontroles (Boas Práticas de Fabricação - BPF, Procedimento Padrão de Higiene Operacional - PPHO e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC).

De acordo com a categoria do estabelecimento (matadouro-frigorífico, fábrica de conservas, usina de beneficiamento, entreposto de carnes e derivados, entre outras) e sua habilitação para exportação (Estados Unidos, Canadá, MERCOSUL, entre outros), as frequências de supervisões se alteram dentro do ano. Por exemplo, na área de carnes são atualmente exigidas 06 supervisões anuais para estabelecimentos habilitados à exportação para os Estados Unidos e 02 supervisões anuais no mínimo para estabelecimentos habilitados para exportação para a União Européia.

Este Serviço concluiu a centralização da programação e do controle da execução das supervisões com o objetivo de racionalizar os recursos materiais e humanos, bem como determinar quais os estabelecimentos a serem supervisionados com base em seu desempenho e risco apresentados.

As metas de execução são calculadas pelo índice IQ sra englobando todas as áreas:

Supervisões programadas X realizadas em estabelecimentos por ano – IQ sra					Tabela 10
Ano	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de supervisões programadas	215	417	365	368	415
Nº de supervisões realizadas	527	814	588	312	417
IQ sra	245	195	161	85	100

Fonte: SIPOA/ SP.

Em 2010, o IQ sra ficou abaixo de 100 em razão de ter sido programado mais supervisões do que a capacidade operacional de execução frente à força atual de trabalho.

Em 2011, o IQ sra atingiu o valor de 100 mesmo com as restrições orçamentárias em vigor e do limite instituído de emissão de até 40 diárias anuais por servidor.

Processos administrativos analisados e tramitados no ano (IP paa)

Outro campo de execução do SIPOA é a análise de processos administrativos que compreendem quase que a totalidade do universo das ações executadas (análises de projetos, de relatórios de supervisões, de relatórios de auditorias, de autos de infração e de defesas administrativas, de solicitação de habilitação para exportação, de reimportação e de importação de produtos de origem animal, de PNCR, de resultados de análises laboratoriais fora dos padrões vigentes, de registro de estabelecimentos e de produtos, de processamentos térmicos, de relacionamento de estabelecimentos, de alertas rápidos, de alteração de razão social de estabelecimentos, de denúncia de consumidor, de demandas da ouvidoria, de boletim de recebimento de produtos de terceiros, entre outros).

Número de processos analisados e tramitados					Tabela 11
Ano	2007	2008	2009	2010	2011
IP paa	4.383	29.999	38.445	39.852	34.977

Fonte: SIPOA/ SP.

Rótulos analisados e tramitados no ano (IP ra)

No ano de 2011 foram analisados 8.853 rótulos conforme apresentado no quadro abaixo, sendo que 3.310 foram aprovados sem restrição, 2.080 foram aprovados com restrição, 371 foram cancelados e 3.092 foram reprovados.

Em 2010, ocorreu a descentralização das análises de processos de rotulagem que possuem RTIQ (Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade) do Órgão Central para os estados. Paralelamente foi determinado um prazo para a inserção de toda a rotulagem aprovada em papel para a forma digital, o que acarretou num aumento de tempo considerável das análises das novas solicitações por parte do SIPOA/DDA/SFA-SP e das UTRA/SFA-SP, que se reflete ainda no ano de 2011.

O valor informado no Relatório de Gestão de 2010 foi retificado em razão de informação disponibilizada pelo Órgão Central.

Número de rótulos analisados e tramitados					Tabela 12
Ano	2007	2008	2009	2010	2011*
IP raa	2.961	4.525	4.931	7.347	8.853

* dados sujeitos a alteração. Fonte: SIGSIF/MAPA.

Requerimento de anuência de importação de produtos de origem animal analisados por ano (IP ria)

Outra atividade executada é a análise da anuência de importação de produtos de origem animal importados. Somente estabelecimentos habilitados à exportação para o Brasil e com a rotulagem dos produtos devidamente aprovadas podem colocar seus produtos no mercado nacional.

Conforme estabelecido na Portaria nº 183/98 e na Instrução Normativa nº 40/2008 e suas alterações, o SIPOA analisa os requerimentos conferindo ou não a autorização prévia de embarque para o produto importado.

Além da importação tradicional o Serviço analisa os requerimentos de reimportação, ou seja, produtos exportados pelo Brasil que retornam ao país por algum motivo.

Cada importação ou reimportação é acompanhada até o procedimento final de reinspeção em estabelecimento registrado ou relacionado. Será implementado um monitoramento dessas reinspeções oficiais em meados de julho, cujos dados poderão ser analisados no final de 2011.

Em 2011 foram analisados 16.748 requerimentos conforme o quadro abaixo:

Requerimentos de anuência de importação analisados					Tabela 13
Ano	2007	2008	2009	2010	2011
IP ria	12.601	13.720	15.299	16.881	16.748

Fonte: SIPOA/SP.

Certificação Sanitária

Atualmente os servidores do SIPOA e das UTRAs possuem também a atribuição de certificar os produtos de origem animal.

A certificação sanitária pode ser nacional ou internacional. A nacional se dá por meio da emissão de Certificados Sanitários (firmados por FFA) ou por meio da emissão de Guias de Trânsito (firmadas por AISIPOA) que garantem o livre trânsito do produto no território nacional. Sua contabilização ainda não é possível pois sua emissão ainda não é de forma eletrônica.

A certificação sanitária internacional se dá por meio do Certificado Sanitário Internacional (CSI) que é exclusivamente firmado por FFA e garante que o produto a ser exportado cumpriu todas as exigências durante a sua elaboração firmada no acordo sanitário com o Brasil e o país importador.

Vale ressaltar que não há exportação de produtos de origem animal sem a emissão de CSI com nenhum dos mais de 153 parceiros comerciais do Brasil que ocupa a 1º posição mundial de exportação de carne bovina e de aves e a 4º posição mundial de exportação de carne suína.

O Estado de São Paulo, no âmbito do SIF, emitiu 41.388 CSI no ano de 2011, respondendo por 14,87% do total emitido no Brasil (278.205), segundo dados obtidos no SIGSIF/MAPA.

Autuações e demais Penalidades

Os Fiscais Federais Agropecuários possuem a atribuição, dentre as ações fiscais previstas na Lei nº 7.889/89 e no Decreto nº 30.691/52, de autuar os infratores da legislação vigente.

O SIPOA dispõe de um sistema de controle dessas autuações e o Chefe do Serviço leva em consideração o histórico dos autuados e a gravidade da infração no momento do julgamento das infrações para impor a penalidade.

Nº de Autos de Infração, Termos de Advertência, Autos de Multa e Cobranças Executivas emitidos **Tabela 14**

Ano	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de Autos de Infração	203	465	447	372	328
Nº de Termos de Advertência	59	128	103	107	38
Nº de Autos de multa	133	326	659	492	473
Nº de Cobranças Executivas	11	50	508	106	120
Nº de Autos de infração Cancelados	0	1	26	70	82

Fonte: SIPOA/SP.

As punições em decorrência de infrações à legislação sanitária variam desde a advertência até a aplicação de multa, independente dos procedimentos de apreensão, inutilização do produto, suspensão ou cancelamento do registro do estabelecimento que podem ser paralelamente adotados.

A principal causa do aumento no número de Autos de Infração gerados nos anos de 2008, 2009 e 2010 foram as irregularidades observadas durante as supervisões nos estabelecimentos ou nos resultados das análises de produtos de origem animal.

O ano de 2009 foi atípico, pois registrou mais de 200 Autos de Multa referentes à fraude cometida por uma empresa específica, ocasionando um número muito superior quando comparado com os outros anos.

Força de Trabalho

O SIPOA conta atualmente com uma força de trabalho muito aquém da necessária para desempenhar todas as suas atividades, tendo em vista a quantidade de estabelecimentos registrados/relacionados e a perda contínua de servidores em processo de aposentadoria.

Pela razão exposta todas as atividades programadas dentro do Plano Operativo Anual – POA, para o ano de 2011, levaram em consideração a capacidade operacional real do Serviço. Buscou-se a máxima otimização dos recursos humanos disponíveis bem como a forma mais inteligente de tratamento dos dados recebidos para orientação das ações a serem executadas.

A citada força de trabalho está distribuída na Sede SFA e nas doze UTRAs e Regionais distribuídas pelo Estado de São Paulo, e é composta por servidores de diversos cargos com atribuições específicas definidas sendo:

Principais recursos humanos envolvidos* **Tabela 15**

Cargo do servidor	Número total	Nº ideal
Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	506	650
Fiscal Federal Agropecuário	151	195
Agente Administrativo	08	11

* incluídos os funcionários do Estado todo.

Fonte: SIPOA-SP.

Recursos Financeiros **Tabela 16**

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	401.564,53	401.564,53	392.094,21	392.094,21	---
339030	65.244,89	182.001,16	182.001,16	60.919,13	9.753,67
339033	78.703,04	84.100,00	84.100,00	77.702,67	---
339036	602,27	602,27	602,27	602,27	---
339039	1.977,65	9.334,61	7.446,96	90,00	---

339093	8.350,94	24.550,00	24.550,00	6.740,10	10.210,76
449052	50.000,00	45.760,00	45.760,00	45.760,00	---
TOTAL	606.443,32	747.912,57	736.554,60	583.908,38	19.964,43

Fonte: SIPOA/SP; DAD/SP; SIAFI e SIPLAN

RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 17

META SIPLAN (estab.inspecionado)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO
	687	683	683	100%

Fonte: SIPLAN

Melhoria dos Diversos Processos

Em 2010, foi idealizado por este Serviço um programa denominado Programa Auxiliar de Fiscalização e Inspeção (PAFI), que foi efetivamente implantado e em execução desde o início de 2011. O objetivo principal do programa é permitir contabilizar todas as ações de fiscalização e inspeção nos estabelecimentos registrados ou relacionados no Estado de São Paulo, executadas pelos Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, com o objetivo de orientar, racionalizar e reforçar as ações do Serviço de Inspeção Federal. Para o ano de 2011 foram programadas no PAFI mais de 5.000 ações de fiscalização/inspeção no Estado de São Paulo.

Para a citada contabilização um indicador denominado “fiscalização” foi instituído, sendo registrado o número de atividades relacionadas às ações de fiscalização/inspeção em estabelecimentos registrados (SIF) ou relacionados (ER) no estado de São Paulo, exceto àquelas já executadas em estabelecimentos que realizam atividades de abate.

Para o ano de 2011 o indicador do PAFI contabilizou mais de 40.919 ações, sinalizando claramente uma subestimativa inicial. A partir dessa contabilização é possível integrar a gestão atual uma gama de tarefas que eram executadas de forma rotineira sem o merecido destaque e o adequado tratamento. Com os dados do PAFI está sendo possível direcionar as medidas adicionais de controle oficial junto aos estabelecimentos.

O SIPOA prossegue na informatização continua dos seus processos garantindo cada vez mais agilidade e transparência nos serviços ofertados a população.

2.3.1.2 - Ação 4746 – PADCLASSIF: Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.

A execução da ação orçamentária 4746 é regida pela descrição do Plano Plurianual dentro das competências definidas pela Portaria 428/2010 em consonância com a Lei 9.972 de 25/05/2000 e com Decreto nº 6.268 de 23/11/2007.

Para a execução dessas ações o SIPOV conta com 2 FFAs atuando de modo exclusivo na gestão do programa, além de 13 que atuam de modo compartilhado com outros programas, resultando num equivalente técnico em 2011 de 5 Fiscais Federais Agropecuários para a execução das ações de fiscalização, além de 8 Agentes de Atividade Agropecuária que apóiam as ações de fiscalização, 6 deles atuando junto ao Posto de Classificação Vegetal na Fazenda Ipanema/UTRA-IPA, na classificação fiscal e pericial das amostras coletadas

Fiscalização da Classificação Vegetal								Tabela 18	
ATIVIDADE	Un.	2007	2008	2009	2010	2011	Meta 2011	média histórica	%
Produto fiscalizado (PPA)		1.916.876	1.534.039	1.471.429	1.680.771	1.910.058	1.704.000		112,05
Amostras coletadas	Nº	1.547	1.227	1304	1.042	1.376	1.620		84,94
Estabelecimentos fiscalizados	Nº	448	263	350	251	346	414		83,57
Auto de infração	Nº	168	162	111	154	185		119	
Análises Periciais	Nº	78	87	58	56	120		55,8	
Processo Relatado	Nº	133	113	172	93	156		102,2	
Multa aplicada	R\$	692.600	875.388	1.304.589	511470,01	1249062,8		676809,4	
Empresas cadastradas de acordo com a IN 66	Nº	10	17	18	44	66			
Cadastro de empresas prestadoras de serviço de classificação vegetal	Nº	15	7	1	26	29			

Fonte: SIPOV/SP

As metas definidas para os indicadores de desempenho operacional na fiscalização de estabelecimentos e coleta de amostra em 2011 foram dimensionadas levando em consideração os seguintes fatores: a redução do equivalente técnico em função da aposentadoria de fiscais, alteração da meta definida pela Coordenação Geral de Qualidade Vegetal-CGQV orientando para que as ações fiscais fossem realizadas prioritariamente em embaladores, e não em comércio varejista, aumento do número de municípios do programa de monitoramento da qualidade de arroz e feijão.

O atendimento às metas foi impactado pelo aumento no número de empresas solicitantes do cadastro no SICASQ, principalmente em relação à meta de fiscalização de estabelecimentos. Este número que hoje não consta das tabelas, pois não apresenta série histórica, em 2011 atingiu o número de 66 empresas cadastradas para atuarem nos seguintes ramos: beneficiamento e ou exportação de amendoim, de cana de açúcar, exportação de frutas e importação de castanha do Brasil.

A meta informada para a CGQV para estabelecimento fiscalizados e coleta de amostras foi de 342 e 962 respectivamente. A incorporação de fiscais no quadro e a reavaliação da necessidade de coleta de amostras por estabelecimento, realizada a partir da finalização da análise dos dados do ano de 2010, permitiu que realinhássemos a meta elevando os números para 414 e 1620, conforme consta no POA 2011 e que constam do quadro acima.

Em 2010 foi realizado um piloto do Plano Estadual do Controle de Qualidade de Produtos. Esta ação, focada nos produtos arroz e feijão, previa a coleta de todas as marcas e lotes de arroz e feijão presentes em dois estabelecimentos dos municípios definidos pela CGQV. Com a tabulação dos dados no início de 2011 constatou-se que o número previsto de coleta de amostras pelo programa deveria ser aumentado.

No entanto, no transcorrer do ano, tendo em vista restrições orçamentárias e alterações nos procedimentos relativos à emissão de diária, a CGQV determinou a todos os SIPOVs a seguinte escala de prioridades:

- Ação fiscal para dar atendimento à demanda judicial ou denuncia
- Ação fiscal para dar atendimento ao Programa Estadual de Controle de Qualidade
- Ação fiscal para dar atendimento ao PNCRC
- Ação Fiscal de rotina do Serviço e prevista do POA
- Ação Fiscal de verificação de prestação de serviços perante as credenciadas “supervisoras de embarques” (IN 15/2004)

Tal determinação teve como decorrência o baixo índice de atendimento à meta de fiscalização de entidade credenciada para execução da classificação vegetal, que ficou em 54%.

A meta PPA (realinhada), no entanto foi superada em 12%. Isso se deve ao fato da importância do volume de produtos importados classificados na composição do resultado final, valor sobre o qual a execução orçamentária não interfere.

Apesar das alterações de quantidade de fiscais, e de foco descrita acima, a meta de coleta de amostras foi atingida em 84,94%. Já a meta de estabelecimentos fiscalizados (IFE) foi atingida em 83,57%. Para a análise destes índices é importante observar que dentre estabelecimentos fiscalizados aumentou muito o número de estabelecimentos relacionados ao beneficiamento de amendoim e de cana de açúcar, cuja fiscalização demanda um tempo muito maior da equipe de fiscais por conta da complexidade da ação e não geram coleta de amostras, na maioria das vezes.

Principais Indicadores							Tabela 19
Mnemonico	Unidade	2007 n=7,5	2008 n=6.15	2009 n=5.55	2010 n = 4,85	2011 n=5,0	Meta 2011*
Eficiência - Custo da Fiscalização (ICF) – Recursos financeiros despendidos / N° de estabelecimentos fiscalizados							
ICF	R\$	68,25	101,77	111,6	173,86	191,66	128,53
Eficiência – Custo da Fiscalização Amostras (ICFa) – Recurso financeiro despendido / N° de estabelecimentos fiscalizados (amostras coletadas)							
ICFa	R\$	19,76	23,83	29,96	41,88	48,19	31,6
Eficiência -Produtividade do Serviço de Fiscalização (ICOF) - N° de estabelecimentos fiscalizados /N° de Técnicos envolvidos							
ICOF	N°	59,73	42,95	63,06	54,0	69,2	49,87
Eficiência -Produtividade do Serviço de Fiscalização Amostras (ICOFa)- N° de Estabelecimentos Fiscalizados (amostras coletadas) /N° de Técnicos envolvidos							
ICOFa	N°	134	199	228	224	275,2	187
Produção - Estabelecimentos Fiscalizados (IFE)- N° de estabelecimentos fiscalizados /Ano							
IFE	N°	448	264	350	251	346	335
Eficiência -Indicador de amostras coletadas (IAC)- N° de Amostras Coletadas /Ano							
IAC	N°	1547	1127	1304	1042	1376	1326
Eficácia -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas							
ICP arroz	%	90	92	93	87,25	95,42	91,6
Eficácia -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas							
ICP feijão	%	73	76	85	83	84	78
Eficácia -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas							
ICP amendoim	%	99	43	99	95,65	98	80
ICP geral	%	82,37	85	90	87,7	87,86	
Eficácia -Indicador de Conformidade Produtos (ICP)- N° de Amostras em Conformidade /N° de Análises Realizadas							
ICP ton.	%			94	99,4	99,47	

n = equivalente técnico envolvido na ação. * média dos últimos quatro anos

Fonte: SIPOV/SP

Constatou-se uma queda no índice de conformidade de produto para arroz. Considerando que o padrão foi alterado em 2010 e que a safra foi muito impactada por condições meteorológicas espera-se poder avaliar a continuidade deste efeito.

A edição de norma de Boas Práticas de Produção e Beneficiamento para o amendoim alterou o foco da fiscalização do produto, provocando um aumento na inspeção dos beneficiadores, orientando a implantação de autocontrole com vistas a melhorar a qualidade dos produtos oferecidos ao consumidor.

Como abordado no relatório anterior, foram aprimorados alguns indicadores e assim pode-se fazer a comparação entre o volume de produtos fiscalizados no mercado interno (415.958 t) e o volume de produtos com disparidade (1077 t), o que é apresentado como os índices ICP geral e ICP toneladas, demonstrando a conformidade em 99,4% dos produtos fiscalizados, em toneladas, e 87,7% de conformidade geral nas amostras coletadas.

Os resultados das ações da Classificação Vegetal e seus postos de serviços, credenciados e supervisionados pela Qualidade Vegetal, estão apresentados nos quadros seguintes:

Classificação de Produtos Vegetais Importados						Tabela 20
	Un.	2007	2008	2009	2010	2011
Produto classificado	Nº	17	17	17	18	16
Classificação de produto	t	1.882.000	1.537.676	1.464.907	1.792.047	1.680.771
Taxa arrecadada	R\$	1.374.000	1.154.005	1.102.269	1.350.305	1.270.093
Taxa recolhida	R\$	300.000	256.189	244.704	299.767	281.961

Fonte: SIPOV/SP

Em relação à quantidade de produtos classificados na importação vê-se a recuperação da queda na importação de produtos com padrão de classificação.

Com relação às arrecadações proporcionadas pela Fiscalização da Classificação, o quadro abaixo mostra os resultados dos autos de infrações emitidos.

Número de Multas e Valores Aplicados e Recolhidos						Tabela 21
		2007	2008	2009	2010	2011
multa aplicada	número	131	151	289	88	126
multa aplicada	R\$	692.600	875.388	1.304.589	511.470	1.249.063
multa recolhida	R\$	209.000	302.000	612.852	354.426	530.118
Índice de recolhimento	%	24,56	40,37	46%	69%	38%
Valor médio das autuações	R\$	6.496,18	4.953,64	4.514,00	5.812,00	9.913,20

Fonte: SIPOV/SP

Principais recursos humanos			Tabela 22
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização	
Fiscal Federal Agropecuário	15	5,0	
Agente de Atividade Agropecuário	8	4,25	

Fonte: SIPOV/SP

Recursos Financeiros			Tabela 23		
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	152.467,50	98.232,90	96.218,27	96.218,27	
339030	7.896,00	21.780,00	21.780,00	18.847,74	1.014,69
339033		5.000,00	5.000,00	2.817,55	
339036		600,00	596,50	596,50	
339039	17.500,00	22.476,32	21.776,36	12.317,09	1.759,38
339093	11.000,00	7.440,00	7.440,00	550,39	2.600,36
TOTAL	188.863,50	155.529,22	152.811,13	131.347,54	5.374,43

Fonte: SIPOV/SP, DAD/SP e SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 24
META SIPLAN (produto fiscalizado)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO
	2.000.000	1.704.000	1.910.058	108,15

Fonte: SIPLAN

2.3.1.3 - Ação 8939 – IPVEGETAL2: Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar e garantir a qualidade, conformidade e segurança dos alimentos e outros produtos e derivados vegetais, e quebrar barreiras sanitárias, proporcionando competitividade e acesso dos produtos brasileiros ao mercado interno e externo.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para o controle de qualidade de alimentos, bebidas, vinagres, café, açúcar, álcool etílico potável e de outros produtos de origem vegetal, sujeitos a contaminantes químicos e biológicos, baseados nos princípios gerais do sistema APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle e seus pré-requisitos (boas práticas - BP e princípios-padrão de higiene operacional - PPHO) e da rastreabilidade nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, auditorias e rastreamento do sistema; credenciamento de órgãos, entidades e profissionais integrantes do processo; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RTs e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas
Área responsável pela execução	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - SIPOV

Com a finalidade de assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de bebidas, vinhos e vinagres ofertados à população efetuamos nossa atividade sob o regulamento das Leis: nº 7.678 de 08/11/88 que dispõe sobre a Produção, Circulação e Comercialização do Vinho e derivados da Uva e do Vinho e nº 8.918 de 14/07/94 que dispõe sobre a Padronização, Classificação, Registro, Inspeção, Produção e Fiscalização de Bebidas, bem como, sobre as disposições de seus decretos regulamentares e legislação complementar.

Registro de Estabelecimentos e Produtos

Por disposição legal, toda a bebida ou fermentado acético produzido no país deverá receber seu registro prévio, bem como o estabelecimento que o irá produzir. As operações dirigidas ao registro de estabelecimentos e seus produtos requer uma enorme quantidade de trabalho e ocupa nossos técnicos em grande parte do tempo, uma vez que, além da execução direta dessa atividade, precisam conhecer todos os aspectos da legislação em suas constantes alterações para a análise de tais solicitações.

Demanda de serviço por FFA					Tabela 25
	2007	2008	2009	2010	2011
Estabelecimentos Produtores Registrados	732	635	643	534	755
Número de fiscais	15	11	10	10	12
Estabelecimento Registrado / Técnico	48	58	64	53	62,91

Fonte: SIPOV/SP

Distribuição de Estabelecimentos no Estado de São Paulo			Tabela 26
UTRA	Estabelecimentos Produtores	Estabelecimentos Importadores	
São Paulo	93	677	

Campinas	206	76
Ipanema	93	16
Jundiaí	64	-
Piracicaba	56	-
Guaratinguetá	50	18
São José do Rio Preto	42	-
Botucatu	41	6
Marília	39	3
Santos	26	-
Araraquara	17	21
Presidente Prudente	17	-
Araçatuba	11	-
Total por Categoria	755	817
Total de Estabelecimentos Registrados em SÃO PAULO		1572

Fonte:SIPOV/SP

Considerando também os estabelecimentos importadores registrados, temos no estado de São Paulo um número aproximado de 131 estabelecimentos por técnico. Cabe ressaltar que a maior concentração de estabelecimentos importadores registrados se encontra na região metropolitana de São Paulo ou de Campinas.

A UTRAS de Campinas, Ipanema, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Presidente Prudente possuem FFAS que dão suporte às atividades de fiscalização relativas ao IPVEGETAL2. As atividades relativas a produtos, importação/exportação e relatoria de processos de auto de infração se concentram na SEDE da SFA/SP.

Na tabela abaixo podemos observar um aumento na operação de registro de novos estabelecimentos, o que é compatível com a situação econômica de mercado favorável ao crescimento do setor. Com relação as operações relativas ao registro de produtos, observa-se também um aumento pela demanda de registro de produtos, reflexo das inovações de um mercado em crescimento e aumento do número de estabelecimentos.

Estabelecimentos					Tabela 27
	Registros	Renovações	Alterações	Cancelamentos	Total de operações
2009	131	20	32	123	306
2010	135	24	63	244	466
2011	139	28	48	93	308

Produtos					Tabela 28
	Registros	Renovações	Alterações	Cancelamentos	Total de operações
2009	1.012	159	965	514	2.136
2010	2249	230	697	893	4069
2011	1.757	268	842	2.452	5.528

Fonte:SIPOVSP

Durante o ano de 2011, a Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB/Brasília disponibilizou a este SIPOV/DDA/SFA-SP uma força tarefa com o envio de dois fiscais de outras Unidades da Federação no primeiro semestre, entre os meses de fevereiro e março, a fim de auxiliar nos trabalhos de análise de registro de produtos. Este esforço se faz necessário devido a uma demanda crescente e desproporcional à capacidade real de trabalho da equipe de técnicos disponíveis para execução de registro de produtos na área.

Fiscalização de Estabelecimentos

A ação de fiscalização é considerada o processo mais importante na avaliação do segmento produtivo. Na fiscalização dos estabelecimentos é realizada a avaliação do processo de produção e efetuada coleta de amostra para análises fiscais (físico-químicas e/ou microbiológicas) visando monitorar a qualidade das bebidas e vinagres produzidos.

O ano de 2011 foi marcado por uma restrição orçamentária e limite de emissão de diárias 40 por servidor, ocasionando uma redução no número de inspeções realizadas. Apesar de termos cumprido as metas do PPA, a qualidade da inspeção como um todo ficou prejudicada em sua qualidade devido ao fato de ter ficado restrita às microrregiões onde existem FFA's lotados que atuam na área de Bebidas, o que permite a realização das inspeções sem a emissão de diárias. A fiscalização pelos motivos expostos, foi então, focada em vistorias iniciais e atendimento a denúncias. .

Estabelecimentos Produtores Fiscalizados	Tabela 29				
	2007	2008	2009	2010	2011
Estabelecimentos produtores registrados	732	635	643	534	755
Estabelecimentos fiscalizados	551	510	296	308	292

Fonte: SIPOV/SP

Apesar do número de estabelecimentos inspecionados estar abaixo do desejado, ele está no limite de nossa capacidade operacional, principalmente no que diz respeito à disponibilidade de recursos humanos que temos para execução de tal atividade. A tabela abaixo apresenta o índice de conformidade de estabelecimentos (ICE), baseado na aplicação da LISTA DE VERIFICAÇÃO aprovada pela Portaria 09/2010, que aprova os Procedimentos Operacionais Padrão das Atividades de Inspeção e Fiscalização de Vinhos e Bebidas.

Resultados Obtidos	Tabela 30	
Ano de exercício	Estabelecimentos Conformes (LV)	Índice de Conformidade (ICE)
2010	116	*
2011	90	72,58%

Estabelecimentos em Desconformidade				
	Termos de Apreensão	Fechamento	Autos de Infração	Intimações
2009	29	1	65	53
2010	21	1	43	55
2011	28	0	50	68

*O ICE passou a ser medido em 2011

Fonte: SIPOV-SP

As atividades de fiscalização são finalizadas através do julgamento de processos administrativos resultantes da lavratura de Autos de Infração. A seguir apresentamos a demanda em relatoria gerada pelas atividades de fiscalização.

Processos Administrativos	Tabela 31				
	Instaurados	Relatados	Julgados	Advertências	Multas Aplicadas
2009	65	104	104	15	R\$ 1.026.134,05
2010	43	83	83	17	R\$ 629.272,00
2011	50	238	21	03	R\$ 485.310,00

Fonte: SIPOV/SP

Cerca de 4% do valor arbitrado foi recolhido diretamente ao Ministério da Agricultura, o restante foi enviado ao Ministério da Fazenda para ser cobrado pelo setor de Dívidas Ativas da União.

Produtos

Verifica-se que não ocorreram variações significativas na porcentagem de produtos desconformes, 81,5% das bebidas e vinagres fiscalizados foram encontrados dentro dos seus respectivos Padrões de Identidade e Qualidade.

O serviço obteve uma resposta positiva quanto à manutenção da conformidade dos produtos, que é o objetivo maior. A meta deste serviço é a de que pelo menos 90% dos produtos estejam em conformidade com seus “padrões”.

Resultados Analíticos					Tabela 32
	2007	2008	2009	2010	2011
Amostras coletadas	229	314	149	194	163
Resultados disponíveis	161	384	169	147	157
Produtos em conformidade	139	290	119	123	128

Fonte:SIPOV/SP

Informa-se, a seguir, o resultado dos indicadores de desempenho obtidos no ano de 2011, juntamente com a série histórica desses resultados desde o ano de 2007.

Principais Indicadores						Tabela 33
Mnemônico	Unidade	2007	2008	2009	2010	2011
Eficiência - Produtividade do serviço na Fiscalização (IPF) - Nº de estabelecimentos / Nº de fiscais						
IPF	Nº	44	46	64	31	23,33
Eficiência - Custo da Fiscalização (ICF) - Recurso financeiro despendido/ Nº de estabelecimentos fiscalizados						
ICF	R\$	70,14	99,86	218.01	220.72	250,78
Eficácia - Estabelecimentos Fiscalizados (IEF) - Nº de estabelecimentos fiscalizados/ Nº estabelecimentos registrados						
IEF	%	75	81	46	58	103
Efetividade - Conformidade de produtos (ICP) - Nº de amostras em conformidade/ Nº total de análises realizadas						
ICP	%	86	76	70.44	84	81.5

Fonte:SIPOV/SP

Quanto ao índice de Produtividade do Serviço de Fiscalização, IPF, podemos verificar que o número de estabelecimento por Fiscal reduziu em relação ao ano de 2010. Isso se justifica em função de um ajuste de metas estabelecidas para o POA 2011, devido a necessidade da aplicação de uma lista de verificação que demanda um tempo maior do Fiscal dentro do estabelecimento na ação fiscalizatória. A tendência de aumento da demanda de registro de produtos estabelecida de 2009 para 2010 também permaneceu em 2011, que apresentou um aumento de 35% em relação ao ano de exercício anterior, esse fator também demandou uma dedicação dos Fiscais em detrimento das ações de fiscalização.

O índice relativo ao Custo de Fiscalização, ICF, teve um aumento em decorrência aos aumentos de combustível e tarifas de pedágio.

Os índices de eficácia, Estabelecimentos Fiscalizados (IEF) e eficiência, Conformidade de Produtos (ICP), apresentaram resultados melhores que do ano anterior, apesar do fato de perda da qualidade da inspeção como um todo ter diminuído devido ao fato da distribuição das fiscalizações ter ficado restrita às microrregiões onde existem lotados FFA's que atuam no segmento, por conta da restrição orçamentária sofrida.

O índice de efetividade referente a Conformidade dos Estabelecimentos foi implementado a partir de agosto de 2010 e ainda não possui série histórica de comparação para avaliarmos a sua eficácia como demonstrativo de qualidade do Serviço.

Recursos Despendidos

Quanto à efetiva aplicação dos recursos recebidos na atividade de fiscalização e demais atividades relacionadas a manutenção das atividades do Serviço, como por exemplo contratação de laboratório para análise de isótopos de carbono em amostras de vinho, transporte de amostras de bebidas em geral, aquisição de materiais permanente e contratação de serviço administrativo terceirizado, apresentamos as tabelas a seguir:

Principais recursos humanos			Tabela 34
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização	

Fiscal Federal Agropecuário	12	7,45
Apoio Administrativo	4	4,0
Fonte: SIPOV/SP		

Recursos Financeiros				Tabela 35	
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	60.534,00	64.188,76	63.206,97	63.206,97	
339030	58.900,00	27.410,42	27.410,42	22.304,97	1.149,04
339033	9.680,00	3.995,00	3.995,00	2.207,80	
339037	--	1.887,44	1.887,41	--	1.887,4
339039	45.900,00	23.183,62	23.183,62	15.201,45	2.560,80
339093	12.600,00	4.200,00	4.200,00	1.713,90	1.016,72
SUBTOTAL	187.614,00	124.865,24	123.883,42	104.635,09	6.613,96
449052	57.000,00	--	--	--	
Fonte: SIPOV/SP; DAD/SP, SIAFI					

RESUMO GERAL DA AÇÃO DA AÇÃO				Tabela 36
META SIPLAN (estabel.inspecionado)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	270	270	292	108,15

Fonte: SIPLAN

Salientamos que em 2011, foi realizada a reforma física do 1º andar do prédio da sede da SFA, onde funciona o SIPOV e que estava prevista desde o POA 2010.

METAS PARA 2012

Para o ano de 2012, foi estipulada pela Coordenação Geral em Brasília a meta de fiscalização de 186 empresas neste Estado com a aplicação da nova Lista de Verificação para o controle das atividades nos estabelecimentos fiscalizados. Além da vistoria inicial de 91 novos estabelecimentos a serem registrados e aumento das atividades de fiscalização em estabelecimentos importadores para verificação da comercialização de produtos mediante a prévia emissão do Certificado de Inspeção. Para tanto, estimamos para serem gastos no exercício das atividades já programadas o valor de R\$192.449,00 considerando apenas os custeios de fiscalização. O total estimado considerando os custos para contratação de laboratório para análise de isótopos de carbono em amostras de vinho transporte de amostras de bebidas em geral, aquisição de materiais permanente e demais custos para manutenção do Serviço é R\$ 258.449,00.

No mais aguardamos a implementação de sistemas eletrônicos para registro de produtos e estabelecimentos a fim de ganharmos agilidade em nosso exercício e modernizamos as nossas atividades para um melhor atendimento das demandas do público externo. O que de forma alguma diminui a carência deste Serviço no tocante a necessidade de Fiscais Federais Agropecuários que atendam a ação do IPVEGETAL 2, estimamos que para o atendimento adequado de nossas demandas necessitamos de um número mínimo de 9 Fiscais Federais Agropecuários.

2.3.1.4. AÇÃO: 4723 – RESIDUOS: Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Contribuir para as garantias de certificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal em conformidade com os limites máximos de contaminantes químicos e biológicos, estabelecidos pela legislação nacional e internacional relativa à inocuidade dos alimentos.

Descrição	Monitoramento, fiscalização e controle dos produtos importados, exportados e de consumo interno por meio de coletas de amostras desde o produtor até o consumidor final com análises laboratoriais; e rastreamento dos produtos impróprios para o consumo, possibilitando a identificação dos infratores para possível orientação ou punição.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Qualidade Vegetal/DIPOV/SDA/MAPA Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes/SDA/MAPA
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - SIPOV Serviço de Saúde Animal - SSA

O controle de resíduos e contaminantes, apesar de não ser uma ação descentralizada para os estados, integra o Relatório tendo em vista a importância que tal atividade possui para a saúde pública. É uma ação que, em nível estadual, é desenvolvida por dois setores: SIPOV na área vegetal e SSA na área animal.

ÁREA VEGETAL

Na área vegetal, há um termo de cooperação técnica firmado com a CEAGESP permitindo que no ano safra de 2009/2010, 50% do plano nacional fosse executado pela equipe do SIPOV/SP.

Plano Nacional de Controle de Resíduos (PNCR)

Coletas de Produtos Agrícolas – Ano Safra 10/11*												Tabela 37
	Jul 10	Ago 10	Set 10	Out 10	Nov 10	Dez 10	Jan 11	Fev 11	Mar 11	Abril 11	Mai 11	Jun 11
Coletas Programadas	0	15	40	44	43	44	44	44	44	44	44	44
Coletas Efetuadas	0	15	40	44	35	38	37	36	43	21	61	61
		100%	100%	100%	81,3%	86,3%	84%	81,8%	97,7%	47,7%	138%	138%

* em conjunto com CEAGESP – Fonte: SIPOV/SP

Com a finalidade de assegurar a adequada utilização dos agrotóxicos nos produtos de origem vegetal ofertados à população efetua-se a atividade sob o regulamento da IN 42/2008.

A IN 26/10 definiu a quantidade de amostras que seriam realizadas bem com os produtos a serem coletados para o ano safra 2010/2011, em nível nacional sendo que, para o Estado de São Paulo, foi definido o número de 450 coletas de produto. O início das mesmas aconteceu em julho de 2010 e o término em junho de 2011, determinado como ano safra 10/11.

Resultados do Monitoramento do PNCR – Safra 2010/2011				Tabela 38
Cultura	N Amostras Analisadas	N Amostras Conformes	Índice de Conformidade (%)	
Abacaxi	30	26	86,6	
Alface	30	16	53,3	
Banana	30	30	100,0	
Batata	30	30	100,0	
Laranja	30	22	73,3	
Limão	30	27	90,0	
Maça	50	49	98,0	
Mamão	50	47	94,0	
Manga	15	15	100,0	
Melão	30	27	90,0	
Morango	30	13	43,3	
Pimentão	30	05	16,6	
Tomate	30	30	100,0	
Uva	15	15	100,0	
Amendoim	50	44	88,0	
Café	15	15	100,0	

Obs.: a coleta de amostras foi realizada no Estado de São Paulo, o que não significa que a produção seja do Estado.

Fonte: SIPOV/SP

Metas para 2012

Para o exercício de 2012, foi estipulada pela IN 25/11 a coleta de 598 amostras para o ano-safra 11/12, conforme disposto no Manual de Procedimentos de Coleta de Amostras para o PNCRV/Vegetal publicado pela Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal/CGQV-Brasília. Neste ano foi determinado que a coleta fosse realizada somente em produtos provenientes de produtores do Estado de São Paulo. Tanto para as coletadas pelo SIPOV (267) e quanto pelo CEAGESP(274 coletas), e além dessas, 57 amostras serão coletadas pelo VIGIAGRO em produtos importados. As análises de resíduos serão realizadas pelos laboratórios credenciados junto ao MAPA e as de contaminantes serão realizadas pelos LANAGROS e custeadas pela Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes – CCRC/DAS- Brasília.

Para atender ao estipulado acima, ou seja, a realização das coletas em conjunto com a CEAGESP, estará sendo absorvida parte do tempo dos fiscais lotados no SIPOV.

Principais recursos humanos		Tabela 39
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização
Fiscal Federal Agropecuário	8	0,1

Fonte: SIPOV/SP

ÁREA ANIMAL

Plano Nacional de Controle de Resíduos (PNCR) – Programa de Controle de Resíduos e Contaminantes em Carne (PCRCC)

Dentre as atividades desenvolvidas relativas à sanidade dos bovinos está o controle e a vigilância do uso, em animais, de compostos químicos proibidos no país.

A colheita de amostras de urina de bovinos vivos tem como principal objetivo monitorar as propriedades de criação de bovinos de corte, impedindo que haja abate para o consumo de animais oriundos de criatórios onde se tenha usado drogas veterinárias proibidas no território nacional.

A amostragem anual é aleatória, colhida por 1 (um) FFA do SSA, com a colaboração das UTRAs em propriedades representativas dos sistemas de criação e de tecnologia de produção de carne no país. Funcionários dos Escritórios de Defesa Agropecuária (CDA/SAA-SP) colaboraram com as coletas, fornecendo dados para a amostragem, notificando os produtores, acompanhando os deslocamentos até as propriedades e coletando as amostras.

O uso de drogas anabólicas endógenas (estradiol, testosterona e progesterona) e exógenas (zeranol e trembolona) é bastante restrito e exclusivamente para fins terapêuticos, e não está autorizado para fins de crescimento e ganho de peso em animais destinados ao abate. Os anabolizantes, como promotores de crescimento animal, são drogas prioritárias na relação dos resíduos pesquisados pelo Programa, não só devido à proibição e uso clandestino, mas também porque o Brasil importa carne de parceiros comerciais onde a pecuária de corte confinada utiliza drogas anabólicas aprovadas pela comissão do Codex Alimentarius FAO/WHO.

No ano de 2011, foram programadas 110 coletas, sendo atendidos 100% desse total (IQ atpr). Das 110 amostras colhidas, 94 foram analisadas. Foi informado pela Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes-CCRC, que a falta de insumos no laboratório responsável pelas análises ocasionou a perda de 16 amostras. Para repor as amostras perdidas, deveriam ter sido geradas novas amostras, as quais não foram colhidas devido ao curto tempo para se programar essa atividade, visto que há demanda por notificação de proprietários e cooperação de servidores da CDA/SAA-SP. Todos os resultados das coletas foram negativos (IQ cfu=100), não tendo sido detectado uso de drogas proibidas que façam parte do escopo de análise.

Programa de Controle de Resíduos e Contaminantes em Carne - PCRCC					Tabela 40
	Unid.	2008	2009	2010	2011
Amostras de urina programadas	un.	100	100	100	110
Amostras de urina adicionais	un.	18	0	0	16
Amostras programadas colhidas	un.	100	100	100	110

Amostras adicionais colhidas	un.	18	0	0	0
Nº de amostras analisadas	un.	118	100	100	94
Nº de amostras negativas	un.	118	100	100	94
Propriedades com colheita	un.	57	48	49	55
Municípios trabalhados	un.	41	29	26	27

Fonte: SSA/SP

Principais Indicadores

Tabela 41

	2008	2009	2010	2011
Eficácia-Indicador de atendimento à programação anual: Amostras programadas colhidas x 100/Amostras de urina programadas				
<i>IQ atpr</i>	100	100	100	100
Eficácia-Indicador de conformidade das amostras de urina: Nº de amostras negativas x 100/Nº de amostras analisadas				
<i>IQ cfu</i>	100	100	100	100

Fonte: SSA/SP

Principais recursos humanos

Tabela 42

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização
Fiscal Federal Agropecuário	08	0,1

2.3.1.5 - Ação 4745 - FISCORGEN: Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
Área responsável pela execução	Serviço de Sanidade Vegetal - SSV

O foco da ação 4745 - Fiscalização de Organismos Geneticamente Modificados refere-se à fiscalização de atividades de pesquisa efetivamente autorizados/liberados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio em parecer específico. Essa fiscalização objetiva verificar o cumprimento das condições de biossegurança (localização do experimento, espaçamento, bordadura, isolamento físico e temporal, descarte de materiais etc.) determinadas pela CTNBio, conforme estabelecido pelo artigo 39 da seção VI do Decreto nº. 5591 de 22 de novembro de 2005, que regulamenta os dispositivos da Lei 11.105 de 24 de março de 2005. Em caso de decisão técnica favorável sobre a biossegurança no âmbito da pesquisa, a CTNBio remete o processo respectivo aos órgãos e entidades de registro e fiscalização para o exercício de suas atribuições.

As demandas desse tipo de fiscalização são coordenadas e repassadas aos Estados pela Coordenação de Biossegurança de OGM da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através de encaminhamento de cópias dos processos de autorização/liberação da CTNBio.

Principais processos

Tabela 43

Processo Execução	Atividade	Produto
Inspeção /fiscalização de campos experimentais de organismos geneticamente modificados	Inspeção em campos experimentais Verificação das condições de	Termo de fiscalização CTNBio Roteiro anexo ao termo – situação de campo DIRETA

contenção	Roteiro anexo ao termo – situação de
Verificação do descarte do produto	laboratório
Avaliação Documental	Auto de infração CTNBio

Resultados operacionais

Observa-se que o número de liberações planejadas de experimentos em campo, em 2011, aumentou em 24% em relação ao ano anterior. Todos os campos experimentais com ensaios de OGM aprovados pela CTNBio, instalados e cujos processos foram encaminhados a esta SFA-SP, foram fiscalizados pelo SSV. A tendência é o número de liberações experimentais aumentar em função do desenvolvimento de novos eventos em vegetais geneticamente modificados, e também do fato do Brasil ser o segundo país em área com plantio de OGM, sendo assim alvo das empresas produtoras desta tecnologia no desenvolvimento de novos eventos. Além disso, com a publicação da Resolução CTNBio nº 04 de 2007 que estabelece distâncias mínimas exigidas para o cultivo de milho geneticamente modificado em relação a outros cultivos de milho convencional em áreas vizinhas, a SFA/SP em ação conjunta do SSV e SEFIA, recebeu atribuição da fiscalização de coexistência do plantios de milho OGM x milho convencional. Com a estruturação dos procedimentos de fiscalização e o recebimento de testes imunocromatográficos a partir do 2º semestre de 2009, iniciou-se essa fiscalização. A cada ano há a liberação de novos eventos a área plantada com milho OGM crescendo, já ultrapassando 50% dos cultivos de milho verão e mais de 80% dos cultivos de milho do inverno, cultivos estes distribuídos por todo estado de São Paulo. Assim, é necessária a contratação de mais FFAs tanto nas Unidades Regionais quanto na Sede para atuar nessa área, e para que o Serviço de Sanidade Vegetal dê andamento às fiscalizações de forma satisfatória.

Campos Experimentais de Organismos (Vegetais) Geneticamente Modificados **Tabela 44**

	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de experimentos instalados	36	52	60	53	66
Nº de Fiscalizações realizadas em experimentos	36	46	107	94	93
Nº de Experimentos regulares	36	46	60	48	62

Fonte: SSV/SP

Fiscalização das distâncias mínimas exigidas para o cultivo de milho GM em relação a outros cultivos **Tabela 45**

	2009	2010	2011
Nº de Fiscalizações	43	52	58
Nº de Produtores regulares	43	50	54

Fonte: SSV/SP

O PPA 2008 – 2011 define como indicador o número de fiscalizações realizadas. Em virtude de a meta PPA refletir basicamente demanda de fiscalização emanada por parte da CTNBio, não amparando nenhuma análise do desempenho do sistema liberação, a SFA lança mão dos seguintes indicadores de desempenho no processo de Gerenciamento dessa ação:

Principais indicadores **Tabela 46**

<i>Mnemônico</i>	2007	2008	2009	2010	2011
Capacidade anual de fiscalização de ensaios com OGM (IOC) - Nº de ensaios fiscalizados/ Ano					
IOC	36	46	107	94	93
Produtividade de fiscalização de ensaios com OGM (IOP) - Nº de ensaios fiscalizados/ Nº fiscais envolvidos					
IOP	18	15,3	21,4	10,44	13,3
Conformidade de ensaios com OGM segundo a legislação (IOQ) - Nº de ensaios regulares x 100/ Nº ensaios fiscalizados					
IOQ	100%	100%	100%	90,57%	93,94%

Fonte: SSV/SP

Principais recursos humanos envolvidos		Tabela 47
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização
Fiscal Fed. Agropecuário	12	0,76
Agente de Atividade. Agropecuária	2	0.09
Agente Administrativo	1	0.05

Fonte: SSV/SP

Recursos Financeiros				Tabela 48	
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	27.169,50	28.206,28	22.857,57	22.857,57	
339030	4969,00	5.599,71	5.599,71	2.788,92	1.471,32
339033	2.217,50	1.824,80	1.824,80	753,86	
339039	3.500,00	--	--		
339093	1.000,00	1.381,27	1.381,27	1.044,79	305,06
TOTAL	38.856,00	37.012,06	31.663,35	27.445,14	1.776,38

Fonte: SSV/SP; DAD/SP; SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 49
META SI-PLAN (fisc.realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZA-DO/PROGRAMADO %
	150	167	151	149

Fonte: SIPLAN

2.3.2 - Programa 0357 - Programa Segurança da Sanidade na Agropecuária

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar
Objetivo Específico	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Serviço de Saúde Animal - SSA Divisão de Defesa Agropecuária - DDA
Público Alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

Principais ações do programa:

2.3.2.1 - AÇÃO 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos - FISCPLANTA2

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada no país de pragas de vegetais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional e certificar a fitossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e análise de risco e quarentena vegetal.
Áreas responsáveis por gerenci-	Divisão de Defesa Agropecuária - DDA

amento ou execução

Principais Indicadores **Tabela 50**

<i>Tipo</i>	<i>Indicador</i>	<i>Mnemônico</i>	<i>Formula</i>
Capacidade	Capacidade de fiscalização no trânsito internacional da área vegetal	IC Veg.	$\frac{N^{\circ} \text{ fiscalizações}}{\text{ano}}$
eficácia	Conformidade no trânsito internacional da área vegetal	IQ Veg.	$\frac{N^{\circ} \text{ de ocorrências} \times 100}{N^{\circ} \text{ fiscalizações}}$
eficiência	Produtividade do FFA no trânsito internacional da área vegetal	IP Veg.	$\frac{N^{\circ} \text{ fiscalizações}}{N^{\circ} \text{ FFAs}}$

O quadro abaixo apresenta o Desempenho Operacional da Vigilância Agropecuária no Estado de São Paulo nos últimos cinco anos.

Desempenho operacional **Tabela 51**

FISCPLANTA2	2007	2008	2009	2010	2011
IC – Total de Fiscalizações (PPA)	205.909	370.915	458.709	555.601	583.287
Nº Fiscalizações (exportação)	55.441	38.415	44.415	33.115	35.276
Nº Fiscalizações (importação)	150.468	332.500	414.294	522.486	548.011
Nº de Ocorrências	11.481	19.232	16.251	17.715	22.881
Nº Certificados Fitossanitários	44.339	31.048	37.298	32.198	31.014
Nº FFAs (engenheiros agrônomos)	70	63	63	65	57
Servidores Nível Médio	8	8	2	6	3
IP – Nº Fiscalizações / FFA	2.942	5.888	7.281	8.547	10.305
Nº Certificações / FFA	633	493	592	495	548
IQ – Nº Ocorrências / Fiscalizações	6%	5%	3,5%	3,2%	3,92%

Fonte: DDA-SP

Resultados da Ação

O principal indicador para esta ação é o de Capacidade (IC) Total de Fiscalizações, e que está previsto no PPA. Seu cálculo é obtido pela somatória dos seguintes documentos: requerimentos de fiscalização despachados, requerimentos de fiscalização de embalagem de madeira despachadas, termos de fiscalização do trânsito internacional de passageiros emitidos, termos de retenção de mercadoria/produto e termos de fiscalização de bagagem/encomenda emitidos. Ressalta-se, porém, que a forma de contabilização desse indicador, nas fiscalizações de embalagens e suportes de madeira, foi alterada nos aeroportos objetivando homogeneizar e equilibrar os dados de tal forma que fosse possível a compatibilização com os dados do Porto de Santos. Essa mudança ocorreu em julho e tornou os dados mais fidedignos.

O número de fiscalizações apresentou incremento representativo em 2011, chegando ao patamar de 104,98% do total realizado no ano anterior e 121,58% do POA corrigido. Os incrementos são oriundos de um aumento no Serviço de Vigilância Agropecuária do Porto de Santos (SVA/SNT) e do Aeroporto de Viracopos (SVA/VCP). Já nas unidades que atendem os Portos Secos no interior do estado houve um decréscimo da demanda em relação a 2010.

Outro ponto que merece atenção é que 64,43% das importações ocorreram no 1º semestre do ano. Considerando a variação cambial podemos observar que esta demanda é inversamente proporcional a este índice.

Esse aumento da fiscalização em comparação com 2010 se deve ao fato de que houve uma queda contínua do dólar desde a crise de 2009 favorecendo as importações de bens manufaturados cujas embalagens e suportes de madeira são fiscalizados, o que cessou no 2º semestre de 2011.

A fiscalização de embalagens e suportes de madeira é o mais expressivo representando 92,39% de toda importação fiscalizada e 86,80% de toda a fiscalização realizada. Isto significa que grande parte do tempo do fiscal fica comprometida com a inspeção de embalagens e suportes de madeira, regida pela Instrução Normativa MAPA nº 04/2004, que é *Emergencial (Il.)* já há sete anos. Esta norma apresenta grandes problemas, pois já está defasada com relação à internalização da NIMF 15 (norma internacional de medidas fitossanitárias) emitida pela FAO/ONU. Adicionalmente a este fato temos que a norma é omissa em muitos pontos nevrálgicos como os critérios de amostragem e outros itens operacionais, bem como é impraticável em outros pontos.

Há informação de que existe a revisão da referida norma praticamente pronta e reforçamos a urgência da revisão da *norma emergencial* que já não atende as necessidades básicas da fiscalização agropecuária internacional.

No que se refere à exportação, houve um acréscimo de 6,53% em relação a 2010 e se deve, inclusive, ao aumento do valor das commodities no mercado internacional o que tem favorecido as exportações agropecuárias brasileiras e à alta do dólar no 2º semestre de 2011. Fato que chama a atenção é que, a título de exemplo, em dezembro de 2011 houve mais de 14% da fiscalização na exportação, onde a média deveria ser de 8,3%.

O Indicador de Produtividade (IP) apresenta o valor de 10.305, representando 120,57% do valor do ano passado. Esse indicador é favorável e é muito superior ao das demais unidades da federação, mas apresenta um status de alerta para a necessidade de aquisição de recurso humano para estas unidades.

Apesar da variação do IP ser decorrente do aumento da demanda, há influência também da alteração da contabilização do recurso humano disponível, onde se passou a utilizar o fator de equivalente fiscal, usado somente nas unidades do interior onde os fiscais são compartilhados com outros serviços da Superintendência.

O índice de eficácia, representado pela razão do número total de ocorrências pelo total de fiscalizações sofreu aumento de 3,19% para 3,92% e o total de ocorrências um aumento de 29,16%. Este aumento é positivo, pois deixa claro que apesar da grande carga de trabalho imposta sobre os FFA-EA, a eficiência na barreira fitossanitária, principalmente na detecção de irregularidades e na proteção da agropecuária nacional, continua satisfatória.

Assim, permanece como fator alarmante, para o gestor do Sistema, a pouca capacidade da instituição para reposição ou ampliação dos recursos humanos.

Apesar da realização de concursos públicos nos últimos anos, o número de servidores contratados não foi suficiente para superar, nem tampouco igualar, o número de servidores que se aposentaram no período. Dos 59 Fiscais Federais Agropecuários com formação em engenharia agrônoma (FFA-EA), doze já possuem condições de aposentadoria, ou obterão condições nos próximos dois anos. Cabe reforçar que os recursos humanos nestas unidades estão em situação de alerta, principalmente devido ao efetivo em condições de aposentadoria, a exemplo do aeroporto de Viracopos onde sete servidores (ou 33,3% da equipe) já percebem abono de permanência, estando assim aptos a aposentarem-se. E duas das Unidades (SVA-Guarulhos e SVA-Viracopos) não dispõem de servidores administrativos ou agentes de atividades agropecuárias em seus quadros que possibilitem um melhor aproveitamento dos servidores de nível superior nas atividades de real relevância para a vigilância agropecuária internacional, uma vez que precisam se ocupar das atividades de gerenciamento burocrático.

Unidades Executoras

O quadro a seguir apresenta comparativamente o desempenho operacional das unidades localizadas no Porto de Santos (SNT), Aeroporto de Guarulhos (GRU), Aeroporto de Viracopos (VCP) e a soma das unidades regionais (UTRAS) que atendem nos Portos Secos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

Desempenho Operacional por Unidade					Tabela 52
2011 - FISCPLANTA2	SNT	GRU	VCP	UTRAS	TOTAL
IC – Total de Fiscalizações (PPA)	222.324	179.713	150.694	30.556	583.287
Total de Ocorrências	5.145	2.798	13.284	1.654	22.881
Total Proibição de Importação	(2)	11	0	208	224
Nº Total Fiscalização (importação)	207.130	166.888	144.420	29.573	548.011
Nº Fiscalização Prod. Vegetais	25.671	9.555	2.920	3.565	41.711
Nº Fiscalização Embal. Madeira	181.459	157.333	141.500	26.008	506.300
% Fiscalização Embal. Madeira sobre o Total de Fiscalização	87,61%	94,27%	97,98%	87,95%	92,39%
Ocorrências Importação	4.919	2.744	13.219	1653	22.535
Nº Fiscalizações (exportação)	15.194	12.825	6.274	983	35.276
Nº Certificados Fitossanitários (CF)	15.194	9.532	5.590	698	31.014
Ocorrências Exportação	226	54	65	1	346
Proibições de Exportação	(2)	5	0	0	5
Nº FFAs (engenheiros agrônomos) ⁽¹⁾	21	14	12	9,6	57
IP – Nº Fisc. Produtos Vegetais /FFA	10.587	12.837	12.558	3.183	10.305
IP – Nº Inspeções Madeira / FFA	8.641	11.238	11.792	2.709	8.945
Nº Certif .Fitossanitários / FFA	724	681	466	73	548
IQ – Nº Ocorrências / Fiscalizações	2,31%	1,56%	8,82%	5,41%	3,92%

⁽¹⁾ FFA-EA com dedicação compartilhada com outras Ações da SFA-SP.

⁽²⁾ O Sistema informatizado, SIGVIG, utilizado no SVA Santos, não fornece essas informações.

Fonte: DDA/SP

Como não houve disponibilização de recursos para investimento, os SVA's ficaram defasados em equipamentos e em material permanente.

É importante registrar que em 2011, o Decreto nº 7.446/2011 e a Portaria nº 215/11 MAPA que restringe a concessão de diárias, causaram grande impacto nos SVA's. Essas normativas limitaram o número de diárias possíveis consecutivas, e o limite do total de diárias concedidas a cada servidor, cujas exceções tinham trâmites complexos e demorados para sua autorização. Dessa forma, a obtenção de funcionários que se disponibilizou a realizar forças-tarefa em momentos críticos nos SVA's ficou restringida, bem como não houve interessados. O apoio da Coordenação Geral do VIGIAGRO foi solicitado, porém, apesar do empenho, não se obteve resultado positivo nesta empreitada. Acrescenta-se, ainda, que foram adiadas as supervisões que deveriam ser realizadas neste ano.

Recursos Financeiros					Tabela 53
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	72.803,66	68.500,00	66.354,71	66.354,71	
339030	14.400,00	57.792,10	57.792,10	36.209,60	4.257,80
339033	20.400,00	36.500,00	36.500,00	30.830,86	1.815,98
339037		9.707,90	9.707,90		9.707,90
339039	57.600,00	37.000,00	37.000,00	22.557,47	

339093	18.000,00	2.000,00	2.000,00	680,94	501,05
TOTAL	183.203,66	211.500,00	209.354,71	156.633,58	16.282,73

Fonte: DDA/SP, DAD/SP, SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 54
META SIPLAN (fiscalização realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZA- DO/PROGRAMADO
	433.114	479.754	583.287 ⁽¹⁾	121,58% ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Esse valor diverge do SIPLAN, em razão de que houve complementação dos dados após fechamento do sistema

Fonte: SIPLAN

2.3.2.2 Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produto - FISCANIMAL2

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população. Inspecionar a qualidade dos produtos pecuários no trânsito internacional e certificar a sanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Defesa Agropecuária - DDA

Principais Indicadores

Tabela 55

Tipo	Indicador	Mnemônico	Formula
Capacidade	Capacidade de inspeção de partidas no trânsito internacional da área animal	IC Anim	$\frac{\text{Nº Fiscalizações}}{\text{Ano}}$
Eficácia	Conformidade no trânsito internacional da área animal	IQ Anim.	$\frac{\text{Nº Ocorrências} \times 100}{\text{Nº. Fiscalizações}}$
Eficiência	Produtividade por Fiscal Federal Agropecuário (FFA) no trânsito internacional da área animal	IP Anim.	$\frac{\text{Nº. Fiscalizações}}{\text{Nº. FFAs}}$

Desempenho operacional

Tabela 56

2009 - FISCANIMAL2	2007	2008	2009	2010	2011
IC – Nº Fiscalizações (PPA)	40.146	76.265	93.215	92.731	90.697
Número total de Ocorrências	1.078	5.484	8.367	7.242	5.061
Número de Fiscalizações (importação)	16.063	23.495	25.360	30.687	30.690
Número de Fiscalizações (exportação)	24.083	52.770	67.855	62.044	60.007
Certificados Zoossanitários	4.022	5.352	4.184	5.653	5.273
Certificados Sanitários	7.197	6.727	4.256	4.640	353 ⁽¹⁾
Nº DE FFA (médicos veterinários)	25	38	43	42	41
IP – Nº Fiscalizações/FFA	1.606	2.007	2.168	2.208	2.212
Nº Certificados / FFA	449	318	196	245	⁽²⁾

IQ – Ocorrências / Fiscalizações	2,7%	7,0%	9,0%	7,8%	5,6%
---	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

⁽¹⁾ Não inclui dados do SVA – Santos, pois o Sistema informatizado SIGVIG, utilizado neste, não fornece essas informações.

⁽²⁾ Não contabilizado, visto à ausência dos dados do SVA – Santos

Fonte: DDA/SP

Comparando-se com o desempenho operacional no ano anterior (2010), observa-se que há um pequeno decréscimo do número de fiscalizações desta Ação em 2011. E essa variação se deve especificamente ao número de exportações. Em relação ao previsto no POA 2011, atingiu-se 106,35% da meta prevista para o ano. Esta Ação opera por demanda, e está sujeita às oscilações do mercado internacional de produtos e insumos pecuários, influenciado, por taxas cambiais, fiscais e outras variáveis.

Nesta ação, cada vez mais se intensifica a preocupação do gestor com relação a pouca capacidade da instituição em repor os recursos humanos. O número de servidores não é suficiente para acompanhar a demanda pelo serviço veterinário, tendo em vista que dos 41 Fiscais Federais Agropecuários de 2011 com formação em Medicina Veterinária (FFA-MV), lotados nas Unidades VIGIAGRO de São Paulo, vários possuem condições de aposentadoria ou a obterão nos próximos 2 (dois) anos, com previsão de redução ainda mais acentuada da força de trabalho.

Unidades Executoras

O quadro a seguir apresenta comparativamente o desempenho operacional das unidades executoras localizadas no Porto de Santos (SNT), Aeroporto de Guarulhos (GRU), Aeroporto de Viracopos (VCP) e a soma das unidades regionais (UTRA/SFA-SP) que atendem nos Portos Secos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil, incluindo-se aí o atendimento aos Correios. Foi implantado na unidade de Santos novo Sistema Informatizado (SIGVIG), que além de facilitar os tramites burocráticos para o interessado, otimiza o serviço do FFA, mas por estar ainda em fase de implantação apresenta problemas na emissão de relatórios, razão pela qual deixamos de apresentar alguns dados históricos.

Desempenho Operacional por Unidade					Tabela 57
FISCANIMAL2	SNT	GRU	VCP	UTRAS	TOTAL
IC – Nº Fiscalizações (PPA)	56.421	19.372	13.232	1.672	90.697
Nº Certificações	⁽¹⁾	3.346	2.239	0	5.585
Ocorrências	4.003	300	383	375	5.061
Proibições	⁽¹⁾	8	0	0	08
Número de Fiscalizações (importação)	9.333	15.435	4.250	1.672	30.690
Ocorrências importação	1.883	262	251	375	2.771
Proibições Importação	⁽¹⁾	7	0	0	07
Número de Fiscalizações (exportação)	47.088	3.937	8.982	0	60.007
Certificados Sanitários (CSI)	⁽¹⁾	76	277	0	353
Certificados Zoosanitários (CZI)	41	3.270	1.962	0	5.273
Número total de Ocorrências	2.120	38	132	0	2.290
Proibições Exportação	⁽¹⁾	1	0	0	1
Nº de FFA (médicos veterinários)	13	17	8	3 ⁽²⁾	41
IP – Nº Fiscalizações/FFA	4.340	1.139	1.654	557	2.212
Nº Certificados/FFA	⁽¹⁾	196	279	0	199 ⁽³⁾
IQ – Ocorrências / Fiscalizações	7,0%	1,5%	2,8%	22,4%	5,6%

⁽¹⁾ O Sistema informatizado SIGVIG, utilizado no SVA Santos, ainda não fornece essas informações.

⁽²⁾ FFA-MV com dedicação compartilhada com outras ações da SFA-SP.

⁽³⁾ Não inclui dados do SVA – Santos.

Fonte: DDA/SP

A Certificação Sanitária e Zoossanitária é atividade de alta importância desempenhada pela fiscalização federal agropecuária, pois trata do documento oficial brasileiro que visa assegurar a condição sanitária dos animais e dos produtos de origem animal exportados, conferindo credibilidade internacional para ingresso das mercadorias brasileiras em território dos países importadores.

Em 2011, no SVA-Guarulhos foram emitidos 3.270 Certificados Zoossanitários que, na sua maioria, viabilizaram as viagens internacionais de animais de companhia (cães e gatos). Já no SVA-Viracopos os 1.962 Certificados Zoossanitários foram emitidos majoritariamente para outros animais (eqüinos, bovinos, suínos, etc.). No SVA-SNT predomina a Certificação Sanitária de produtos de origem animal não comestíveis.

É importante que seja dado tratamento preferencial às demandas pela publicação da Instrução Normativa para Importação de Materiais de Pesquisa na área animal; também a normatização para a implementação do passaporte para trânsito de cães e gatos previsto pelo Decreto nº 7.140, de 29 de março de 2010, deve ter prioridade de análise, pois a adoção das medidas previstas amenizará os transtornos aos clientes dos vôos internacionais que viajam com seus cães e gatos de estimação, liberando os FFA's MV para outras atividades.

Recursos Financeiros					Tabela 58
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	62.846,80	30.000,00	22.616,67	22.616,67	--
339030	40.269,00	20.773,99	20.773,99	15.659,89	4.897,51
339033	18.000,00	17.000,00	17.000,00	12.756,24	586,88
339039	57.600,00	8.000,00	8.000,00	429,99	--
339093	20.800,00	200,00	200,00	--	64,55
TOTAL		75.973,99	68.590,66	51.462,06	4.962,06

Fonte: DDA/SP, DAD/SP, SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 59
META SIPLAN (fiscalização realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZAÇÃO/PROGRAMADO
	99.093	85.275	90.697 ⁽¹⁾	106,35%

⁽¹⁾ Esse valor diverge do SIPLAN, em razão de que houve complementação dos dados após fechamento do sistema.

Fonte: DDA/SP, DAD/SP, SIAFI e SIPLAN

Quanto aos recursos para deslocamento, para atendimento ao Decreto 7.446/2011 e à Portaria 215/2011/MAPA, não foi possível a realização das forças tarefas e da Reunião Estadual conforme previsto no POA 2011. Além disso, as supervisões previstas foram adiadas.

Fiscalização de Passageiros de Vôos Internacionais

Uma das atribuições da Vigilância Agropecuária, comum às Ações FISCANIMAL2 e FISCPLANTA2, é fiscalizar as bagagens de passageiros oriundos de vôos internacionais que, não raramente, costumam trazer produtos de origem animal ou vegetal, que apresentam risco de veicularem pragas ou doenças. Nacionalmente, esta atuação é mais intensa no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, por onde desembarcaram em 2011 mais de 11 milhões de passageiros de vôos internacionais.

Através dos escâneres de raio-x do Ministério da Agricultura e da Receita Federal do Brasil (RFB), foram fiscalizadas mais de 1,5 milhões de bagagens – equivalente a 13,76% do número de passageiros. Entende-se que este indicador ainda é insuficiente para garantir efetividade a esta ação, em 2010 esse indicador era de 20%. Isto porque, dentre outras razões, o fluxo de passageiros de vôos internacionais é superior a capacidade fiscalizatória em face dos recursos humanos disponíveis, a concentração de vôos em determinados horários e a ampla área de abrangência a ser coberta pela equipe de FFA's (dois terminais de passageiros, terminais de carga de importação e de exportação, duty-free, bagagem desacompanhada

e empresas de remessas expressas - courier). Dessa forma, a fiscalização tem sido intensificada em vôos considerados de maior risco sanitário.

Outro fator alarmante é a ausência de formas de punição dos infratores, que devido a esta ausência não se importam em trazer mercadorias de risco sanitário ao país, pois no máximo terão suas mercadorias apreendidas.

Fiscalização de Passageiros no Aeroporto de Guarulhos	Tabela 60
Nº Passageiros Internacionais	11.349.589
Nº Bagagens Escaneadas	1.562.049
Nº Termos de Fiscalização Bagagem	16.757
Nº Termos de Retenção	2.325
Nº Termos de Destruição	308
Apreensões (Kg)	45.566

Fonte: DDA/SP

Conforme já citado na ação FISCPLANTA, em 2011, no Porto de Santos, foi implantado o Sistema de Informações Gerenciais do VIGIAGRO – SIGVIG, que conta com ausência do módulo de relatório, por ainda estar sendo implantado, o que tem dificultado em muito a obtenção de dados.

É de fundamental importância que o desenvolvimento do SIGVIG seja concluído para total implantação no estado.

Treinamento

Na tabela abaixo, constam os cursos realizados no primeiro semestre de 2011. Além desses, foram realizadas no SVA-Guarulhos, com a participação de FFA's, representantes da ANVISA, Infraero, Polícia Federal e Ministério Público, palestra com o tema “avaliação do risco de introdução de doenças através do transporte de produtos de origem animal em bagagens de passageiros procedentes do exterior” e sobre a Estação Quarentenária de Cananéia.

Curso / Treinamento	Tabela 61 Nº de Fiscais
Capacitação Técnica em Sanidade Vegetal (Curso da Madeira) – Curitiba	7
Treinamento para uso do detector de radiação – Rio de Janeiro	3
Reunião e treinamento sobre importação de sementes e com visita ao laboratório central da CATI – Campinas	7
Reunião nacional sobre normatização de importação de Batata-semente – Curitiba	1
XV ENFIT – Encontro Nacional de Fitossanitaristas - Salvador	2
Reunião Nacional do VIGIAGRO – João Pessoa	13
Reunião dos Subcomitês de Portos, Aeroportos e Fronteiras – Maceió	4
Curso de identificação de Ácaros e Insetos no CENARGEN – Brasília	3
Reunião e treinamento sobre o SIGVIG – Brasília	7
Mestrado em Defesa Fitossanitária – Viçosa	2
Encontro Nacional de Defesa Sanitária Animal (ENDESA) – São Paulo	1

Fonte: DDA/SP

Análise Crítica da Gestão de Recursos Humanos

O Serviço de Vigilância Agropecuária no Porto de Santos está em nível crítico sobremaneira em função do aumento do número de terminais alfandegados que entrarão em funcionamento. Um novo terminal iniciou as operações em 2011 e está previsto para que no 2º semestre de 2012 iniciem-se a operação de dois superterminais que irão dobrar a capacidade operacional do Porto. Um destes terminais terá capacidade de movimentação de carga superior ao Porto de Itajaí, segundo porto em movimentação no país. Esta situação já foi documentada e aguarda determinações da Coordenação Geral do VIGIAGRO sobre como

proceder, uma vez que os recursos humanos atualmente disponíveis na SFA/SP não serão capazes de suprir tal demanda.

A produtividade dos Fiscais acaba ficando comprometida tendo vista o déficit de servidores administrativos e de técnicos de nível médio, nos SVA's.

É preocupante o dado obtido através de levantamento realizado junto ao Setor de Pessoal, que constatou que 20 FFA's atuando nos SVA's recebem abono de permanência, estando assim com tempo para se aposentar.

Os Serviços de Vigilância Agropecuária nos Aeroportos Internacionais de Guarulhos e de Viracopos não possuem nenhum agente administrativo. Abaixo apresentamos quadro de necessidades de recursos humanos:

Recursos Humanos Necessários										Tabela 62		
UNIDADE VIGIAGRO	AGRONÔMOS			VETERINÁRIOS			TÉC. NÍVEL MÉDIO			ADMINISTRATIVOS		
	exist	neces	def	exist	neces	def	exis	neces	def	exist	neces	Def
Porto de santos	22	40	18	13	20	7	6	25	19	7	16	9
Aeroporto de Guarulhos	14	25	11	17	25	8	1	5	4	0	5	5
Aeroporto de Viracopos	12	16	4	08	12	4	0	2	2	0	4	4
CEAGESP	3	3	0	0	2	2	0	0	0	0	1	1
Déficit Funcional			33			21			25			19

Trânsito Internacional de Animais e Produtos de Origem Animal – SSA

O Serviço de Saúde Animal no Estado de São Paulo – SSA/SP atua segundo a Portaria Nº. 428/2010. O controle do trânsito internacional é realizado através da fiscalização da importação e exportação de animais vivos, produtos e derivados de origem animal e de materiais genéticos animal em interface com o VIGIAGRO.

Para esta finalidade, são instruídos processos, emitidos pareceres e autorizados previamente o embarque, inclusive no Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, dos pedidos de importação e exportação de animais vivos, seus materiais genéticos, e produtos derivados.

Na execução dessas atividades, no que tange às exigências de natureza sanitária, é assegurado pelo cumprimento da legislação específica.

Para fins de exportação de animais de interesse zootécnico e material genético destinado a multiplicação animal, a emissão dos certificados é realizada, mediante parecer prévio do SSA, nos postos de egresso do país, uma vez que se faz necessária uma verificação “in loco” dos animais ou materiais que estão sendo exportados.

O SSA desempenha um papel importante nas ações de defesa sanitária animal que são barreiras para evitar a entrada de doenças exóticas ou não ao rebanho brasileiro. Como pode ser observado na tabela abaixo, o estado de São Paulo devido às suas características, tem apresentado, ao longo dos anos, um grande volume de todos os procedimentos relacionados ao trânsito internacional de animais vivos e seus produtos.

Controle do Trânsito Internacional de Animais e de Produtos de Origem Animal					Tabela 63	
Atividade	Un	2007	2008	2009	2010	2011
Certificado Internacional de Pré-Exportação	Nº	*	*	11	34	92
Autorização de importação de animais vivos, material de multiplicação e produtos de origem animal não comestíveis	Nº	*	1392	1.061	1.208	1.331
Anuências Prévias para Importação	Nº.	12601	13720	15.299	16.904	14.052
Autorizações de exportação de animais vivos e materiais de multiplicação animal	Nº.	1086	1.600	1.591	1.941	2.251

Fonte: SSA/SP

Principais indicadores	Tabela 64
------------------------	-----------

Mnemônico	2007	2008	2009	2010	2011	Meta
Capacidade - Indicador da capacidade anual de análise de solicitações de Autorização de Importação de animais vivos e material de multiplicação (<i>Iaia</i>) - N° de solicitações analisadas / Ano						
Iaia	727	1.392	1.061	1.208	1.331	Demanda
Eficiência - Indicador da produtividade de emissão de Autorização de Importação de animais vivos e material de multiplicação efetuadas por técnico (<i>Ipai</i>) - N° de solicitações analisadas / N° de técnicos do serviço						
Ipai	181,75	348	265,25	241,6	221,8	Demanda
Eficácia - Indicador de eficácia na análise de solicitações Anuências Prévias para Import. POA efetuadas em até 5 dias (<i>Ieapoa</i>) - N° de solicitações analisadas em até 5 dias x 100 / N° de solicitações						
Ieapoa	100%	100%	100%	100%	100%	Demanda

Fonte: SSA/SP

As demandas do SSA/SP, no que diz respeito ao trânsito internacional, são atendidas por apenas cinco Fiscais. Entende-se ser necessário que esse número seja aumentado, devido ao grande volume de atividades desenvolvidas no estado de São Paulo.

2.3.2.3 - Ação 2134 – VIGIFITO - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Sanidade Vegetal - SSV

Resultados Operacionais

Esta ação objetiva o cumprimento das normas fitossanitárias que disciplinam a entrada e a saída de sementes, mudas, bulbos, rizomas e tubérculos, além da realização de supervisões periódicas do trânsito interestadual, realizadas por meio do acompanhamento das ações desenvolvidas pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo nos postos de fronteira e também nos postos de fiscalização volantes. Também contempla a supervisão da quarentena de material importado para pesquisa científica.

Outra ação do SSV/DDA-SP é a emissão de pareceres fitossanitários em processos de importação de produtos destinados à alimentação animal (RIPAA) e em registro de fertilizantes, tendo sido emitidos em 2011, respectivamente, 26 e 15 pareceres.

Macroprocesso: Intercepção de pragas

As intercepções de pragas quarentenárias ou limitantes à cultura são ações de extrema importância para a agricultura nacional, pois previnem a entrada de pragas que poderiam comprometer o desempenho do setor.

Observou-se que o número de intercepções em 2011 foi menor relação ao ano anterior. Podemos creditar este fato à falta de laboratórios credenciados para diagnóstico de pragas quarentenárias em batata-semente; como não estavam sendo feitas as análises devidas, não se pôde verificar a presença das pragas de importância quarentenária para o país e, portanto, as notificações foram em menor número que o ano de 2010. Do ponto de vista de defesa fitossanitária, este número é expressivo, sinalizando que a vigilância em material de propagação deve estar sempre se aperfeiçoando.

Com relação ao número de laudos analisados, o aumento deve-se à contribuição de funcionários administrativos da UTRA-Ipanema e estagiários contratados pelo MAPA que

organizaram os documentos e montaram processos para análise e alimentação do banco de dados, permitindo o atendimento de toda a demanda desde 2006.

Interceptação de Pragas na Importação de Material de Propagação Vegetal						Tabela 65
	2007	2008	2009	2010	2011	
Nº Amostras de Diagnostico Fitossanitário	881	893	1189	1335	2327	
Nº laudos analisados	2203	3072	4137	4193	8116	
Nº Interceptações de pragas	12	24	12	42	29	
Nº Amostras dentro do padrão	869	869	1177	1293	2298	

Fonte: SSV-SP

Principais Indicadores							Tabela 66
Mnemônico	Unidade	2007	2008	2009	2010	2011	Meta
Capacidade - Capacidade anual de análise de laudo de diagnostico fitossanitário de material de propagação vegetal (ILDC) - Nº de Laudos analisados/Ano							
ILDC	Nº	2203	3072	4137	4193	8116	Demanda
Efetividade - Conformidade do material de propagação vegetal importado livre de pragas quarentenárias ou limitantes à cultura (ILDQ) - Nº amostras dentro do padrão x 100 / Nº amostras analisadas							
ILDQ	%	98,6	97,3	98,99	96,85	98,75	90

Fonte: SSV/SP

Na tabela acima verificamos que em 2011 o número de laudos analisados quase dobrou em relação ao ano de 2010. Isto se deve ao aperfeiçoamento do sistema de análises de laudos e emissão de baixas por escala, desenvolvido pela equipe do SSV, bem como o maior monitoramento das amostras encaminhadas aos laboratórios e a cobrança de que os resultados dessas análises fossem enviados ao SSV, a fim de que fosse emitida a baixa dos Termos de Depositário.

Macroprocesso: Material de propagação vegetal

O material de propagação vegetal tem grande risco de disseminação de pragas de importância agrícola e por isso é feita análise, conforme a legislação vigente, de solicitações de exportação e importação de material de propagação.

Observa-se que os números de requerimentos para exportação e importação, em geral, são equivalentes. O prazo para análise estabelecido pela legislação, que é de 5 (cinco) dias, foi cumprido em 86,5% em 2011, sendo que a meta estabelecida não foi atingida devido à falta de documentos a serem apresentados pelo interessado, ao aumento da demanda de serviço do SSV e ao período de férias dos fiscais.

Solicitações de importação/exportação de material de propagação vegetal recebidas						Tabela 67
	2007	2008	2009	2010	2011	
Nº Solicitações de Importação recebidas	994	1241	1487	1803	1804	
Nº Solicitações de Exportação recebidas	1275	1159	1225	1200	1218	
Nº Solicitações analisadas em até 5 dias	2203	1883	2040	2987	2616	
Nº Solicitações Deferidas	2241	2328	2639	2964	2984	
Nº Solicitações Indeferidas	42	72	73	39	38	

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores							Tabela 68
Mnemônico	Unidade	2007	2008	2009	2010	2011	Meta
Capacidade - Capacidade anual de análise de solicitações de importação/exportação de material de propagação vegetal (IMVCs) - Nº de solicitações analisadas/Ano							
IMVCs	Nº	2269	2400	2712	3003	3022	Demanda
Eficácia - Eficácia na análise de solicitações de importação/exportação material de propagação vegetal efetuadas em até 5 dias (IMVEs) - Nº solicitações analisadas em até 5 dias x 100 / Nº solicitações							

IMVEs	%	97,1%	78,5%	75%	99,4%	86,5	90%
Eficiência - Produtividade de análises de solicitações de importação/exportação material de propagação vegetal efetuadas por técnico. (IMVPs) - N° solicitações analisadas/N° de Técnicos envolvidos							
IMVPs	N°	756	800	904	500	503	
Efetividade - Conformidade das solicitações de importação/exportação de material de propagação vegetal (IMVQs) - N° de solicitações deferidas x 100 / N° solicitações analisadas							
IMVQs	N°	98,8%	97,0%	97%	98,7%	98,7%	99%

Fonte: SSV/SP

Macroprocesso: Supervisão de quarentena de Material de Pesquisa Científica

O Instituto Agrônomo de Campinas-IAC é um dos dois quarentenários oficiais do país classificados, pela Instrução Normativa 16/1999, como Nível 1. No Estado de São Paulo, há ainda o quarentenário da Empapa Meio Ambiente (CNPMA), em Jaguariúna, que realiza a quarentena de organismos de controle biológico e outros fins, e a estação quarentenária da empresa Canavialis, em Campinas.

Pode-se notar uma tendência de aumento do número de quarentenas de material de pesquisa e, conseqüentemente, da necessidade de supervisioná-las. Em 2011, nota-se uma tendência a se manter o número total de quarentenas instaladas, em relação a 2010.

Em 2011 houve duas destruições por incidência de praga. No primeiro caso o Instituto Agrônomo de Campinas não conseguiu determinar a espécie de nematóide e, por segurança, o material foi incinerado; na segunda ocorrência detectou-se em cana de açúcar um fungo já existente no país, porém a empresa importadora optou por destruir o produto. No entanto, essas duas destruições não afetaram a meta de “quarentenas dentro do padrão”, como é possível observar nas tabelas abaixo.

Supervisão de Quarentena de Material de Pesquisa Científica **Tabela 69**

	2007	2008	2009	2010	2011	Meta
N° Quarentenas instaladas	82	175	130	161	160	Demanda
N° Quarentenas supervisionadas	27	91	120	161	172	100
N° Interceptações de pragas	0	0	0	0	2	0
Quarentenas dentro do padrão (%)	100	100	100	100	99	99

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores **Tabela 70**

	Unidade	2007	2008	2009	2010	2011	Meta
Capacidade - Capacidade anual de supervisão de quarentena de material de pesquisa científica (IQVC) - N° quarentenas/ Ano							
IQVC	N°	82	175	130	161	160	Demanda
Eficácia - Eficácia na supervisão de quarentena de material de pesquisa científica (IQVE) - N° quarentenas supervisionadas x 100/ N° quarentenas instaladas							
IQVE	%	32,9	52	92	100	108	100
Eficiência - Produtividade de supervisão de quarentena de material de pesquisa científica (IQVP) - N° quarentenas supervisionadas /N° técnicos envolvidos							
IQVP	N°	41	87,5	60	161	160	--
Efetividade - Conformidade na quarentena de material de pesquisa científica. (IQm) - N° de quarentena conforme x 100 / N° total de quarentena							
IQVQ	%	100	100	100	100	99	99

Fonte: SSV/SP

Principais recursos humanos **Tabela 71**

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização
-------	--------	--

Fiscal Federal Agropecuário	11	4,90
Agente de Atividade Agropecuária	1	0,20
Obs.: FFas do VIGIAGRO auxiliam nessa ação.		
Fonte: SSV/SP		

Recursos Financeiros					Tabela 72
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMA-DO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	101.552,00	53.500,00	50.140,78	50.140,78	--
339030	15.800,00	12.300,00	12.300,00	8.418,13	427,39
339033	19.000,00	32.500,00	32.500,00	15.110,48	--
339036	3.186,00	3.152,40	3.152,40	3.152,40	--
339039	24.200,00	1.001,10	1.001,10	--	--
339093	3.200,00	1.500,00	1.500,00	622,47	585,32
SUBTOTAL	166.938,00	103.953,50	100.594,28	77.444,26	1.012,71
449052	70.700,00	--	--	--	--

Fonte: SSV/SP, DAD/SP, SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 73
META SIPLAN (fisc.realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZA-DO/PROGRAMADO %
	220.000	220.000	141.964	64,53%

Fonte: SIPLAN

2.3.2.4 - Ação 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola - ERRADMOSCA

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da "Bactrocera carambolae" e da garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional.
Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Sanidade Vegetal – SSV

Resultados Operacionais

Em 2004, após a ocorrência da *Bactrocera carambolae* no Amapá, iniciou-se o programa de Erradicação da Mosca da Carambola em todos os Estados da Federação. Atualmente, o Estado de São Paulo possui o status de “Estado sem ocorrência da praga”. Para que este status seja mantido são realizados mensalmente monitoramento de detecção da praga, em pontos de entrada de produtos vegetais, estratégicos para a segurança sanitária.

O monitoramento é realizado através da instalação de armadilhas nos aeroportos internacionais de Guarulhos e Viracopos, no porto de Santos, Terminal Rodoviário do Tietê e nas Centrais de Abastecimentos (CEASAs) de Campinas e de São Paulo, os quais são considerados pontos estratégicos, devido ao grande fluxo de mercadorias e pessoas oriundas de outros Estados e Países, sendo que sua distribuição está de acordo com orientação do órgão central.

A efetividade desta atividade é importante para o cumprimento de acordos internacionais e da fruticultura nacional, garantindo a exportação de frutas e o abastecimento inter-

no, uma vez que esta praga tem muitos hospedeiros e configura-se no cenário internacional como barreira fitossanitária.

Em 2011, o número de armadilhas foi mantido, mas a forma de trabalho sofreu alteração. Devido à falta de fiscais em alguns pontos de monitoramento, o SSV passou a realizar as ações de monitoramento além das ações de supervisão. O monitoramento está sendo realizado pelo SSV, no Terminal Rodoviário do Tietê, CEAGESP de São Paulo e Porto de Santos. A supervisão está ocorrendo no Ceasa Campinas, Aeroporto de Viracopos e Aeroporto de Guarulhos, onde há fiscais do Vigiagro designados para a execução do monitoramento. Devido à grande demanda de outras ações deste serviço, realizaram-se 83,33% das supervisões previstas, entretanto nenhum monitoramento nos locais de amostragem foi prejudicado, pois os FFAs nos SVAs e SSV realizaram a atividade.

Até o momento, não foi encontrado nenhum exemplar desta praga no Estado. A eficácia do programa se mostra através da manutenção do status de Estado livre da praga *Bactrocera carambolae*, o que garante mercado internacional para muitas frutas.

Monitoramento da Mosca da Carambola					Tabela 74
	2007	2008	2009	2010	2011
Área controlada (ha) - (SIPLAN)	248.209	248.209	248.209	248.209	248.209
Nº armadilhas instaladas	8	22	17	15	15
Nº de monitoramentos programados	-	-	-	-	36
Nº de monitoramentos realizados	-	-	-	-	36
Nº Supervisões programadas nos pontos de monitoramento	4	4	24	58	6
Supervisões realizadas nos pontos de monitoramento	4	3	22	53	5
Nº de FFA envolvidos na supervisão da ação	2	2	2	4	5

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores							Tabela 75
Mnemônico	Unidade	2007	2008	2009	2010	2011	Meta
Capacidade - Índice de Capacidade de Monitoramento (ICm) - Nº de armadilhas instaladas/Ano							
ICm	Nº	8	22	17	15	15	15
Eficácia - Eficácia na supervisão pontos de monitoramento (IEm) - Nº supervisões realizadas x 100/ Nº supervisões programadas							
IEm	%	100	75	92	91,4	83,33	100
Eficiência - Produtividade de supervisão/monitoramento (IPm) - Nº supervisões realizadas e monitoramentos /NºFFA envolvidos							
IPm	Nº	2	1,5	11	13,25	8,2*	--
Efetividade - Conformidade fitossanitária para mosca da carambola em SP (IQm) - Nº moscas encontradas/Nº armadilhas x dias							
IQm	Nº	0	0	0	0	0	0
Eficácia - Eficácia no monitoramento nos pontos de monitoramento (IEm) - Nº monitoramentos realizados x 100/ Nº monitoramentos programados							
IEm	%	-	-	-	-	100	100

* o cálculo deste índice foi alterado a partir de 2011

Fonte: SSV/SP

Principais recursos humanos envolvidos			Tabela 76
Cargo	Número	Equivalente técnico	
		% de dedicação	à ação de fiscalização
Fiscal Federal Agropecuário	04	0,32	
Agente Administrativo	02	0,14	

Fonte: SSV/SP

Recursos Financeiros					Tabela 77
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	10.321,00	3.886,45	3.523,63	3.523,63	

5339030	680,00	60,00	60,00	60,00	
339033	3.000,00				
339039	5.000,00	--	--	--	
339093	2.232,00	1.055,00	1.055,00	130,50	238,83
449052	2.998,00	--	--	--	
TOTAL	24.231,00	5.001,45	4.638,63	3.714,13	238,83

Fonte: SSV/SP, DAD/SP, SIPLAN e SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 78
META SI-PLAN* (área controlada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	24.820.943	24.820.943	24.820.943	100

*O Estado de São Paulo é livre desta praga. Assim não há área controlada e sim área prevenida.

Fonte: SIPLAN

2.3.2.5 - Ação 8572 - Prevenção e Controle de Pragas dos Vegetais e suas partes – PCE-VEGETAL

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Sanidade Vegetal – SSV

Macroprocesso: Prevenção, Controle e Erradicação da Sigatoka Negra - SIGATOKA

A realização de auditorias no Sistema de Mitigação de Risco (SMR) para *Mycosphaerella fijiensis*, fungo causador da Sigatoka Negra, visando o trânsito interestadual de frutos de banana e plantas, é uma das atividades realizadas pelo SSV desde a publicação da Instrução Normativa nº 17/2005.

No ano de 2011, o SMR esteve instalado em 46 municípios paulistas, totalizando 11.478,41ha. Isso correspondeu a 167 unidades de produção, 145 casas de embalagens, 15 empresas de higienização e três viveiros de mudas.

O aumento do universo do SMR em 2010 levou o SSV a capacitar FFAs localizados nas UTRAS para trabalhar nesta ação.

Em 2011, a meta de auditorias foi atingida. Em todos os estabelecimentos onde foram encontradas não conformidades, houve retorno da equipe para verificar o atendimento dentro do prazo estabelecido pela fiscalização.

Prevenção e controle da Sigatoka Negra (<i>Mycosphaerella fijiensis</i>)	Tabela 79
--	-----------

Atividades realizadas	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de pontos cadastrados (UP, UC, viveiro, etc.)		241	293	308	330
Área controlada (ha)		7.090	8.717	9.246	11.478
Nº auditorias programadas no SMR	3	6	6	6	6
Nº auditorias realizadas	3	6	11	6	7
N. de estabelecimentos auditados	-	-	-	-	39
Nº FFA envolvidos na ação	3	2	6	5	10

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores						Tabela 80
Mnemônico	Unidade	2007	2008	2009	2010	2011
Capacidade - Índice de Capacidade de Supervisão (ICsn) - Nº de auditorias realizadas/Ano						
ICsn	Nº	3	6	11	6	7
Eficácia - Eficácia na Supervisão (IEsn) - Nº auditorias realizadas x 100/ Nº auditorias programadas						
IEsn %	%	100	100	183	100	116
Eficiência - Produtividade de Supervisão (IPsn) - Nº auditorias realizadas/NºFFA envolvidos						
IPsn	Nº	1	3	1,83	1	3,9

Fonte: SSA/SP

Macroprocesso: Prevenção e Controle da *Anastrepha grandis* - Cucurbitácea

Outra atividade do SSV/DDA-SP é o acompanhamento do monitoramento da mosca *Anastrepha grandis* que ataca frutos de cucurbitáceas (abóbora, melão, melancia etc.), visando o cumprimento de acordos internacionais. O total de área cadastrada e monitorada em 2011 no Estado de São Paulo foi de 137 hectares, com propriedades inscritas de três regiões: Jales/Paranapuã, Presidente Prudente e Rinópolis.

As Unidades de produção, situadas em municípios previamente inscritos, foram monitoradas por meio de armadilhas com atrativo alimentar, com coleta semanal e posterior análise por entomologistas capacitados. Há seis anos não é capturado um único exemplar da mosca *Anastrepha grandis* nas propriedades monitoradas, o que garante a eficácia do sistema e a manutenção do programa, que atende as exigências dos países importadores, Argentina e Uruguai.

Houve muita dificuldade na aduana da Argentina para liberação dos caminhões com as cargas de cucurbitáceas. O tempo de espera era superior a dez dias e a qualidade do produto ficava comprometida.

O número de UPs cadastradas diminuiu bastante pelas dificuldades ocorridas já na safra anterior na aduana Argentina, desistência de um produtor de Paranapuã e outro de Rinópolis. As exportações caíram muito porque, mais uma vez, a aduana Argentina dificultou o máximo a entrada de cucurbitáceas, causando inclusive a perda de produtos que estragaram na fronteira. As UPs de melancia e abóbora japonesa foram totalmente desviadas para o mercado interno, sendo que somente a abóbora menina creme foi exportada.

Em 2011, todas as regiões foram auditadas, sendo visitadas todas as propriedades e UPs cadastradas. São quatro FFAs envolvidos neste SMR, a saber: um da UTRA São José do Rio Preto, dois da UTRA de Presidente Prudente e um da sede da SFA em São Paulo/SP.

Monitoramento da <i>Anastrepha grandis</i> em Cucurbitáceas para Exportação						Tabela 81
Atividades Realizadas	2007	2008	2009	2010	2011	
Unidades de Produção inspecionadas	5	7	19	20	10	
Unidades de Produção cadastradas	5	7	19	20	10	
Armadilhas monitoradas	60	56	120	112	40	
Índice MAD*	0	0	0	0	0	
Toneladas inspecionadas/exportadas	2961	2712	4302	3870	670	

* mosca capturada por armadilha por dia
Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores							Tabela 82
Mnemônico	Unidade	2007	2008	2009	2010	2011	Meta
Capacidade - Índice de Capacidade de Inspeção (IHC) - Toneladas de produto inspecionado/Ano							
IHC	Nº	2961	2712	4302	3870	1500	Demanda
Eficácia - Conformidade de cucurbitáceas inspecionadas (IHQ) - Toneladas aptas a exportar x 100/ Toneladas inspecionadas							
IHQ	%	100	100	100	100	100	100
Eficiência – Produtividade de inspeções de cucurbitáceas por técnico (IHP) -Toneladas de produto inspecionado /NºFFA envolvidos							
IHP	Nº	987,15	904,1	1377,33	1290	500	167.50
Efetividade – Conformidade de cucurbitáceas exportadas para Argentina e Uruguai (IHE) – Toneladas não rechaçadas x 100 / Toneladas exportadas							
IHE	%	100	100	100	100	100	100

Fonte: SSV/SP

Macro processo: Prevenção e Controle da *Guignardia citricarpa* – Citros

As atividades realizadas nesta ação referem-se à implantação de Sistema de Mitigação de Risco (SMR) da Pinta Preta (*Guignardia citricarpa*), visando à exportação de frutos cítricos “in natura” para a Comunidade Européia.

Para a exportação de citrus, como parte do Sistema de Certificação Fitossanitária, além das medidas fitossanitárias adotadas na produção, há a presença de FFAs diretamente nas Unidades de Consolidação para emissão do Certificado Fitossanitário Internacional. Esta ação assegura uma melhor rastreabilidade dos frutos, melhor controle da sanidade e atende às exigências fitossanitárias dos países importadores.

As ações de inspeção de citrus em 2011 foram realizadas em duas unidades de consolidação, sendo elas as empresas: Sucocítrico Cutrale, em Araraquara e Bravis, em Itapetininga.

Em 2011 a área cadastrada no SMR foi de 6.970 ha. O cadastro e as inspeções das UPs, aprovadas nos testes de indução laboratoriais são feitas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Foram exportadas em 2011 para a Comunidade Européia 29.676 toneladas de laranjas e tangerinas frescas, correspondentes a 1.195 Certificados Fitossanitários. Desse total, exportado pela empresa Cutrale, foram rechaçadas quarenta cargas por ocorrência de *Guignardia citricarpa* pelos países da União Européia. O único contêiner exportado pela Bravis foi rechaçado por detecção de resíduo de agrotóxico acima do limite permitido. Como cada Certificado corresponde a um contêiner apenas, o percentual de rechaço então foi de 3,34%.

Nos testes de indução, realizados antes da liberação para colheita, 94 UPs foram reprovadas e retiradas do Sistema de Mitigação de Risco. Das UPs que foram aprovadas nos testes de indução, 32 UPs foram reprovadas nas inspeções em pré-colheita realizadas pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal. As inspeções de frutos realizadas nas Casas de Embalamento pelos Fiscais do MAPA constataram a ocorrência de Pinta Preta em frutos de outras 24 UPs, que foram retiradas do programa de exportação para a Comunidade Européia. O Responsável técnico do Packing House da Cutrale também comunicou a ocorrência de Pinta Preta em quatro UPs.

Com a maior ocorrência de *Guignardia* nos testes de indução e nas inspeções, associado ao elevado número de partidas rechaçadas na Europa, as exportações foram encerradas em 29 de setembro, portanto antes da época prevista.

Exportação de Citros para CE					Tabela 83
Atividades realizadas	2007	2008	2009	2010	2011
Área controlada (há)	--	10.544	7.179	7.230	6.970

Nº Unidades de Produção (UP) inspecionadas	47	547	428	371	332
Nº Unidades de Produção (UP) aptas a exportar	–	421	323	209	178 ^(*)
Nº Unidade de Consolidação (UC) inspecionada	9	2	3	3	2
Nº Unidade de Consolidação (UC) cadastrada	7	2	3	3	2

* Esse é o número UPs que se mantiveram aptas a exportar até o final. Algumas UPs exportaram no início e depois foram excluídas.

Fonte: SSV/SP

Principais Indicadores Tabela 84

Mnemônico	Unidade	2008	2009	2010	2011
Eficácia – Conformidade de frutos cítricos inspecionados (IFQc) - UP apta a exportar x 100 / UP inspecionadas					
IFQc	%	77,0	75,5	56,3	54,00

Fonte: SSV/SP

Principais recursos humanos envolvidos Tabela 85

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização
Fiscal Federal Agropecuário	13	1,80
Agente Administrativo	2	0,40

Fonte: SSV/SP

Recursos Financeiros Tabela 86

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	35.140,00	39.267,42	30.337,13	30.337,13	--
339030	5.918,00	8.900,00	8.900,00	6.016,00	295,07
339033	10.000,00	3.500,00	3.500,00	--	835,46
339036	885,00	1.062,00	1.062,00	1.062,00	--
339039	--	17.000,00	17.000,00	--	--
339093	8.600,00	1.942,00	1.942,00	320,80	--
SUBTOTAL	60.543,00	71.671,42	62.741,13	37.735,93	1.130,53
449052	3.700,00	--	--	--	--

Fonte: SSV/SP, DAD/SP, SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 87

META SIPLAN (área controlada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO COR- RIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	152.416	660.000	660.000	100

Fonte: SIPLAN

2.3.2.6 - Ação 2139 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e insumos - VIGIZOO

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; Capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Área responsável pela execução	Serviço de Saúde Animal – SSA

Ações Realizadas Tabela 88

Atividade	Ações	Produtos	Tipo Ação
Fiscalização do trânsito nacional de animais e produtos	Habilitação de médicos veterinários para emissão de Guia de Trânsito Animal Orientação técnica Recebimento e análise de documentação.	Portarias de habilitação de médicos veterinários para emissão de GTA.	DIRETA/ INDIRETA
Liberação de produtos para exportação	Recebimento e análise de documentação.	Certificado zoosanitário de origem / Declarações	DIRETA
Vigilância epidemiológica	Recebimento de dados epidemiológicos, verificação e tabulação.	Ficha epidemiológica mensal Informes epidemiológicos mensais específicos (doenças aviárias, brucelose, tuberculose, raiva).	DIRETA/ INDIRETA

Supervisão das Ações de Defesa Sanitária:

Durante o ano de 2011, os recursos financeiros foram disponibilizados conforme solicitados, mas o maior obstáculo para a plena execução das ações continuou a ser a deficiência de recursos humanos. No que se refere às supervisões ao órgão estadual de defesa sanitária animal, o reduzido quadro de técnicos do SSA foi um entrave para o pleno desenvolvimento desta atividade. Dos 9 (nove) FFAs lotados na sede e 3 (três) os colaboradores das UTRAs somente 3 (três) FFAs estão aptos e com disponibilidade para supervisionar 40 (quarenta) Escritórios de Defesa Agropecuária – unidades regionais do órgão executor, sendo que os mesmos ainda coordenam outras ações e colaboram nos demais macroprocessos do Serviço. Tal realidade não permitiu o cumprimento da meta estabelecida de 40% do total.

Trânsito Interestadual de Animais e Produtos:

Atendeu-se à demanda tanto no que se refere à habilitação de Médicos Veterinários para emissão de Guia de Trânsito Animal – GTA, assim como ao credenciamento de Médicos Veterinários para emissão de Certificado de Inspeção Sanitária-Modelo E(CIS – E). Prosseguiu-se com os trabalhos de treinamento e emissão de novas Portarias de Habilitação de Médicos Veterinários para emissão de GTAs no Estado de São Paulo.

Médicos Veterinários treinados e habilitados a emitir GTA e CIS-E		Tabela 89
ESPECIES	NUMERO (Médicos Veterinários)	
Aves e Ovos Férteis	125	
Eqüídeos	108	
Animais Silvestres	4	
Animais Aquáticos	13	
Animais de Laboratório	5	
Suídeos	3	
Egresso de Eventos	182	
Total	440	

Fonte: SSA/SP

Informes Epidemiológicos:

O SSA mantém um estreito relacionamento com os Médicos Veterinários habilitados para recebimento de relatórios mensais via e-mail.

Tal fato confere maior agilidade na troca de informações e na divulgação de normas, mas cabe ressaltar que o recebimento de relatórios ainda está aquém do desejável, embora tenha havido melhoria em relação ao ano de 2010. Hoje há uma média de 340 relatórios recebidos por mês durante este ano de 2011.

Declarações Sanitárias:

Para o segmento exportador, destaca-se a padronização dos Certificados de Conformidade visando subsidiar principalmente as exportações de alimentos para cães e gatos para a América Latina. A emissão atendeu a demanda no intuito de certificar segundo às exigências sanitárias dos países importadores, especialmente no que se refere ao status do Estado e do

Brasil com relação à Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca) e Febre Aftosa.

Atividades Desenvolvidas **Tabela 90**

Vigilância Zoonositária e Controle de Trânsito Interestadual 2007-2011						
ATIVIDADE	Un.	2007	2008	2009	2010	2011
Declarações sanitárias para fins de exportações emitidas	Nº.	125	334	198	85	115
Notificação de enfermidades a outros SSAs	Nº.	00	00	00	0	0
Informes epidemiológicos mensais elaborados	Nº.	96	96	88	88	88
Méd. veterinários habilitados para emissão de GTA	Nº.	286	64	360	360	440
Médicos veterinários descredenciados	Nº.	816	63	49	70	31
Médicos veterinários credenciados orientados	Nº.	286	300	239	335	340
Relatórios recebidos e processados	Nº.	1.850	9.964	2.394	3516	4080
Propriedades atendidas	Nº.	54.294	61.925	57.150	59.732	57.254

Fonte: SSA/SP

Em 2011 foram realizados quatro treinamentos para habilitação de Médico Veterinários para emissão de GTAs, totalizando entre as novas habilitações e cancelamentos, o número de 440 Médicos Veterinários ao final do ano de 2011.

Principais Indicadores **Tabela 91**

Mnemônico	Unidade	2007	2008	2009	2010	2011	Meta
Capacidade - Indicador de capacidade anual de habilitação de médico veterinário (ICcrf) – Nº de med.vet.habilitados/Ano							
ICcrf	Nº	286	64	360	360	440	deman-da
Eficácia – Indicador de conformidade de atuação de med.veterinario habilitado (IQcrf)-med. veterinário habilitado inicia/ Nº de med. Veterinário desabilitado no ano x 100							
IQcrf	Nº	-65	78,93	88,02	100	100	100

Fonte: SSA/SP

Principais recursos humanos envolvidos **Tabela 92**

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização
Fiscal Federal Agropecuário	1	0,80
Agente Administrativo	1	0,10

Fonte: SSA/SP

Esta ação foi desempenhada com recursos financeiros da ação PCEANIMAL.

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 93
META SIPLAN* (Fiscalização realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	1.100.000	800.000	660.388	82,55

* refere-se à emissão de GTA pelo serviço oficial e médicos veterinários habilitados.

Fonte: SIPLAN

2.3.2.7 - Ação 4842 – FEBREAFTOSA - Erradicação da febre aftosa

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários norte e nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização

de diagnóstico e monitoramento soro epidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.

Áreas responsáveis
pela execução da ação

Serviço de Saúde Animal - SSA

O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) tem como estratégia principal a implantação progressiva e manutenção de zonas livres da doença, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

No Estado de São Paulo, as ações de campo relativas ao PNEFA, são executadas pelos médicos veterinários da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA-SP), através da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA). As ações de fiscalização da vacinação, do controle do trânsito de animais suscetíveis à febre aftosa, do cadastramento de propriedades, do inquérito sorológico e demais atividades relacionadas são executadas pela CDA, sob supervisão do SSA.

O controle do trânsito interestadual de animais biungulados susceptíveis à febre aftosa, regulamentado pela Instrução Normativa nº 44/07 é de competência do MAPA e executado no estado pelos FFAs do SSA. Para que animais de outros estados classificados como de médio risco para febre aftosa ingressem no Estado de São Paulo, é necessária uma autorização prévia pelo SSA emitida somente após a realização de quarentena de 30 dias e sorologia na origem. No local de destino, os animais deverão ser submetidos a uma quarentena de 15 dias, e somente após esses procedimentos os animais são liberados para movimentação dentro do Estado.

Atividades Relacionadas ao Trânsito de Biungulados para Recria ou Engorda entre Áreas de Diferentes Classificações de Risco

Tabela 94

	2007	2008	2009	2010	2011
Número de fiscais envolvidos com as autorizações de ingresso	1	1	1	1	1
Análise de requerimento ingresso/egresso SP	27	25	40	124	40
Vistorias em propriedades pedidos/resultados	9	8	8	12	5
Autorizações emitidas para ingresso em SP	4	3	7	37	39
Encaminhamento de autorizações de outras UFs	-	12	19	27	18
Acompanhamento de quarentena pré-trânsito	8	11	19	25	21

Fonte: SSA/SP

As ações executadas pelo MAPA e pela CDA são complementares e tem contribuído para a manutenção da condição de zona livre de febre aftosa com vacinação, alcançada pelo Estado de São Paulo, no ano 2.000, sendo que o último foco da doença no estado foi registrado no estado em 1996.

No ano de 2010, o estado de São Paulo deu mais um importante passo para que no futuro seja reconhecido como zona livre de febre aftosa sem vacinação, considerado pela comunidade internacional com a melhor classificação quanto a essa enfermidade. O esquema de vacinação foi modificado, a fim de que na 1ª etapa de vacinação, que ocorre no mês de maio, seja apenas para os animais com até 24 meses de idade e, na 2ª etapa, em novembro, ocorra a vacinação de todo o rebanho.

Como pode ser observado na tabela abaixo, os índices vacinais no estado se mantiveram altos nos últimos anos, o que permitiu que a estratégia enunciada acima fosse adotada. No entanto, essas ações devem estar sempre acompanhadas do controle do trânsito de animais susceptíveis a febre aftosa, ações de vigilância e educação sanitária.

Vacinação em Propriedades

Tabela 95

Propriedades	Mai/07	Nov/07	Mai/08	Nov/08	Mai/09	Nov/09	Mai/10	Nov/10	Mai/11	Nov/11
existentes	153.349	156.422	151.442	147.814	153.300	150.905	129.367	148.199	126.823	146.186

vacinaram	151.016	149.460	146.055	139.939	127.916	141.679	122.409	140.453	120.577	139.767
%	98,48	95,55	96,44	94,18	83,44	93,89	94,62	94,77	95,07	95,61
Bovinos (em 1.000 cab.)	Mai/07	Nov/07	Mai/08	Nov/08	Mai/09	Nov/09	Mai/10	Nov/10	Mai/11	Nov/11
existentes	12.001	11.923	11.576	11.444	4.938 *	11.549	4.784	11.346	4.613	11.280
vacinaram	11.946	11.827	11.478	11.215	4.737	11.301	4.653	11.165	4.529	11.039
%	99,54	99,18	99,16	96,49	95,93	97,85	97,26	98,40	98,20	98,83

*Total de bovídeos com idade até 24 meses (etapa de maio/09)

Fonte: SSA-SP

A meta para 2012 é manter a condição de zona livre de febre aftosa com vacinação, visando pleitear o reconhecimento como zona livre de febre aftosa sem vacinação em futuro próximo.

Principais Indicadores							Tabela 96
Mnemônico	Unidade	2007	2008	2009	2010	2011	Meta
Capacidade - Indicador de capacidade de emissão de autorização de ingresso de animais em zona livre FA-ZLFA- (IC alzl) – nº autorizações emitidas/ano							
(IC alzl)	Nº	4	3	7	37	39	Demanda
Eficácia – Conformidade das autorizações de ingresso na ZLFA (IQ alzl) – nº autorizações emitidas x 100 / nº autorizações solicitadas							
IQ alzl	%	14,8	12	78*	29,84	97,5	100%
Eficiência – Indicador de produtividade na emissão de autorizações de ingresso de animais na ZLFA (IP alzl) – nº de autorizações de ingresso/nº de fiscais envolvidos							
(IP alzl)	Nº	4	3	7	37	39	Demanda
Efetividade - Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (IEe fa)-Nº casos notificados x 100 / Ano							
(IEe fa)-	Nº	0	0	0	0	0	0

*emissão de autorização de ingresso em conformidade

Fonte: SSA/SP

Principais recursos humanos envolvidos

O SSA conta com a colaboração de três FFAs nas ações relacionadas ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. Um desses fiscais está envolvido nos controles do trânsito nacional de animais suscetíveis, normatizado pela IN nº. 44; os outros dois FFAs atuam na supervisão das ações executadas pelo órgão estadual de defesa sanitária animal e no acompanhamento de convênios. Consideramos serem insuficientes os recursos humanos disponíveis, uma vez que a pecuária paulista tem expressiva representatividade na balança comercial.

Principais recursos humanos envolvidos			Tabela 97
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização	
Fiscal Federal Agropecuário	3	0.7	
Agente Administrativo	1	0.5	

Fonte: SSA/SP

Recursos Financeiros*					Tabela 98
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	6.143,25	110.088,05	85.027,85	85.027,85	
339030**	774,00	147.901,61	147.901,61	131.414,32	634,82
339033	6.000,00	11.000,00	11.000,00	7.489,12	
339036		2.130,50	2.130,50	2.130,50	
339037		882.184,50	882.184,50	810.808,54	59.732,26
339039**		285.100,07	262.372,07	215.034,48	17.647,07
339092		10.605,37	10.575,67	10.575,67	

339093	400,00	11.200,00	11.200,00	1.945,34	4.323,84
449051		32.993,31	32.993,31		32.993,31
449052		13.499,00	13.499,00		

*na coluna programado não está incluído o recurso solicitado para a EQC, já na coluna recebido estão incluídas as despesas com a EQC

Fonte: SSA/SP, DAD/SP, SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 99

META SIPLAN (área livre em Km ²)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZA- DO/PROGRAMADO %
	248.209	248.209	248.209	100

Fonte: SIPLAN

2.3.2.8 - Ação 8658 – PCEANIMAL- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a saúde animal, visando assegurar a saúde do consumidor, o aumento da produtividade do rebanho nacional e qualidade dos alimentos gerados. Essa ação é dividida em cinco macro processos, cujas finalidades estão listadas abaixo. Diminuir o impacto negativo da tuberculose e da brucelose na saúde comunitária, elevar a produtividade dos rebanhos bovinos e promover a competitividade da pecuária nacional. Reduzir e controlar a ocorrência da raiva dos herbívoros, prevenir a entrada da doença da vaca louca no Brasil e prevenir, controlar e erradicar as demais encefalopatias espongiformes transmissíveis. Reduzir a incidência de doenças na equideocultura, na ovinocaprino cultura e na criação de pequenos e médios animais. Garantir a sanidade do plantel avícola. Reduzir a incidência de doenças na suídeocultura
Descrição	Atuar aplicando as diretrizes de cada programa sanitário fiscalizando o cumprimento da legislação vigente, certificando propriedades, habilitando pessoal para atuação junto ao serviço oficial, orientando os produtores, entre outras ações, conforme atividades descritas abaixo: Definição de campanha de vacinação obrigatória contra a brucelose; certificação de propriedades livres e monitoradas para brucelose e tuberculose; credenciamento e capacitação de médicos veterinários e laboratórios; padronização de métodos e fiscalização da infraestrutura laboratorial de diagnose das zoonoses; conclusão de diagnóstico epidemiológico de brucelose e tuberculose em escala nacional, incluindo estimativa de prevalência, identificação de fatores de risco e caracterização dos sistemas de produção; implantação de sistema de vigilância global para brucelose e tuberculose. Definição de campanhas de vacinação de bovídeos e eqüídeos; combate aos morcegos hematófagos e a outros transmissores eventualmente identificados nos focos de raiva; educação sanitária em comunidades; análise laboratorial de indivíduos transmissores; verificação do coeficiente de mordedura e da dinâmica das populações; controle e fiscalização de importações e de ingressos no país de possíveis fontes de infecção de Encefalopatia Espongiforme Bovina (bovinos, farinhas de carne e ossos de ruminantes e outros materiais); inspeção e fiscalização das plantas e processos de produção de rações para animais; fiscalização dos processos graxaria; exames clínicos inclusive necropsia) e epidemiológicos; análise laboratorial de material encefálico; interdição de propriedades e declaração de quarentena; sacrifício e incineração de animais; análise de processos de indenização; Capacitação técnica dos médicos veterinários oficiais; implantação e manutenção do Cadastro Nacional de Propriedades com Caprinos e Ovinos; constituição de Comitê Técnico Consultivo para o Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos (PNSCO); estruturação de sistema de vigilância para doenças exóticas de caprinos e ovinos; definição de pontos de diagnóstico, prevenção e controle de doenças de caprinos e ovinos de maior importância para o PNSCO; visitas à propriedades; vacinação de animais; colheita de material para realização de inquéritos soroepidemiológicos; aquisição de equipamentos de informática para a implantação e manutenção do Cadastro Nacional de Propriedades com Caprinos e Ovinos; Educação. Prevenção, erradicação e controle das doenças que compõem o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA); registro das propriedades; controle sanitário e certificação de

núcleos e estabelecimentos produtores de aves nos estados participantes do PNSA; vigilância e erradicação dos focos suspeitos e confirmados da Doença de Newcastle com adoção de medidas sanitárias previstas na legislação nacional e da OIE; treinamento e reciclagem dos profissionais em relação as doenças aviárias e as atividades de fiscalização e controle sanitário, biossegurança, cadastro e registro dos sistemas produtivos diferenciados e outros temas de interesse do PNSA.

Promoção e participação em reuniões, acompanhamento de estudos epidemiológicos e campanhas de educação sanitária; elaboração de normas e procedimentos técnicos para diagnóstico de enfermidades; criação de zonas livres de doenças para certificação de granjas de reprodutores; controle da utilização de imunobiológicos e demais insumos para a atividade; auditorias e supervisões técnicas em órgãos oficiais de defesa sanitária animal nos estados; fiscalizações de estabelecimentos de produção e reprodução de suídeos.

Área responsável
pela execução

Serviço de Saúde Animal - SSA

Macroprocesso: Controle e Erradicação da Tuberculose e da Brucelose

Neste macro processo, a função do SSA é a de atuar em nível estadual, no Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT). Fazem parte da ação o acompanhamento e participação como instrutor dos Cursos sobre Métodos de Diagnóstico da Brucelose e Tuberculose Bovina e Noções de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis, a análise da documentação dos Médicos Veterinários que pretendem habilitar-se para atuar no Programa, a certificação das propriedades livres ou monitoradas e o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo.

O Curso de Métodos de Diagnóstico da Brucelose e Tuberculose Bovina e noções de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis são ministrados visando à habilitação de médicos veterinários para atuar no Programa como colaboradores nas ações desenvolvidas pelo serviço oficial.

A procura, por parte dos médicos veterinários para habilitação, tem diminuído sensivelmente nos últimos anos, conforme tabela abaixo, embora o número de profissionais já habilitados seja expressivo se comparado ao plantel bovino existente no estado.

O número de propriedades com interesse na certificação como propriedades livres ou monitoradas tem aumentado, mas ainda não é o desejável. Como o processo é moroso (10 meses em média) devido ao prazo a ser respeitado entre os exames e a possibilidade de, em qualquer momento dos exames, haver a reprovação da propriedade e os proprietários não terem um ganho efetivo e imediato, existe ainda certa resistência quanto à adesão à certificação de seu rebanho. Contudo, no ano de 2011 foram feitas 05 (cinco) renovações de certificação de propriedades e atualmente 65 propriedades estão em processo de certificação.

Como meta para o ano de 2012, aponta-se o incremento na supervisão dos médicos veterinários e a certificação de propriedades.

Abaixo seguem elencados alguns pontos de estrangulamento que comprometeram até então o avanço do PNCEBT no estado de São Paulo:

- Dificuldade no processo de sacrifício dos animais reagentes, visto que os frigoríficos não querem receber estes animais;
- Falta de recursos para indenização dos animais reagentes, levando em muitos casos os proprietários esconderem os animais;
- Demora na desabilitação dos médicos veterinários que infringem a legislação, em função dos tramites documentais;
- Restrita divulgação do programa em nível estadual e nacional;
- Restrita divulgação das vantagens oferecidas ao produtor para obter a certificação de propriedade livre ou monitorada;
- Restrita participação dos serviços de inspeção no cumprimento da IN 51/2002 sobre a exigência de certificação das propriedades para a produção de leite B e;

- Demora na nomeação do gerente estadual do PECBT em função das mudanças dos representantes da alta administração do órgão estadual.

Cursos Ministrados		Tabela 100				
	Unid.	2007	2008	2009	2010	2011
Treinamento de FFAs em brucelose e tuberculose	Nº.	10	10	10	0	0
Cursos de Brucelose e Tuberculose com supervisão oficial	Nº.	10	09	13	08	09
Veterinários treinados p/ habilitação	Nº.	178	167	192	173	185
Total de veterinários treinados no Estado	Nº.	0	32	57	02	0
Veterinários habilitados	Nº.	62	61	60	51	34
Veterinários desabilitados	Nº.	0	0	0	13	7

Fonte: SSA/SP

Principais Indicadores		Tabela 101				
Mnemônico	Unidade	2007	2008	2009	2010	2011
Eficiência - Indicador de produtividade na habilitação de médicos veterinários - (IP hmv) – nº med. veterinários habilitados/nº fiscais						
IP hmv	nº	62	61	60	51	34
Capacidade – Capacidade de habilitação de med.veterinarios (IQ hmv) – Med. Veterinários habilitados / ano						
IQ hmv	nº	62	61	60	51	34
Eficácia – Indicador de eficiência de cursos de habilitação de med. veterinários para atuar no PNECBT (IE hmv) – nº de cursos realizados/nº de cursos com participação de FFA						
IE hmv	nº	10	9	13	8	9

Fonte: SSA/SP

Macro processo: Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina (doença da vaca louca)

As ações de controle da raiva dos herbívoros em São Paulo são executadas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP) sob supervisão da SFA. Os resultados apresentados são referentes às análises de relatórios mensais encaminhados pela CDA/SAA-SP.

Avaliação quanto às Atividades Profiláticas em Raiva					Tabela 102	
Nº de propriedades com focos de morcego monitorados/ N°. de animais vacinados/ N°. de casos confirmados de acordo com a espécie animal						
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Espécie Animal	Propriedades monitoradas		Nº. Propriedades com casos		Nº Casos*	
Bovídeos	5069	3990	35	35	48	53
Equídeos	723	198	05	5	04	5
Caprinos	---	---	0	0	0	0
Ovinos	47	---	01	0	01	0
TOTAL	5893	4188	41	40	53	58

* casos com diagnóstico clínico e/ou laboratorial

Fonte: SSA/SP

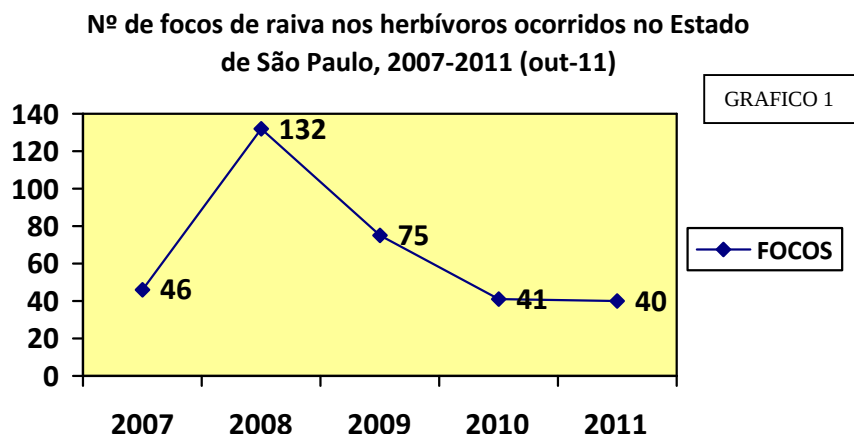
Pela análise da tabela acima, verifica-se uma manutenção da incidência do número de casos de raiva nos herbívoros em 2011. Os 40 focos ocorridos foram registrados em sua grande maioria nos seguintes municípios: Buritizal, Caçapava, Fartura, Guararema, Jaú, Lindóia, Maracá, Mococa, Paulo de Faria, São João da Boa Vista, São José do Barreiro, São José do Rio Pardo, Socorro, Tatuí, Tapiratiba, dentre outros.

Até outubro de 2011, foram trabalhados 1852 refúgios, sendo capturados e tratados com pasta vampiricida 3585 morcegos hematófagos. Destes, 31 foram encaminhados para diagnóstico laboratorial.

Desde outubro de 2008, não foram encaminhados ao MAPA os registros de controle da vacinação anti-rábica dos herbívoros, pois, de acordo com informações do Órgão Estadual, a partir desta período, excluiu-se a obrigatoriedade de vacinação contra a raiva dos herbí-

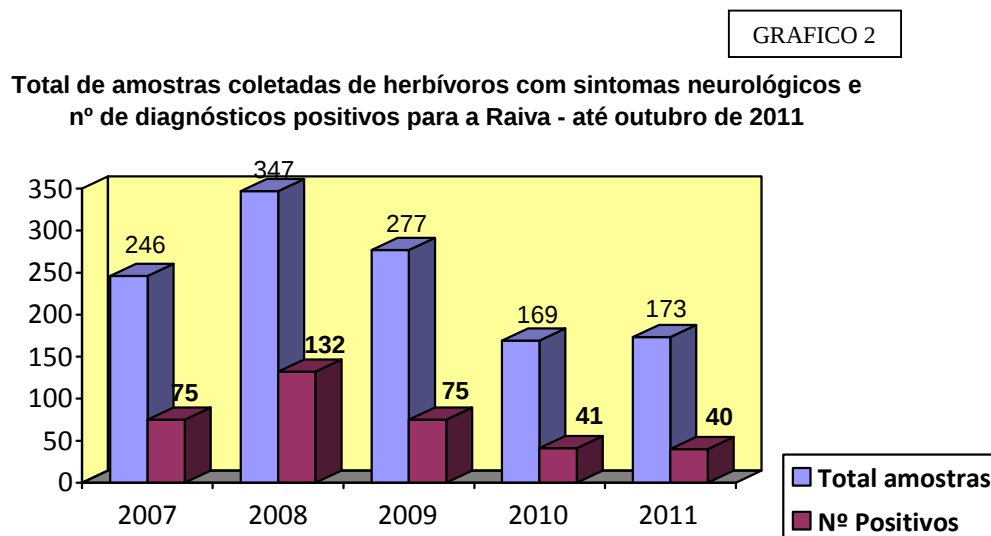
voros, já que as áreas de risco para a doença vêm paulatinamente diminuindo, em consequência da intensificação das medidas de controle.

O Programa de Controle da Raiva dos Herbívoros (PNCRH) no estado de São Paulo demonstra sua efetividade, levando-se em consideração que, no ano de 2008, apenas 0,05% das propriedades foram acometidas, atingindo um número muito pequeno de animais (0,0008%) e em 2009, reduziu-se para 0,0005% os animais acometidos. Tendência essa que se manteve em 2010 e 2011, como observado no gráfico abaixo. O gráfico abaixo demonstra o número de focos ocorridos no Estado de São Paulo, de 2007 a



2011.

Quanto à vigilância da raiva dos herbívoros, o gráfico abaixo demonstra o número de amostras coletadas de animais com sintomas neurológicos e o número de animais positivos para a raiva.



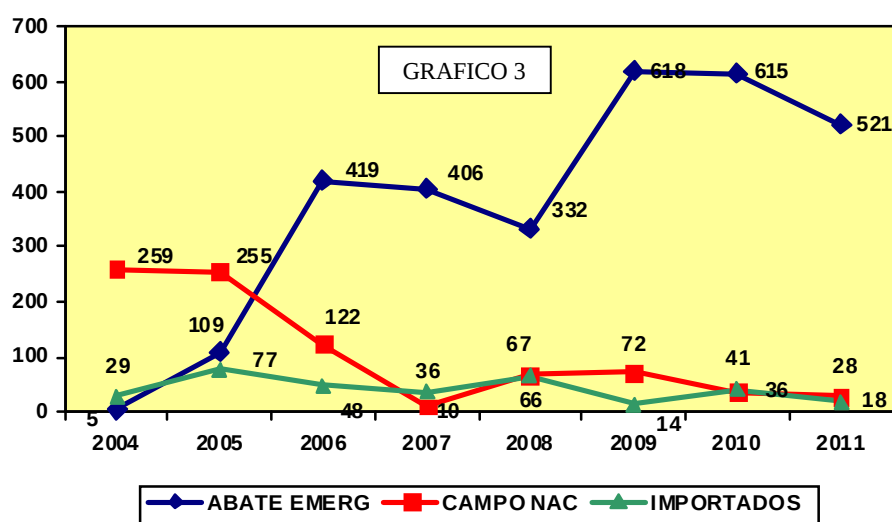
O Programa de Controle da Raiva dos Herbívoros (PNCRH) no estado de São Paulo demonstra sua efetividade levando-se em consideração os dados de vigilância e monitoramento das propriedades, assim como o decréscimo das ocorrências de focos de raiva nos herbívoros.

Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB)

Visando realizar a vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina (doença da vaca louca) em populações de maior risco, o SSA-SP supervisiona a colheita de amostras em matadouros, nos animais submetidos ao abate de emergência e/ou naqueles que chegam mortos. As amostras (tronco encefálico) são coletadas por FFAs do Serviço de Inspeção Federal. Em 2011, foram encaminhadas ao LANAGRO/PE 736 amostras de tronco encefálico, para aná-

lise pela técnica de imunoistoquímica. Esclarece-se que, das amostras encaminhadas ao LANAGRO-PE, 215 referem-se às amostras coletadas no segundo semestre de 2010, sendo as 521 coletadas em 2011. Portanto, em 2010, foram realizadas 615 coletas de amostras de tronco encefálico. Ressalta-se que os dados das coletas de 2011 são referentes às amostras recebidas e encaminhadas em 2011, não representando o número total de amostras coletadas pelos SIFs.

Adicionalmente, em bovinos importados de países considerados de risco, foram coletadas, em 2011, 18 amostras, todas negativas para a EEB e 28 amostras de animais nascidos no Brasil e que apresentavam sintomatologia nervosa, sendo todos os resultados negativos para a EEB analisados pelo Instituto Biológico de São Paulo (histopatológico). O gráfico abaixo demonstra o número de amostras encaminhadas para o exame histopatológico e/ou imunoistoquímica, de 2004 a 2011.



Verifica-se que a coleta de amostras de bovinos oriundos de abate de emergência mantém-se elevada desde 2006. Em 2009, o aumento do número de amostras coletadas em relação aos anos anteriores deve-se à intensificação das colheitas nos estabelecimentos de abate de bovinos sob inspeção federal, após treinamento realizado para os fiscais federais agropecuários dos SIFs e para os médicos veterinários do Órgão Estadual. Os treinamentos foram realizados em 2009 e 2010.

Quanto à vigilância nos bovinos oriundos do campo com sintomatologia nervosa, verifica-se que houve uma diminuição acentuada da coleta de amostras em 2007. Em 2009, houveram vários treinamentos focando a importância da vigilância e do diagnóstico diferencial destinados aos médicos veterinários do Órgão Estadual. A partir de então, houve um incremento na vigilância ativa em 2008, 2009, porém não se manteve em 2010 e reduziu ainda mais em 2011.

Ressalta-se que em 2010, o SSA promoveu um treinamento para os técnicos da CDA-SP sobre os procedimentos de vigilância e monitoramento de bovinos importados e observa-se que houve um leve aumento da vigilância nesta categoria (41 amostras).

Quanto às atividades de mitigação de risco da EEB em estabelecimentos rurais, essas foram desenvolvidas diretamente pela SFA através da ação de fiscalização de propriedades rurais, com o objetivo de coibir o uso de subprodutos de origem animal na alimentação de ruminantes, cumprindo o que determina a Instrução Normativa nº. 08, de 25/03/2004 e de acordo com os procedimentos determinados pela IN 41, publicada em 08 de outubro de 2009.

A tabela abaixo demonstra o número de fiscalizações e amostragens realizadas de 2006 até 2011, observando-se que houve um incremento nas fiscalizações em 2008 e 2009,

tendo em vista a identificação em 2007 de regiões críticas (de risco) quanto à utilização de subproduto de origem animal na alimentação dos ruminantes.

Em 2011, as fiscalizações foram realizadas quase que exclusivamente por 01 a 02 FFA. Foram fiscalizadas, em 2011, 53 propriedades e coletadas 27 amostras para a microscopia. A diminuição do número de propriedades fiscalizadas em relação aos anos anteriores se justifica pela falta de recursos humanos. Não foi possível realizar mutirões de fiscalização e nem mesmo fiscalizar todas as regiões de risco para utilização de subprodutos de origem animal na alimentação dos ruminantes.

O decréscimo acentuado do número de amostras coletadas para análise pela técnica de microscopia nos anos de 2010 e 2011 se justifica pela alteração da metodologia de fiscalização, sendo toda a propriedade investigada, coletando apenas as amostras suspeitas e/ou positivas ao teste rápido ou aquelas com conteúdo proibido pela IN 08/2004, como por exemplo, amostras constituídas por cama de aviário, aliado à redução dos recursos humanos nesta ação. O decréscimo acentuado de fiscalizações em 2011 se justifica pela redução de recursos humanos nesta ação.

Fiscalizações e amostragens realizadas				Tabela 103
ANO	Nº Propriedades Fiscalizadas	Nº amostras coletadas	Nº de Fiscais envolvidos	
2007	129	120	9.40	
2008	236	198	10	
2009	201	113	8	
2010	110	23	01*	
2011	53	27	01*	

*A maioria das ações foi realizada por um só fiscal, com a colaboração eventual de mais um.
Fonte: SSA/SP

Em 2011, as fiscalizações foram realizadas nas regiões abrangidas pelas UTRAs de Araraquara, Botucatu, Campinas, Sorocaba e São José do Rio Preto, sendo fiscalizados 12 municípios.

Quanto às ações educativas, em 2011, foram realizados os seguintes eventos:

- diagnóstico educativo através da aplicação de questionário (com observação direta) em 118 propriedades rurais no município de Socorro;

- 04 palestras para produtores rurais em 04 bairros rurais diferentes e 01 palestra para médicos veterinários e técnicos agropecuários (privados e públicos) no município de Socorro;

- 01 evento com 05 palestras em Capela do Alto destinado a técnicos de nível superior e médio;

Todos estes eventos visaram capacitar e conscientizar o público quanto à importância do papel de cada um nas ações de prevenção da EEB.

Também foi proferida palestra sobre Raiva para crianças do ensino fundamental I (entre 09-10 anos), com apresentação de teatro de fantoches, em parceria com a Faculdade de Medicina Veterinária da FMU/SP.

Principais Indicadores						Tabela 104
Mnemônico	2007	2008	2009	2010	2011	Meta
Eficiência - Produtividade na fiscalização de propriedades rurais (<i>IP pfp</i>) - nº de propriedades fiscalizadas / nº Fiscais envolvidos						
<i>IP pfp</i>	13,7	23,6	25,12	110	26,5	
Eficiência - Produtividade na coleta de amostras de alimentos para bovinos (<i>IP pca</i>) - nº de amostras coletadas / nº Fiscais envolvidos						
<i>IP pca</i>	12,7	19,8	14,1	23	13,5	
Eficácia - Conformidade de amostras enviadas ao laboratório (<i>IQ Cal</i>) - nº amostras conformes enviadas ao lab x 100 / nº total amostras colhidas						
<i>IQ Cal</i>	98,9	91,7	100	100	100	100
Eficácia - Conformidade de amostras para pesquisa de subprodutos de origem animal na alimentação de bovinos (<i>IQ can</i>) - nº de amostras negativas x 100/nº total amostras analisadas						

<i>IQ can</i>	62,2	31,9	59,3	86,95	69,8	100
Capacidade - Capacidade de coleta de amostras (<i>IC vl</i>) n° amostras coletadas/ano						
<i>IC vl</i>	69	198	113	23	27	100
Capacidade – Capacidade de propriedades fiscalizadas (<i>IC</i>) - n° de propriedades fiscalizadas/ano						
<i>IC</i>	--	--	--	110	53	75

Fonte: SSA/SP

Verifica-se que em 2011, o percentual de propriedades positivas foi de 30,2%. Este aumento de positividade pode ser devido à redução da intensificação das fiscalizações nas regiões críticas, associado às dificuldades para se abater os ruminantes expostos a proteínas de origem animal, por resistência dos infratores, e por ausência de uma legislação punitiva.

Em 2011, foram identificados 647 ruminantes expostos a subprodutos de origem animal proibidos em 16 propriedades. Destes, foram abatidos em frigoríficos sob inspeção federal 196 bovinos (30,29 %), com a remoção e destruição dos materiais especificados como de risco e 01 bovino foi sacrificado na propriedade. O restante será submetido aos procedimentos definidos na IN 41/09 em 2012.

Observa-se que a ação gerencial do SSA junto às UTRAS possibilitou a realização de uma atividade que até o ano de 2005 era feita esporadicamente. A partir de 2006 até 2011, o resultado do monitoramento proporcionou indicadores que estão dando subsídios aos gestores para estabelecer estratégias buscando a efetividade da ação. Os resultados de 2011 alertam para a importância da manutenção das fiscalizações, ressaltando-se que para um aprimoramento dos resultados, faz-se necessária a formação de equipes comprometidas que possam participar efetivamente desta ação, trabalhando conjunta e simultaneamente nas várias regiões do Estado.

SCRAPIE:

A *Scrapie* ou Paraplexia Enzoótica dos Ovinos é considerada uma enfermidade neuro degenerativa, transmissível e fatal que acomete ovinos e caprinos. É pertencente ao grupo das encefalopatias espongiformes transmissíveis EET, mesmo grupo a qual pertence a doença da vaca louca.

Quanto às ações de controle e prevenção da *Scrapie*, em 2008, detectou-se um caso de ovino que morreu no Rio Grande do Sul, porém que nasceu em uma propriedade do município de Valparaíso/SP. Também em 2008, detectou-se na mesma propriedade do município de Valparaíso/SP um segundo caso positivo em ovino. Após a obtenção do primeiro resultado positivo, a propriedade foi interditada e ações de investigação quanto à origem e de vigilância epidemiológica foram imediatamente adotadas.

Em agosto de 2009, devido à ocorrência de *Scrapie* no Estado, foi realizado um treinamento teórico prático dos técnicos da Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo sobre métodos de coleta de material visando diagnóstico “in vivo”, sendo capacitados 23 técnicos.

Atualmente, o foco encontra-se encerrado, sendo que todos os animais suspeitos e animais inconclusivos nos exames foram sacrificados e a propriedade foi desinterditada.

Nos anos subsequentes (2010 e 2011), não foram registrados casos de *Scrapie* no Estado de São Paulo.

Macro processo: Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Equideocultura, da Ovinocaprincultura e da Criação de Pequenos e Médios Animais

Atuando segundo as diretrizes do Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos, o SSA recebe e analisa os relatórios mensais de atividades de todos os laboratórios credenciados para realizar os exames de Anemia Infecciosa Eqüina - AIE no Estado de São Paulo.

Além desse controle, que permite monitorar os resultados dos exames realizados nesta UF, a aquisição dos antígenos utilizados para este fim também é rastreada, através dos mapas de comercialização enviados pelos estabelecimentos que vendem os “kits” para diagnóstico de AIE, o que nos possibilita detectar se determinado laboratório está ativo ou não.

Os animais que apresentam exame positivo para AIE são rastreados por este Serviço desde a notificação efetuada pelo laboratório credenciado que realizou o exame, até o sacrifício e desinterdição da propriedade, realizados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

Temos nos empenhado cada vez mais no controle da rede de laboratórios credenciados através da análise detalhada dos relatórios que cada laboratório envia mensalmente a este Serviço.

Esta importante ferramenta nos permite monitorar suas atividades, identificar problemas e solucioná-los imediatamente, orientando os responsáveis técnicos e corrigindo os procedimentos, com o propósito permanente de zelar pela qualidade dos processos.

São Paulo é o Estado com maior número de laboratórios credenciados para realizar exames de AIE no país, sendo que o monitoramento das atividades deste universo representa numa importante ferramenta para a obtenção de informações epidemiológicas confiáveis com presteza e precisão, o que tem sido nosso desafio constante.

A análise dos dados referentes ao número total de exames realizados e ao número de exames positivos nos permite constatar a situação da AIE nos últimos anos nesta UF como estabelecida em níveis de incidência relativamente baixos, atestando a efetividade da ação de sanidade agropecuária no combate à Anemia Infecciosa Equina.

No ano de 2011, o número total de exames realizados pela rede de laboratórios credenciados para AIE localizados em SP aumentou significativamente, mantendo a tendência observada nos anos anteriores. Ao mesmo tempo, observou-se que o indicador de conformidade para exames de AIE (IQAIE) permaneceu estável em comparação aos últimos anos, o que comprova a eficácia do sistema de controle da AIE como um todo.

Outra enfermidade que afeta ao Programa de Sanidade dos Equídeos é o Mormo. No ano de 2008, a partir da detecção de um caso positivo nesta UF, rigorosas medidas de controle foram imediatamente adotadas pelo SSA (na época SEDESA) em conjunto com a Secretaria de Agricultura deste Estado. Uma medida sanitária fundamental foi a exigência do exame negativo para Mormo como condição imprescindível para o trânsito intra-estadual. Esta restrição fez com que um número elevado de exames fosse realizado no período, sendo que tal exigência foi suspensa a partir de março de 2009, quando se constatou a completa erradicação do foco e a eficácia das medidas adotadas para lidar com o único caso positivo ocorrido nesta UF em décadas.

A partir daí, o número de exames realizados para Mormo nesta UF teve uma redução significativa, retornando aos patamares anteriores a 2008, tendência que se manteve em 2011.

Controle de Laboratórios de Diagnóstico de AIE						Tabela 105
	Unid.	2007	2008	2009	2010	2011
Universo de laboratórios	Nº	98	95	89	67	70
Fiscalizações	Nº	10	6	*	*	*

Exames Sorológicos						Tabela 106
	Unid.	2007	2008	2009	2010	2011
Exames sorológicos total	Nº	116.061	125.223	128.449	139.403	156.977
Exames positivos	Nº	337	301	244	205	325
Exames negativos	Nº	115.724	124.922	128.205	139.198	156.652
IQ faie	%	99,71	99,76	99,81	99,85	99,79
Exames sorológicos mormo	Nº	2.685	28.449	10.430	1.286	1598

Situação da Anemia Infecciosa Equina no Estado de São Paulo						Tabela 107
		2007	2008	2009	2010	2011
Número de Focos		86	57	71	72	99
Número de Casos		235	172	146	113	202

Animais sacrificados	49	56	79	35	109
----------------------	----	----	----	----	-----

Fonte: SSA/SP

Macroprocesso: Prevenção, controle e erradicação de doença das aves

O Programa Nacional de Sanidade Avícola tem como principal objetivo reduzir a incidência e a prevalência de doenças na avicultura. Suas ações estão concentradas nas doenças de notificação de acordo com a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), ou seja, controle da doença de Newcastle, Salmonelas e Micoplasmas e vigilância da Influenza Aviária que é considerada exótica no Brasil.

Em São Paulo, a implantação do programa tem sido de fundamental importância considerando-se que o Estado além de possuir um grande plantel de aves comerciais (corte e postura), detém também um importante banco de genética avícola, responsável pelo abastecimento de material genético para os outros estados da federação e países do continente sul americano.

Nesta UF estão instaladas 45 empresas que trabalham com reprodução avícola, com 319 estabelecimentos, dos quais 3 são granjas de bisavós, 13 granjas de avós, 246 granjas de matrizes com capacidade de alojamento de 16.165.150 aves de reprodução e 57 incubatórios.

No segmento de frango de corte, o Estado conta com 37 empresas integradoras com 3.347 integrados que possuem uma capacidade de alojamento de 118.347.229 aves. O estado conta ainda com 118 produtores independentes com uma capacidade de alojamento de 2.745.352 aves. Os dois seguimentos juntos totalizam uma capacidade de alojamento de 121.092.581 aves de corte.

Na área de postura de ovos para consumo, o Estado possui 564 produtores com 64 milhões de aves, sendo o maior produtor de ovos comerciais do país, responsável por aproximadamente 39% de produção nacional. A soma de todos os estabelecimentos avícolas de frango de corte, postura comercial e reprodutores no Estado de São Paulo totalizam *4.348 estabelecimentos com capacidade de alojamento de * 201,2 milhões de aves.

A fiscalização e monitoramento contínuo dos estabelecimentos de reprodução no estado, trabalho realizado em parceria com a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, tem possibilitado a certificação sanitária desses estabelecimentos como livres ou controlados para as Salmoneloses e Micoplasmoses aviárias propiciando produtos com menor risco sanitário para o mercado interno e externo

A tabela abaixo demonstra a situação atualizada dos estabelecimentos avícolas bisavoseiros e avoseiros, fiscalizados e amostrados para certificação de livres para Salmonelas e Micoplasmas no período de 2007 a 2011.

Este controle e fiscalização permitiram a certificação sanitária dos estabelecimentos de reprodução avícola e tem sido resultado da parceria com a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, responsável pela execução das ações de sanidade animal no estado de São Paulo.

ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS E AMOSTRADOS PARA CERTIFICAÇÃO DE LIVRES E/OU CONTROLADOS PARA SALMONELA E MYCOPLASMAS			Tabela 108				
			2007	2008	2009	2010	2011
Granjas	Bisavós	Registradas e ativas	4	03	3	3	3
		monitoradas	4	03	3	3	3
		Monitorias realizadas	69	123	68	52	35
	Avós	Registradas e ativas	11	11	12	10	13
		monitoradas	11	11	12	10	13
		Monitorias realizadas	150	245	154	232	99
	Total	Registradas e ativas	15	14	15	13	16
		monitoradas	15	14	15	13	16
		Monitorias realizadas	219	368	264	284	134

Núcleos	Bisavós	monitorados	15	17	12	19	12
		monitorias realizadas	82	123	72	52	96
	Avós	monitorados	66	67	51	68	72
		monitorias realizadas	214	245	499	232	308
	Total	monitorados	81	84	63	87	84
		monitorias realizadas	272	368	567	284	404
Amostras	Sorologia Mycoplasmas	Avós e bisavós	28.555	31.410	34.446	41.220	27.814
		positivas	1	2	0	0	0
	Pesquisa Salmonellas	Avós e bisavós	438	671	871	3548	3.174
		positivas	8	0	0	0	0
	monitoradas	Bisavós	842.270	870.030	1.241.741	935.311	829.153
		Avós	1.907.590	2.955.315	4.851.144	5.076.117	4.873.498
Aves	Total		2.749.860	3.825.315	6.093.173	6.011.428	5.702.651

Fonte: Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo- SAA-SP

A tabela abaixo demonstra as certificações de estabelecimentos livres ou controlados para as salmoneloses e micoplasmoses aviárias controladas pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA, no período de 2007 a 2011.

Certificações em Estabelecimentos **Tabela 109**

Categoria do Estabelecimento	Estabelecimentos Avícolas Certificados para as Salmoneloses e Micoplasmoses Aviárias				
	2007	2008	2009	2010	2011
Criatório de Ratitas	2	8	4	3	1
Granja Bisavoseira	3	3	3	3	3
Granja Avoseira	10	13	10	12	16
Granja Matriseira	43	48	64	76	113
Outras	1	0	0	6	7
TOTAL	59	72	81	100	140

Núcleos de Criação Certificados para as Salmoneloses e Micoplasmoses Aviárias

	2007	2008	2009	2010	2011
Criatório de Ratitas	2	8	4	3	1
Granja Bisavoseira	10	10	12	12	12
Granja Avoseira	47	49	61	59	67
Granja Matriseira	76	103	174	223	249
Outras	1	1	0	17	20
TOTAL	141	171	251	314	349

Fonte: SSA/SP

Quarentena de material genético avícola importado.

Por possuir uma boa infraestrutura aeroportuária, e grande quantidade de granjas bisavoseiras e avoseiras, o estado de São Paulo acaba sendo o destino da maioria das importações de aves e ovos férteis destinados à reposição de plantéis avícolas de reprodução. Estas importações estão condicionadas a previa autorização do Serviço de Sanidade Agropecuária da Superintendência Federal do MAPA, que além de emitir as autorizações de importação, também é responsável pelo processo de quarentena deste material.

Durante o processo de quarentena, as aves de um dia importadas são mantidas em isolamento no estabelecimento avícola privado, por um período mínimo de 30 (trinta) dias, até sua liberação para incorporação ao plantel residente ou para o estabelecimento de destino. Durante o processo de quarentena são realizados exames e testes para a pesquisa *Salmonella* sp, de *Mycoplasma* sp, do vírus da doença de Newcastle e do vírus da Influenza Aviária. Este procedimento é de fundamental importância para preservação da sanidade do plan-

tel avícola nacional impedindo o ingresso de doenças exóticas ou que possam trazer prejuízos à avicultura nacional.

A tabela abaixo demonstra o número de autorizações emitidas para importação de ovos férteis e pintos de 1 dia e o número de quarentenas acompanhadas pelo Serviço de Saúde Animal a partir de 2009.

Autorização de Importação			Tabela 110
Ano	Autorizações de Importação emitidas	Termos de Liberação de Quarentena (TLQ) Emitidos	Quarentenas acompanhadas
2009	47	31	47
2010	38	41	57
2011	51	48	62

Fonte: SSA/SP

Acompanhamento de missões estrangeiras:

No ano de 2011, o estado recebeu auditores da União Européia (fev-2011), Servicio Nacional de Sanidad Agraria – SENASA do Peru (março-2011), Servicio Agrícola Y Ganadero – SAG do Chile (maio-2011), Dirección de Sanidad Animal da Secretaria de Estado da Agricultura da Republica Dominicana (agosto-2011), que tiveram como objetivo verificar o sistema de defesa sanitária animal com ênfase à sanidade avícola e habilitar empresas exportadoras de ovos férteis e pintos de um dia, e carne de aves, propiciando a abertura e manutenção de mercados internacionais para os produtos avícolas nacional.

Fiscalização do cumprimento dos requisitos e exigências sanitárias para exportação:

Os estabelecimentos avícolas de controles permanentes que procedem a exportação de aves e de ovos férteis são monitorados segundo as portarias de controle e certificação sanitária para Micoplasmose e Salmonelose aviárias da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) e demais determinações técnicas específicas do DSA, além de procederem a vigilância epidemiológica da doença de Newcastle e da influenza aviária. O trabalho de monitoramento e fiscalização executado pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA no estado de São Paulo propiciou, em 2011, a certificação sanitária de **1.743** processos de exportações, sendo **1.346** autorizações de exportação de ovos férteis e **397** de pintos de 1 dia.

Principais Indicadores					Tabela 111
Mnemônico	2007	2008	2009	2010	2011
Eficiência-Produtividade no monitoramento de núcleos de criação de reprodutores (avós e Bisavós) (IP crff) - N° de núcleos de criação de reprodutores monitorados / n° de fiscais envolvidos					
IP crff	136	92	141	40	19,75
Eficácia-Conformidade de amostras para salmonelas (IQ fsl)-n° de amostras negativas x 100/n° total de amostras colhidas					
IQ fsl	98.81	100	100	100	100
Eficácia-Conformidade de amostras para micoplasmas (IQ FMI)-n° de amostras negativas x 100/n° total de amostras colhidas					
IQ FMI	99.98	99.99	100	100	100
Capacidade-Capacidade de coletas de amostras sorológicas(IC agr)-n° de amostras sorológicas coletadas / ano					
IC agr	28.555	31.410	34.446	41.220	41.000

Fonte: SSA-SP

Macroprocesso:Desenvolvimento da Suídeocultura - Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suídeocultura

No quadro seguinte estão os principais processos, ações desenvolvidas e produtos finalísticos produzidos no SSA – para garantir a saúde do rebanho, redução da incidência de doenças e melhoria na qualidade dos produtos visando atender aos consumidores.

Atividades Desenvolvidas			Tabela 112
PROCESSO	AÇÃO	PRODUTO	EXECUÇÃO

Registro de granjas de reprodutores suínos	Vistoria Inicial		
	Análise da biossegurança da granja	Termo de visita	DIRETA/
	Supervisão da colheita de sangue e tuberculinização	Termo de colheita	INDIRETA
	Análise dos resultados sorológicos	Certificado GRSC	
	Recebimento de documentação		

As tabelas a seguir apresentam os principais resultados das atividades do Programa Nacional de Sanidade Suídea – PNSS desenvolvidas pelo SSA/SP junto com o Órgão Executor na certificação de granjas e na prevenção das enfermidades dos suídeos.

Em 2011, manteve-se a vigilância ativa das granjas do município de Cerqueira César, pertencentes a um mesmo proprietário, interditando-se a Central de Inseminação Artificial e 3 das 5 granjas de recria e terminação, com indicação de vazio sanitário das propriedades e repovoamento com animais não reagentes a Doença de Aujeszky, como estratégia de Controle e Erradicação da Doença de Aujeszky nas mesmas. Houve também investigação ativa na granja localizada no município de Fartura, da mesma propriedade, com a detecção de animal reagente.

A Granja GRSC Campo Alegre, localizada no município de Brotas/SP alterou sua finalidade para granja comercial, não renovando a Certificação.

Houve o treinamento para a colheita de sangue dos reprodutores de descarte e de material suspeito para PSC nos estabelecimentos com SIF, conforme a Norma Interna DSA Nº 05, 2009 onde foram colhidas 86 amostras e todas negativas para a PSC.

O Estado de São Paulo iniciou o Monitoramento para a Peste Suína Clássica nos criatórios, com a colheita de 1700 amostras de sangue em 250 propriedades. Os resultados ainda estão em processamento pelo LANAGRO/MG.

Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas – Nº de Matrizes							Tabela 113
	2007	2008	2009	2010	2011	Rebanho	Nível de Bios.
Granja Semesa	618	6 25	638	600	600	10.752	A
Granja Campo Alegre	1718	1.885	1982	2600	---	----	--
Granja Progresso	545	1.080	1150	1200	1200	8.860	B
Granja Suinolândia 1	528	500	500	500	500	5.000	A
Granja Sta. Cândida II	185	191	215	215	215	2.339	B
Granja Maiale	606	625	614	614	614	9.273	B

Fonte: SSA/SP

Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas – Nº de Cachaços							Tabela 114
	2007	2008	2009	2010	2011	Rebanho	Nível de Bios.
Granja Semesa	43	35	44	44	44	10.752	A
Granja Campo Alegre	16	13	16	16	----	----	--
Granja Progresso	8	12	15	15	15	8.860	B
Granja Suinolândia 1	5	6	14	14	14	5.000	A
Granja Sta. Cândida II	1	5	5	5	5	2.339	B
Granja Maiale	13	14	18	18	18	9.273	B
Cia. São João da Baleia	-	22	11	11	11	11	B
Cia. de Inseminação Suíno Light	17	12	15	15	15	15	A
Cia. Inseminação – Holambra	28	25	29	29	29	29	B

Fonte: SSA/SP

Ações do Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS)					Tabela 115
	2007	2008	2009	2010	2011
Liberção de vacina contra doença de Aujeszky	18.110	14.077	0	0	0
Granjas de suídeos fiscalizadas com histórico da doença de Aujeszky	12	0	0	6	4
Granja de reprodutor suídeo certificada	14	9	9	9	8

Fiscalização em granjas de reprodutores suídeos certificadas	23	16	18	36	16
Ação em propriedades frente a suspeita de enfermidades	2	0	1	1	5
Amostras colhidas em propriedade interditada com suspeita de doença exótica	-	0	0	0	0
Amostras colhidas para diagnóstico da situação de doença de Aujeszky	6.000	3.200	2.352	500	251
Amostras colhidas para exportação de reprodutores para o Paraguai		-	-	48	89

Fonte: SSA/SP

Amostras Coletadas por Enfermidades em Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas Tabela 116					
	2007	2008	2009	2010	2011
Peste Suína Clássica	763	702	741	811	430
Doença de Aujeszky	763	702	741	811	430
Brucelose	763	702	741	811	430
Tuberculina aviária e mamífera	763	702	741	811	430
Sarna	----	---	145	65	40

Fonte: SSA/SP

Principais Indicadores					Tabela 117	
Mnemônico	2007	2008	2009	2010	2011	Meta
Capacidade-Capacidade anual de coleta de amostras(IC PSC)-nº de Amostras para PSC/ano						
IC PSC	763	702	741	811	430	1008
Eficiência-Granjas fiscalizadas por fiscal(IP PSC)-Nº de amostras coletadas em granjas de reprodutores suídeos certificadas/Nº de fiscais envolvidos						
IP PSC	763	702	741	811	430	1008
Eficácia-Conformidade de amostras para PSC(IQ psc)-nº de amostras negativas x 100 /total de amostras analisadas						
IQ psc	100	100	100	100	100	100

Fonte: SSA/SP

Os resultados mostram que a estratégia utilizada vem mostrando que as doenças dos suínos estão sob controle ou mesmo ausentes, atendendo em São Paulo a finalidade do programa.

Principais recursos humanos envolvidos Tabela 118		
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização
Fiscal Federal Agropecuário	11	5,8
Agente Administrativo	2	0,65
Agente de atividade Agropecuária	3	0,30

Fonte: SSA/SP

Recursos Financeiros ¹ Tabela 119					
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	104.481,70	87.058,50	66.037,67	66.037,67	
339030	21.833,70	16.073,70	16.073,70	11.529,40	1.94,94
339033	23.780,00	28.885,00	28.885,00	23.094,36	1.058,84
339036	5.010,90	5.105,90	5.105,90	4.928,90	
339039	12.000,00	17.000,00	17.000,00	7.988,39	1.425,45
339092		379,07	379,07	378,07	
339093	104.481,70	7.760,56	6.960,56	1.586,32	1.480,38
449052	3.380,00	3.380,00	3.380,00	3.380,00	
TOTAL	274.968,00	165.642,73	143.821,90	118.923,11	3.964,67

(¹) na coluna programado não está incluído o recurso solicitado para a EQC, já na coluna recebido estão incluídas as despesas com a EQC
 Fonte: SSA/SP, DAD/SP, SIPLAN

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 120
META SIPLAN (propriedade atendida)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZA- DO/PROGRAMADO %
	110.000	110.000	107.820	98,02

Fonte: SIPLAN

Estação Quarentenária de Cananéia - EQC

Na estrutura regimental da SFA, a EQC, embora hierarquicamente subordinada à Divisão de Defesa Agropecuária – DDA, faz uso dos recursos financeiros das ações Pceanimal e Febreaftosa, considerando que suas atividades são de Defesa Sanitária Animal, mitigando, com as quarentenas, o risco de introdução de agentes exóticos de doenças animais, na economia animal brasileira.

Atualmente, as atividades de quarentena da EQC estão voltadas para fêmeas bovinas receptoras de embriões importados da República da Índia e de aves ornamentais. Afora as quarentenas, a EQC está preparada e vem sendo amplamente utilizada para a realização de cursos de capacitação e treinamentos, em âmbito nacional e internacional.

Com a característica de ser o único quarentenário oficial do país, a EQC tem papel preponderante para a transparência das ações brasileiras de defesa sanitária animal, importante no apoio às negociações internacionais de animais e produtos de origem animal.

No tocante às quarentenas, a situação de 2011 é a que segue descrita:

Quarentenas de receptoras de embriões bovinos

No início do ano de 2011 havia 334 animais remanescentes de 2010.

Dos 334 animais, 306 foram submetidos ao processo de sincronização dos ciclos estrais.

Dos 306 animais, 260 receberam embriões, resultando em 108 prenhes.

Em maio de 2011, 122 animais (108 prenhes + 14 vazias) foram retirados da EQC, com destino à Fazenda Mata Velha, em Capitólio/MG.

Permaneceram na EQC, 212 animais.

Ainda em maio de 2011, outras 63 fêmeas bovinas chegaram à EQC. Essas, somadas às 212 remanescentes, resultaram em 275 animais.

Em outubro de 2011, uma fêmea foi sacrificada, por ter reagido positivamente aos exames de brucelose (AAT e FC), restando 274 animais.

Dos 274 animais, 267 foram submetidos ao processo de sincronização dos ciclos estrais.

Dos 267 animais, 237 receberam embriões, resultando em 102 prenhes.

Em setembro de 2011, 228 animais (102 prenhes + 126 vazias) foram retirados da EQC, com destino à Fazenda Mata Velha, em Capitólio/MG.

Permaneceram na EQC, 46 animais.

Em novembro de 2011, outras 273 fêmeas bovinas chegaram à EQC. Essas, somadas às 46 remanescentes, resultaram em 319 animais.

Em dezembro de 2011, a EQC estava com 319 fêmeas bovinas para quarentena, sendo que 211 foram submetidas ao processo de sincronização dos ciclos estrais.

Desses 211 animais, 188 foram inovulados, em dezembro de 2011.

Controle de embriões

Com referência ao controle de embriões, em 2011, não houve nenhum ingresso na EQC. O estoque do produto, em 31 de dezembro de 2011, era de 722 embriões, re-manescentes de ingresso ocorrido em 2010.

Quarentenas de aves

QUARENTENAS				Tabela 121
DATA INÍCIO	DATA TÉRMINO	ESPÉCIE-QUANTIDADE		ORIGEM
21.01.2011	05.02.11	PAPAGAIO	1	Estados Unidos
21.01.2011	05.02.11	CACATUA	1	Estados Unidos
27.01.2011	11.02.11	CACATUA	4	Alemanha
07.04.2011	22.04.11	PAPAGAIO	1	Estados Unidos
28.04.2011	13.05.11	PAPAGAIO	1	Estados Unidos
06.07.2011	21.07.11	CALOPSITAS	2	Estados Unidos
09.07.2011	24.07.11	CACATUA	4	Alemanha
09.07.2011	24.07.11	PAPAGAIO	3	Alemanha
16.07.2011	31.07.11	PERIQUITOS	4	Alemanha
16.07.2011	31.07.11	PERIQUITOS	2	Alemanha
16.07.2011	31.07.11	ROSELAS	2	Alemanha
27.07.2011	11.08.11	CACATUAS	2	Filipinas
05.08.2011	20.08.11	CATURRITA	1	Estados Unidos
09.08.2011	24.08.11	PAPAGAIO	1	Estados Unidos
12.08.2011	26.08.11	PERIQUITOS	10	Alemanha
26.08.2011	12.09.11	CACATUAS	10	Alemanha
01.09.2011	16.09.11	PERIQUITOS	9	Alemanha
13.09.2011	28.09.11	GRALHA	1	Estados Unidos
22.09.2011	07.10.11	CALOPSITA	1	Estados Unidos
11.10.2011	26.10.11	PERIQUITOS	8	Alemanha
11.10.2011	26.10.11	ROSELAS	4	Alemanha
14.10.2011	31.10.11	PERIQUITOS	14	Alemanha
27.10.2011	11.11.11	PERIQUITOS	4	Alemanha
27.10.2011	11.11.11	PAPAGAIOS	2	Alemanha
27.10.2011	11.11.11	ROSELAS	9	Alemanha

CURSOS E OUTROS EVENTOS		Tabela 122
Curso	Data	Participantes
Curso de Fisiologia de organismos aquáticos em nível de pós-graduação	05 a 13.01	4
Curso de etno-ecologia em nível de pós graduação do Instituto de Pesca	14 a 18.03	15
Curso de Ecologia de estuários na área de aquacultura em nível de pós-graduação	03 a 08.04	10
I Encontro Internacional de Especialista em Quarentena Animal	26 a 30.09	44
Resposta Emergencial à Doenças Aviárias na América do Sul	31.10 a 04.11	47
Visita técnica às instalações de alunos da UNESP-Jaboticabal	15 a 16.04	20
Visita técnica às instalações de alunos da UFPR-Palotina-PR	13.06	22
Oficina Projeto Manguezais do Brasil – promovido pela APA – Área de Proteção Ambiental	09 a 12.12	45

Principais recursos humanos envolvidos	Tabela 123
---	-------------------

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação de fiscalização
Fiscal Federal Agropecuário	3	3,0
Agente Administrativo	1	1,0
Aux. Oper. Serviços Diversos	4	4,0

Fonte: DDA/SP

2.3.3 - Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
Objetivo Específico	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários - SEFIP Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas - SEFIA Serviço de Suporte Agropecuário - SESAG
Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 - Ação 2124 – FISCINAN - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal

Dados Gerais	
Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), Avaliação de Perigos e Pontos Críticos de Controle-APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários - SEFIP

Ao fiscalizar os estabelecimentos com atividade na área de alimentos para animais, o SEFIP contribui para salvaguardar a produção e a produtividade agropecuárias, bem como a segurança dos alimentos fornecidos aos animais e conseqüentemente a segurança dos produtos de origem animal disponibilizados para consumo humano.

Resultados da ação - Registro de estabelecimento e produtos

Existem três tipos de atividade na qual a legislação exige registro de estabelecimento para o setor de alimentação animal no MAPA: fabricante, fracionador ou importador. Estes registros ainda podem ser subdivididos em categorias, definidas conforme a classificação de produtos de interesse do estabelecimento: ração, concentrado, núcleo, suplemento, premix, aditivo ou ingrediente.

Pode-se afirmar que o total de novos estabelecimentos registrados em 2011 segue à média da série histórica. Houve uma redução significativa no número de produtos registrados, em função da publicação de duas normas que isentaram de registro a maior parte dos produtos para alimentação animal. Estas normas são, respectivamente, a IN 30/09, que isentou de registro alimentos completos e específicos para animais de companhia, e a IN 42/10,

que isentou de registro suplemento para ruminante, premix, núcleo, concentrado, ração e alguns aditivos e ingredientes para todas as espécies animais. Como consequência da publicação destas normas, foi solicitado em 2011 o cancelamento do registro de 1634 produtos e muitos cancelamentos ainda estão em andamento junto ao SEFIP/SFA-SP..

O Estado conta atualmente com aproximadamente 1002 estabelecimentos registrados, sendo 722 deles de fabricantes. Com relação aos produtos registrados, este Serviço acredita possuir aproximadamente 20.000 registrados. Infelizmente o sistema SIPE 2000, responsável pelo registro de estabelecimento e produtos não emite relatórios e este número previsto pode ser maior ou menor que a realidade. Ainda há um numero muito grande de adequação de registro de produtos ao Decreto 6.296/07 a serem executados (cerca de 10 mil produtos, dentre eles os importados e aqueles que continuam com registro previsto pela norma). Vale ressaltar que não há meta de registro para estabelecimento e produto, pois são ações que dependem de demanda.

Registro de Novos Estabelecimentos					Tabela 124
	2007	2008	2009	2010	2011
Registro de Novos Estabelecimentos	38	19	47	49	51
Fabricante	22	17	41	32	32
Importador	16	2	06	17	18
Fracionador	0	0	0	0	1

Registro de Produto					Tabela 125
Registro de Produto (Total)	2940	2200	2371	2803	109*
Alimento	313	165	118	16	6
Ração	600	286	318	371	0
Concentrado	98	102	96	202	0
Suplemento	1564	1522	1598	428	40
Ingrediente	113	33	79	50	20
Aditivo	252	92	162	102	43

Fonte: SEFIP/SP

* de acordo com a nova legislação nem todos os produtos para alimentação animal necessitam registro

Fiscalização de estabelecimentos:

É importante observar que esta área teve a publicação de um novo marco regulatório em dezembro de 2007 - Decreto 6.296/2007, cujos prazos de adequação de registro de estabelecimento e produto inicialmente expirariam em dezembro de 2008, mas o prazo foi prorrogado para 18 de dezembro de 2010, o que estendeu os trabalhos da equipe do SEFIP no que se refere à adequação de registro de estabelecimentos e produtos por todo o ano de 2011 e irá se estender em 2012 para o caso do registro de produtos, principalmente importados.

Somado a isso é imprescindível a citação das publicações de normas complementares ao Decreto e das alterações de normas ocorridas ao longo de 2009 e 2010, que afetaram diretamente o desempenho no cumprimento das metas de fiscalização estabelecidas pela Coordenação em Brasília para 2010, com influência nas ações do ano de 2011, uma vez que as adequações de estabelecimento começaram a ser realizadas em janeiro e fevereiro/11 e ainda não foram totalmente concluídas. Apesar do fato de que as publicações destas novas normas tiveram como finalidade desburocratizar o setor, fases de transição geram um período de adaptação e de adequação às mesmas.

Em 22 de setembro de 2010, foi publicada a Instrução Normativa nº 29 em substituição da IN 29/07. Esta norma regulamenta a importação de insumos pecuários (produtos destinados a alimentação animal e produtos de uso veterinário). A área de Alimentação Animal do SEFIP/SP recebia em média por ano 5.000 (cinco mil) processos de pedidos de autorização prévia a importação. Com a publicação da IN 29/10, o número de processos gerados pela demanda de autorização de exportações, caiu para menos do que o inicialmente estimado, que era de 200 processos ao ano. Durante o ano de 2011 foram analisados 85 processos de importação de produtos para alimentação animal. Tal fato comprova a desburocratização

da área e possibilita que os FFAs se dediquem a outras funções, tais como fiscalização, coleta de amostras, exportação, entre outras.

Como já citado anteriormente, em 16 de dezembro de 2010 foi publicada a Instrução Normativa nº 42 que regulamenta a isenção de registro produtos classificados como ração, concentrado, premix, núcleo e suplemento para ruminantes, bem como alguns ingredientes e aditivos.

No planejamento de fiscalização, em consonância com o órgão central, atribuiu-se ao Estado de São Paulo a meta de 103 fiscalizações de estabelecimentos. Tal meta foi corrigida ao longo do ano e a mesma foi alcançada e superada, tendo sido realizadas um total de 220 fiscalizações durante o ano de 2011.

Durante o todo o primeiro e grande parte do segundo semestre do ano de 2011 o SEFIP se concentrou em retomar as fiscalizações, apesar da grande dificuldade que houve de restrições orçamentárias por parte do governo federal. Houve necessidade de se devolver o recurso que o PI possuía, e posteriormente a liberação foi gradual, e mediante programação antecipada, e mediante justificativas.

Outra meta também foi atender a demanda referente à adequação de registro de estabelecimentos (principalmente) e produtos ao Decreto 6.296/07, cujo prazo expirou em 18/12/10. O volume de processos para adequação de registros de estabelecimento e produtos ao Decreto 6.296/07, recebidos (mais de 17 mil ao todo) demandou dedicação enorme, para separar inclusive as empresas regulares das não regulares, o que culminou com uma série de intimações (quase 300 intimações) e autuações (quase 400 autos de infração) em todo o Estado na época. Com a alteração do prazo para a adequação de estabelecimentos e produtos ao Decreto, todos os Autos de Infração gerados no ano de 2009 tiveram de ser tornados nulos, e a avaliação documental teve de ser realizada novamente por conta do novo prazo.

Vale ressaltar que os fiscais do interior são lotados nas UTRAs e não no SEFIP. Sendo assim, muitos deles executam outras tarefas e atendem outros serviços além do setor de Alimentação Animal. O SEFIP/SP conta aproximadamente com um equivalente técnico de 12 Fiscais Federais Agropecuários, considerando-se as porcentagens de contribuição do FFA ao Serviço.

Apesar de as fiscalizações de estabelecimentos com ênfase na qualidade de processo demandar mais tempo e conseqüentemente mais recursos humanos e financeiros, as auditorias focando a adoção de Boas Práticas de Fabricação – BPF - revelaram-se uma ferramenta apropriada para a melhoria nas condições tecnológicas e sanitárias do parque industrial de São Paulo.

É oportuno registrar que a equipe de fiscalização do FISCINAN, nas UTRAs, foi reduzida ao longo dos últimos anos, sem reposição do efetivo. Vale assinalar novamente que, em vista do caráter multidisciplinar das UTRA's, que a equipe também colabora ativamente na execução de atividades de outras ações relacionadas aos demais Serviços.

Atividades	Tabela 126				
	2007	2008	2009	2010	2011
Fiscalização Estabelecimentos	346	257	158	236	220
Fabricante	279	180	131	194	198
Outros	124	77	27	42	22
Estabelecimentos fiscalizados	203	152	98	164	152
Fiscalização de Produto	2.705	2.703	735	1920	838
Alimento	108	149	77	113	51
Ração	530	256	171	289	98
Concentrados	72	17	47	113	38
Suplementos	702	233	160	462	136
Ingredientes	996	636	200	556	228

Aditivos	297	148	80	238	158
Premix*					70
Núcleo*					59

Obs.: as categorias premix e núcleos foram instituídos em 2012, com a publicação da IN 42/10, por isto não há números nos anos anteriores.

Fonte: SEFIP/SP

Avaliação laboratorial de produtos destinados à alimentação animal

Nessa ação, os indicadores que se referem à conformidade de produtos contribuem para avaliar o comportamento do setor, monitorando-se a qualidade de produtos fabricados ou comercializados no Estado de São Paulo. Adota-se como meta de colheita de amostras a cota por tipo de produto / determinação analítica, acordada entre a Coordenação de Produtos para Alimentação Animal e a Coordenação Geral de Apoio Laboratorial. Contudo, em decorrência da alteração da legislação e, pelo fato de que normas complementares foram publicadas em maio e junho de 2009 (IN 15 e 22/09) e que seus prazos para adequação foram revogados dois meses depois (agosto), houve uma indefinição sobre quais procedimentos seriam tomados para as ações de fiscalização. Outro fato ainda importante que influenciou as coletas de amostras foi a revogação da Portaria 07/88, que estabelecia os padrões mínimos de matérias primas empregadas na alimentação animal. Ainda não foi publicado novos padrões de matérias primas para alimentação animal.

A microscopia atingiu 100% de conformidade, dentro da série histórica. Os baixos índices de não conformidade encontrados nas análises de microscopia nos últimos anos fez com que fosse reduzido o número de amostras dentro do programa de sorteio, no qual as empresas são escolhidas aleatoriamente, para dar início às coletas investigativas, realizadas naqueles estabelecimentos em que se considera de risco maior para a contaminação ou fraude com ingredientes de origem animal não permitidos para ruminantes.

Em relação à microbiologia (salmonela), em função do pequeno número de resultados recebidos, que foram apenas sete, apesar de todos terem dado conforme, o que é favorável, é bastante complicado tecer qualquer comentário técnico.

Atividades Laboratoriais				Tabela 127	
Atividades	2007	2008	2009	2010	2011
Colheita de Amostras – Total	321	153	96	169	130
Amostras analisadas FQ *	133	45	2	88	69
Amostras aprovadas FQ *	77	37	1	63	59
Índice de Conformidade FQ **%	58%	82	50	71,6	85,5
Amostras analisadas Mc**	103	75	89	48	34
Amostras aprovadas Mc**	105	71	87	46	34
Índice de Conformidade Mc**	100	95	97,75	95,8	100
Amostras para Mb***	27	6	3	31	7
Amostras analisadas Mb***	23	1	3	31	7
Amostras aprovadas Mb***	23	1	3	31	7
Índice de Conformidade Microbiologia	100	100	100	100	100
FQ *= físico química ** Mc = microscopia ***Mb= microbiologia					
Fonte: SEFIP/SP					

Principais Indicadores						Tabela 128
Mnemônico	2007	2008	2009	2010	2011	Meta
Capacidade - Capacidade de Fiscalização (IF) - Total de fiscalizações / Ano						
IF	346	257	158	236	221	300
Capacidade – Estabelecimentos Fiscalizados (IEF) - Nº de estabelecimentos fiscalizados/Ano						
IEF	203	152	98	164	152	250

Eficácia- Cobertura da Fiscalização de Estabelecimentos(Ife) - N° de estabelecimentos fiscalizados x 100/Total de estabelecimentos registrados						
IFE(%)	23	19	15,7	27,1	21	35
Eficiência- Produtividade do Serviço em fiscalização (Idf) - Total de fiscalizações / Equivalente técnico fiscais envolvidos						
Idf	27	17,4	12,9	19,7	18,4	25
Capacidade - Fiscalização de Produtos (IP) - Número de produtos fiscalizados / Ano						
IP	2.705	2.703	735	1.920	838	1.000
Eficácia- Cobertura da Fiscalização de Produtos (IFP) - N° de produtos fiscalizados x 100 / Total de produtos registrados						
IFP(%)	11	11	3,7	6,4	4,2	5,0
Capacidade- Colheita de Amostras (ICA) - Número de amostras colhidas / Ano						
ICA	321	153	96	169	130	200
Eficiência - Produtividade do Serviço na Colheita de Amostras (Idaf) - _Total de amostras colhidas / Equivalente técnico fiscais envolvidos						
Idaf	25	10,4	7,8	14,1	10,8	27
Eficácia - Conformidade de Produtos para Alimentação animal – Físico-química (ICP) - N° de amostras no padrão X 100 / Total de amostras analisadas						
ICP– FQ(%)	58	82	50	71,6	85,5	90
Eficácia - Conformidade de Produtos para Alimentação Animal – Microscopia (ICP) - N° de amostras aprovadas (microscopia) X 100 / Total de amostras analisadas						
ICP - Mc(%)	100	95	97,7	95,8	100	95
Eficácia - Conformidade de Produtos para Alimentação Animal – Microbiologia (ICP) - N° de amostras aprovadas (microbiologia) X 100 / Total de amostras analisadas						
ICP – Mb(%)	100	90	100	100	100	100
Capacidade- Registro de produtos (Ireg) - Número de produtos analisados para registro / Ano						
IReg	2.940	2.200	4.567	3.115	902	500
Eficiência - Produtividade do Serviço em registro de produtos (Ipreg) - Total de produtos analisados para registro / Equivalente técnico fiscais envolvidos						
Ipreg	226	149,2	372,8	259,6	75,2	244
Eficiência- Eficiência do custo de fiscalização (IdCF) - Recursos financeiros aplicados/Total de fiscalização						
IdCF (R\$)	50,00	52,64	558,2	550,8	540,18	500,0
Capacidade - Autorização de Importação (Iai) - N° de requerimentos de importação aprovados / Ano						
Iai	4.800	4.806	5.696	4.256	85	200

Fonte: SEFIP/SP

A meta estabelecida para o total de fiscalizações – IF – considerou novas estratégias de atuação, incluindo auditorias de duração mais longa. Assim, apenas com o aumento do efetivo de Fiscais no Estado e com a modernização de outros processos de trabalho será possível elevar a meta de fiscalização de estabelecimentos.

Durante o ano de 2011 foram realizadas sete auditorias com a finalidade de autorização para fabricar produtos com medicamentos, conforme IN 65/06. Destas sete auditorias, quatro foram com o objetivo de revalidar a autorização já concedida anteriormente, cujo objetivo foi alcançado com sucesso, e três foram auditorias iniciais para a concessão da autorização de fabricação de produtos com medicamentos. Destas três, apenas um estabelecimento foi autorizado a fabricar produtos para alimentação animal com medicamento. Desta forma, hoje o estado de SP conta com cinco estabelecimentos autorizados a fabricar produtos para alimentação animal conforme IN 65/06. Estas auditorias contam com a participação de três fiscais e deve durar de três a cinco dias, o que encarece a ação, mas traz resultados muito importantes.

Os indicadores relativos à taxa de cobertura da fiscalização – IEF e IFE - são menores que o total de fiscalizações, pela necessidade de repetição de estabelecimentos, atendendo a programas nacionais específicos de amostragem, auditoria, denúncias, etc.

Ao concretizar esta estratégia no Estado, foram realizadas ações focadas nos estabelecimentos de alto volume de produção ou de maior risco epidemiológico. Estabelecimentos que sofreram fiscalização e apresentaram nível insatisfatório de Boas Práticas de Fabricação, denúncias, e também necessitam de acompanhamento e de fiscalizações constantes, o que reduz o número de estabelecimentos fiscalizados em relação ao total de fiscalizações. Como ainda o contingente de fiscais é insuficiente em relação ao número de estabelecimentos e à demanda de trabalho, não é possível trabalharmos com uma ação completamente planejada, ou seja, muito do que se faz ainda é para atender demandas emergenciais, como avisos de violação, denúncias, Rapid Alert System for Food and Feed - RASFF, (alerta rápido de ocorrência no exterior com alimentos exportados para União Européia), etc.

O Idf é uma ferramenta gerencial para o planejamento anual das ações e o dimensionamento da equipe, permitindo estimar de forma rápida e prática a capacidade do Serviço em atender metas de fiscalização e demandas por atividades internas. Com novas estratégias de fiscalização, a meta para este indicador vem sofrendo redução em relação à série histórica de anos anteriores e deverá ser mantida desta forma também para o exercício 2012, porém, estima-se um crescimento do número de fiscalizações nos próximos anos, em virtude da publicação de normas que vêm desburocratizando o setor e aumentando sua eficiência, apesar do número reduzido de fiscais e da falta de reposição do corpo técnico ainda ser um grande entrave. Evidencia-se, então, que a equipe de fiscalização nesta ação precisa ser ampliada, tendo em vista o tamanho deste parque industrial no Estado de São Paulo.

A fiscalização de produtos é realizada no ato da fiscalização dos estabelecimentos. Os indicadores relativos a esta atividade, IP e IFP, vem apresentando constante redução ao longo dos anos, provavelmente pela mudança no perfil das fiscalizações, que passaram a ter um foco maior no processo de produção e não mais apenas no produto em si. A partir de 2012 não trabalharemos mais com o indicado IFP (%), pois com as normas de isenção, esta medição perdeu o sentido. Devemos elaborar um indicador mais global, que contemplem produtos que ainda necessitam de registro e produtos isentos de registro conforme IN 30/09 e IN 42/10.

A meta programada para o ICA, em 2011, passou a ser estabelecida pelos Estados, considerando a capacidade da rede laboratorial oficial e infelizmente sem priorizar parâmetros analíticos de maior relevância técnica. A meta inicialmente planejada não foi atendida em decorrência da alteração das estratégias de fiscalização e da revisão dos instrumentos legais, iniciada pela publicação do Decreto 6.296/2007 e instruções complementares, que foram mencionadas nos dados de análises laboratoriais, além da restrição orçamentária a que fomos submetidos ao longo do ano. Para o Ano de 2012, foram programadas 223 colheitas, e felizmente foram incluídos novos parâmetros para serem analisados.

Outro fator que está desestimulando a coleta de amostras para análise fiscal é o escopo reduzido de análises do LANAGRO/SP, que analisa apenas cálcio e fósforo de minerais, e apenas os índices básicos de uma análise bromatológica. Outro problema é a metodologia de microscopia que não detecta plasma, um ingrediente muito usado nas fábricas de rações. Este ano iniciou-se a análise de vitaminas A, D e E, mas a cota de amostras por estado ainda é bastante reduzida, e o limite de detecção do método analítico é relativamente alto em relação ao teor destas vitaminas encontrados nos produtos comerciais, o que dificulta a escolha de produtos que serão coletados.

No meio das ações de 2011 fomos informados pelo LANAGRO/SP que o mesmo não realizaria mais análise de microminerais. Demorou bastante para se obter um laboratório oficial que fosse capaz de absorver a demanda de coletas de São Paulo, o que tam-

bém contribuiu para a redução dos valores dos indicadores de colheita de amostras em relação a série histórica.

No ano de 2011, o IdCF apresentou valor semelhante ao ano de 2009 e 2010, devido ao novo perfil de fiscalizações que vem se tentando adotar em todo o país, com foco na avaliação de risco e na aplicação das BPFs e auditorias para autorização de produtos com medicamentos. Esse tipo de fiscalização demanda mais tempo da equipe na empresa, porém proporciona melhores resultados. O fato de o estado de São Paulo não contar com fiscais atuantes na área de alimentação animal em algumas UTRAs também faz com que equipes de outras localidades se desloquem para atender tais regiões, o que aumenta o custo com deslocamento de pessoal. Também é válido destacar a publicação do Decreto nº 6.907/09, que instituiu o aumento das diárias para servidores, o que encareceu os custos de fiscalização.

Para o custo de fiscalização, de um modo geral, a meta seria torná-lo sempre mais econômico mantendo-se a qualidade da fiscalização. Entretanto, com as novas estratégias de fiscalização, aumenta-se a permanência da equipe em cada empresa, elevando o custo médio da fiscalização no Estado. Também está sendo feito um esforço para que as fiscalizações não sejam mais realizadas por apenas um fiscal, mas que contenham pelo menos 2 FFAs. Tal dado tem sido considerado para as estimativas de custo e para o planejamento, embora este indicador tenha se mostrado estável até 2008. Observamos que, para este cálculo, são excluídos os recursos descentralizados para outros objetivos, como deslocamento para reuniões do setor.

Os indicadores relativos à conformidade de amostras (IC) mostraram-se dentro da meta para os parâmetros considerados, além de os índices de análises FQ terem apresentado melhora em relação ao exercício de 2010. A microbiologia novamente apresentou índice de conformidade de 100%.

Os indicadores relativos a registro de produtos (IReg e Ipreg) contabilizam os processos analisados e deferidos. Desta forma, a meta inicialmente planejada representa a efetiva demanda do parque industrial de São Paulo, dada sua constante evolução técnica e mercadológica. O número de registros de produtos reduziu consideravelmente, conforme esperado, em função de publicação da IN 30/09 e da IN 42/10, que isentam de registro diversas categorias de produtos. A tendência para este índice é que ele reduza ainda mais, até que todos os estabelecimentos tenham finalizado os pedidos de cancelamento de seus registros para trabalharem nas novas normas de isenção.

O indicador relativo aos processos de importação – Iai – é uma ferramenta gerencial, uma vez que esta atividade está fortemente concentrada em alguns poucos Estados, como São Paulo. Este indicador vinha crescendo gradativamente a cada ano, o que tomava um tempo considerável dos fiscais da sede, onde este serviço é centralizado. Em 14 de setembro de 2010, foi publicada a Instrução Normativa 29, que alterou os procedimentos de importação de insumos pecuários, incluindo produtos para alimentação animal. Com esta nova legislação, a importação da maioria dos produtos para alimentação animal, deixaram de ter anuência prévia do MAPA, o que fez com que o volume de processos analisados fossem significativamente reduzidos, fator considerado importantíssimo para a desburocratização do setor. Devido a este resultado, o SEFIP decidiu não trabalhar mais com este indicador a partir de 2012.

Principais recursos humanos envolvidos **Tabela 129**

Cargo	Número	Equivalente técnico baseado na % de dedicação à ação
Fiscal Fed. Agropecuário	17	12,5
Apoio Administrativo	1	0,25

Fonte: SEFIP/SP

Recursos Financeiros **Tabela 130**

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	96.642,00	83.966.15	76.198.71	76.049.33	
339030	10.762,50	15.312.50	15.312.50	9.858.68	1.869.44
339033	6.500,00	14.982.00	14.982.00	11.875.68	
339039	6.000,00	7.500.00	7.500.00	1.197.20	1.499.69
339093	12.000,00	7.391.00	7.391.00	1.582.71	574,37
SUB TOTAL	131.904,50	129.151,70	121.384,20	100.563,60	3.943,50
449052		75.200.00	75.200.00		

Fonte: SEFIP/SP,DAD/SP, SIPLAN e SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 131
META SIPLAN (fisc.realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZA-DO/PROGRAMA DO %
	103	177	220	124%

Fonte: SIPLAN

2.3.3.2 - Ação 2019 – FISCIGENE - Fiscalização de material genético animal

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuam, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas práticas de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários - SEFIP

Ao fiscalizar os estabelecimentos com atividade na área de material genético animal, o SEFIP contribui para salvaguardar a produção e a produtividade pecuária, por meio da oferta de produtos (reprodutores, sêmen, embriões, aves e ovos férteis) em conformidade com padrões técnicos e sanitários. Estão registrados 338, sendo 270 estabelecimentos avícolas, 24 Centros de Coleta e Processamento de sêmen e embriões e 44 importadores/comerciantes de material genético animal.

Atividades	2007	2008	2009	2010	2011
Registro de Estabelecimentos Produtores de Sêmen e/ou Embriões	2	3	1	0	2
Registro de Estabelecimento Importador de Sêmen e/ou Embriões	5	1	2	0	3
Registro de Estabelecimento de Revenda de Sêmen e/ou Embriões	3	0	0	0	1
Registro de Empresa Prestadora Serviço em Inseminação Artificial	0	0	0	0	0
Registro de Incubatórios Avícolas (Reg)	2	0	2	5	2
Registro de Granjas Avícolas	25	5	26	61	29
Registro Incubatório – avestruz (Reg)	6	0	0	0	0
Registro de Criadouro – Avestruz	10	1	3	0	0
Fiscalização de Estabelecimento Produtor de Sêmen e/ou Embriões	20	24	13	12	12
Fiscalização de Estabelecimento Importador de Sêmen e/ou Embriões	11	15	7	11	2

Fiscalização de Emp. de Prestadora de Serv. em Inseminação Artificial	5	1	0	0	0
Fiscalização de Estabelecimento de Revenda, de Sêmen e/ou Embriões	6	9	6	0	3
Fiscalização de Incubatórios Avícolas (Fiscal)	10	5	1	6	12
Fiscalização de Incubatórios – Avestruz (Fiscal)	3	2	6	0	0
Fiscalização de Granjas Avícolas	18	17	6	12	52
Fiscalização de Criadouro de Avestruz	11	12	10	0	3
Total de Fiscalizações	148	104	115	98	84
Inscrição de Reprodutores Doadores de Sêmen (Certif)	310	386	484	683	614
Controle de Baixas de Reprodutores (Animal)	364	463	423	462	545
Animais Import.(bovinos, eqüinos, suínos, aves)	756	70.049	719	1.071	1.164
Sêmen animal Importado (1000 doses)	4.037	7.413	4.980	4.522	4.286
Embriões bovinos Importados (Embrião)	2.770	1.713	5.280	4.152	3.319
Ovos férteis de aves - 1.000 ovos	1.125	1.941	1.326	984	1.554
Exportação de Eqüinos (Animal)	557	641	352	593	246

Fonte: SEFIP/SP

No que diz respeito à avicultura, a SFA-SP ainda possui um número significativo de processos de novos registros em trâmite, pois esta atividade é extremamente dinâmica.

De um modo geral, o atendimento às metas na área de Material Genético Animal manteve a série histórica, ainda que com uma equipe bastante reduzida.

Principais Indicadores						Tabela 133
Mnemônico	2007	2008	2009	2010	2011	Meta
Capacidade-Fiscalização (If) - Total de fiscalizações / Ano						
If	148	104	115	98	84	87
Eficiência - Fiscalização de Estabelecimentos Registrados (Ifer) - Total de fiscalizações x 100 / Total de estabelecimentos registrados						
Ifer%	49	36	41	31	25	100
Eficiência - Produtividade do Serviço em fiscalização – (Idf) - Total de fiscalizações / N° de fiscais envolvidos						
Idf	25	26	23	24	28	29
Eficiência - Reprodutores doadores de sêmen controlados (Idsc) - N°. de doadores de sêmen controlados / N° de fiscais envolvidos						
Idsc	61	51	161	170	240	Demanda
Índice de Conformidade de Centros de Coleta e Processamento de Semen/embriões(Icc)-Centros fiscalizados sem autuação / Total de centros fiscalizados						
Icc					1	1

Fonte: SEFIP/SP

A partir de 2010 foi considerada uma fiscalização por estabelecimento e não por atividade como nos anos anteriores, o que deixou o IF abaixo da média histórica. Na avicultura de reprodução, além de vistorias e fiscalizações de rotina, também foram realizadas várias auditorias conjuntas com o Serviço de Saúde Animal, principalmente nas empresas exportadoras de genética avícola material. Embora bastante eficazes, tais auditorias demandam um maior tempo de permanência da equipe nas unidades.

Com uma equipe reduzida de fiscais, que também atuam em outras áreas do SEFIP e em outros Serviços, foi necessário priorizar as ações de fiscalizações nos estabelecimentos de Coleta e Processamentos de sêmen e embriões e nas fiscalizações visando o registro de estabelecimentos avícolas.

Devido a um grande número de estabelecimentos inativos de importadores/ comerciantes de material genético animal e criadores de avestruzes estão sendo efetuadas, por esse setor, ações visando cancelamento dos mesmos em 2012, o que deverá implicar em resultados da Ifer mais perto da meta de 100 % .

A análise dos indicadores de eficiência, que calculam “produtividade” por Fiscal envolvido em determinadas atividades, demonstra um valor de *Idf* estável desde 2007.

Sendo um dos principais fatores limitantes o número insuficiente de fiscais desta área, a chefia do SEFIP tem constantemente requisitado, condições para aumentar a equipe.

Principais recursos humanos envolvidos **Tabela 134**

Cargo	Número	Equivalente técnico baseado na % de dedicação à ação
Fiscal Fed. Agropecuário	7	3
Apoio Administrativo	1	0,25

Fonte: SEFIP/SP

Recursos Financeiros **Tabela 135**

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	18.687,00	23.528.95	20.877.34	20.877.34	--
339030	5.320,00	5.820.00	5.820.00	2.505.03	151.62
339033	--	6.298.00	6.298.00	4.358.17	--
339039	500,00	--	--	--	--
339093	2905,00	2.505.00	2.505.00	914.67	--
TOTAL	27.412.00	38.151.95	35.500.34	28.655.18	151.62

Fonte: SEFIP/SP, DAD/SP, SIPLAN e SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 136

META SIPLAN (fiscalização realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZAÇÃO/PROGRAMADO %
	120	87	84	96%

Fonte: SIPLAN

2.3.3.3 - Ação 2140 - FISPROVET - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários - SEFIP

Considerando-se a obrigatoriedade da fiscalização e controle de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabricam, manipulam ou importam, foram obtidos os resultados a seguir descritos, que permitem o cálculo dos indicadores.

Fiscalização de Estabelecimentos de Produtos de Uso Veterinário **Tabela 137**

	Unid.	2007	2008	2009	2010	2011
Licença inicial de estabelecimento	Nº	44	48	36	16	26
Renovação de licença de funcionamento	Nº	104	84	176	74	83
Estabelecimento fiscalizado	Nº	120	153	115	112	148
Cancelamento de licença de funcionamento	Nº	5	10	23	6	2
Total de fiscalizações	Nº	316	382	306	423	529

Atividades Desenvolvidas pela Área de Produtos Veterinários **Tabela 138**

	Unid.	2007	2008	2009	2010	2011
--	-------	------	------	------	------	------

Atendimento a estabelecimentos	Nº	5.689	5.145	6000	6500	8400
Processos atendidos	Nº	4.378	4.635	4800	4664	2235
Reunião técnica	Nº	50	25	20	15	02

Fonte: SEFIP/SP

Referente à licença inicial de estabelecimento observamos um aumento no número de registros iniciais de estabelecimentos manipuladores, isto porque inúmeras farmácias de manipulação que manipulavam irregularmente produtos veterinários estão buscando o registro devido a denúncias e atuação da Vigilância Sanitária Estadual.

O número de fiscalizações realizadas cresce a cada ano. Boa parte dessas fiscalizações visam a colheita de vacinas. Anualmente, mais vacinas submetidas ao controle oficial do MAPA são registradas, logo o número de colheitas aumenta. Além disso, a cada ano o número de empresa registradas aumenta mais que o número de empresas canceladas, o que também reflete no número de fiscalizações a serem realizadas. Soma-se o fato que a capacidade de fiscalização aumentou devido a atuação de outros fiscais nesta ação. Ressaltamos que em 2011 foram intensificadas as fiscalizações por conta de denúncias.

No item atendimento a estabelecimentos o quantitativo descrito foi obtido de maneira subjetiva. Estimamos que em média, cada FFA, 100% dedicado ao FISPROVET, atenda 05 estabelecimentos ao dia entre telefonemas e reuniões.

Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário						Tabela 139
	Unid.	2007	2008	2009	2010	2011
Pré-análise de Registro de produto	Nº	76	73	71	54	37
Renovação de Licença de produto	Nº	305	398	339	202	248
Prod. cadastrados – Homeopáticos	Nº	0	26	15	159	28
Colheita de amostra – Biológicos	Nº	993	1.094	981	1059	1312
Acompanhamento de troca de embalagem	Nº	14	117	1	3	0
Autorização de Importação	Nº	4.871	4.719	4.988	3817	830

Fonte: SEFIP/SP

Devido a grande demanda de análise de processos e fiscalizações no FISPROVET, não estão sendo realizadas pré-análises de registro de produto da maioria de processos de solicitação de registro inicial.

Ficaram suspensas, no segundo semestre de 2011, as renovações de licença de produtos importados devido às dúvidas levantadas quanto à aplicabilidade do artigo 3º e 4º do Decreto Lei nº 467 de 13/02/1969, questão esta encaminhada à Consultoria Jurídica do MAPA. Logo no ano de 2011, assim como em 2010, as renovações de licença de produto diminuíram em relação aos anos anteriores.

O número de autorizações de importação emitidas em 2011 permaneceu reduzido em relação aos anos anteriores devido à publicação da Instrução Normativa 29 de 14 de setembro de 2010, que determina que produtos de uso veterinário registrados, não mais necessitam de autorização prévia de importação deste Serviço.

Produtos Reprovados em Análise Fiscal						Tabela 140
Número de Doses Inutilizadas de Produtos Biológicos Submetidos à Análise Fiscal						
Atividade produto/serviço	2007	2008	2009	2010	2011	
Bronquite	0	9.675.000	0	0	182.052.000	
Febre Aftosa	0	10.085.820	3.370.020	103.749.660	9.962.420	
Carbúnculo Sintomático	0	6.252.607	1.112.620	145.500	2.180.660	
Doença de Newcastle	2.935.800	19.531.000	0	0	0	
Raiva	0	3.340.485	0	1.023.140	0	
Brucelose	1.565.540	1.784.520	135.510	511.140	70.6560	
Gumboro	2.935.800	44.025.000	0	0	0	

ANTÍGENO / ALÉRGENO					
Brucelose	0	0	0	0	0
Tuberculose	0	0	0	0	0

Fonte: SEFIP-SP

Infrações e Penalidades Aplicadas aos Estabelecimentos					Tabela 141
	2007	2008	2009	2010	2011
Notificação	17	22	28	33	111
Infração	25	34	58	35	32
Apreensão	16	21	21	13	15
Inutilização	21	82	52	61	14
Destruição	6	0	52	61	14
Interdição	5	1	9	7	6
Liberação	1	7	48	9	7

Fonte: SEFIP/SP

A quantidade de notificações apresentou aumento considerável em 2011 pois recebemos auxílio de novo fiscal em força tarefa para relatoria de processo. O número de autos de infração permanece elevado, principalmente por autuações de estabelecimentos fabricantes que não cumprem com as Boas Práticas de Fabricação.

O número de inutilizações apresentou redução considerável a partir de 2011, pois os FFAs interromperam o acompanhamento de inutilizações decorrentes de avarias do produto, principalmente vencimento, e de materiais de embalagem. As inutilizações procedidas a partir de então são as decorrentes de reprovação de produtos em controle oficial e decorrentes de penalidades impostas devido a conclusão de processo administrativo de auto de infração. Quando uma vacina é reprovada em controle oficial todo o lote é inutilizado, o que explica o número elevado de doses inutilizadas.

Principais Indicadores						Tabela 142
Mnemônico	2007	2008	2009	2010	2011	Meta
Capacidade - Capacidade de Fiscalização (Ifra) - Total de fiscalizações / Ano						
Ifra	316	382	306	423	529	440
Capacidade – Capacidade de fiscalização de estabelecimentos (Iefa) - Nº de estabelecimentos fiscalizados/Ano						
Iefa	120	153	115	112	148	293
Eficácia- Eficácia na Fiscalização de Estabelecimentos (Ieffe) - Nº de estabelecimentos fiscalizados x 100/Total de estabelecimentos registrados						
Ieffe	37,5%	42,5%	32,25%	36,96%	46,10	100%
Eficiência- Eficiência do Serviço na fiscalização (Ifrf) - Total de fiscalizações / Equivalente técnico fiscais envolvidos						
Ifrf	35	35	24,88	30,87	44,45	55
Capacidade – Capacidade de amostrar produtos biológicos (Icpb) - Número de produtos fiscalizados / Ano						
Icpb	993	1.094	981	1.059	1.312	1.200
Capacidade- Capacidade de analisar autorizações de Importação (Iripa) - Nº Autorizações Importação / Ano						
Iripa	4.871	4.719	4.988	3.817	830	demanda
Eficiência - Eficiência do Serviço na colheita de amostras (Iapbf) – Nº de amostras prod. Biológicos colhidas / Nº de fiscais envolvidos						
Iapbf	195	156	163,5	211,8	328	171
Eficiência – Indicador de eficiência na análise das autorizações de importação (Iripaf) – Nº de autorizações de importação / Nº de fiscais envolvidos						
Iripaf	442	429	712,57	636,16	166	700
Eficiência- Eficiência do Serviço na pré-análise de processo de registro de produto (Iparf) – Nº de processos analisados para registro(pré-análise) / Nº de fiscais envolvidos						
Iparf	14	7	17,75	18	37	18
Capacidade- Capacidade de análise de processos para registro de produto(pré-análise) (Ipareg) – Nº de processos analisados para registro(pré-análise)/ Ano						

<i>Iparg</i>	76	73	71	54	37	72
---------------------	----	----	----	----	----	----

Fonte: SEFIP/SP

Percebemos um aumento nos indicadores *Ifra*, *Iefa* *Ieffe* e *Ifrf* devido a elevação do número de fiscalizações em 2011 pelos motivos acima expostos.

Observamos aumento do indicador *Icpb* e *Iapbf* devido a elevação do número de colheitas de vacinas realizadas em 2011 pelos motivos acima expostos.

Observamos diminuição dos indicadores *Iripa* e *Iripaf* devido a diminuição do número de autorizações de importações emitidas em 2011 em decorrência dos motivos acima expostos.

Principais recursos humanos envolvidos Tabela 143

Cargo	Número	Equivalente técnico baseado na % de dedicação à ação
Fiscal Federal Agropecuário	16	11,9
Apoio Administrativo	1	0,20

Fonte: SEFIP/SP

Recursos Financeiros

Tabela 144

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMA-DO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	46.940,40	59.586,02	55.433,45	55.433,45	--
339030	23.100,00	14.400,00	14.400,00	11.068,03	815,64
339033	4.000,00	19.420,50	19.420,50	15.946,74	--
339039	4.000,00	--	--	--	--
339093	2.854,00	1.920,00	1.920,00	945,42	474,58
339139	--	10.000,00	10.000,00	--	--
TOTAL	80.894,00	105.326,52	101.173,95	83.393,64	1.290,22

Fonte: SEFIP/SP, DAD/SP e SIPLAN

RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 145

META SIPLAN (fiscalização realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	297	368	529	143,75

Fonte: SIPLAN

2.3.3.4 - Ação 2141 – FISFECOI - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas - SEFIA

O SEFIA, criado pela Portaria 428/2010, tem como objetivo a fiscalização de insumos agrícolas e dentro deste contexto encontra-se o setor de fertilizantes, corretivos e inoculantes,

o qual não teve suas competências alteradas no que se pautam os insumos agrícolas. As atividades executadas, tanto de fiscalização quanto de registro de produtos e de estabelecimentos, bem como de autorização de embarque de importações visam zelar pela qualidade e conformidade dos insumos ofertados aos produtores rurais, garantindo assim a produção e a produtividade agrícola e, em última análise, a segurança alimentar, tanto pela inocuidade dos insumos quanto pela quantidade da produção.

Resultados da ação	Tabela 146				
Estabelecimentos Produtores, Importadores e Comerciais Registrados					
	2007	2008	2009	2010	2011
EP Fertilizante	256	252	199	209	222
EP Corretivos	48	33	29	25	21
EP Inoculante	3	3	2	2	3
EP Substrato	1	9	7	9	14
Total EP (1)	308	297	237	245	260
EC (2) e EI (3)	301	675	294	349	401
Produtos Registrados no ano	3.552	2.528	2.197	2.241	1750
Total Produtos Registrados	34.379	36.907	14.901	14.963	16671

(1) Estabelecimento Produtor (2) Estabelecimento Comercial (3) Estabelecimento Importador
Fonte: SEFIA/SP

Os dados apresentados no quadro acima requerem explicação. As solicitações de registros e cancelamentos se dão pela demanda do setor produtivo, o que justifica a variação dos dados.

Em 2009 foi finalizado o recadastramento dos estabelecimentos produtores e várias empresas não conseguiram se adequar as normas vigentes, por isso houve uma redução no número de estabelecimentos produtores (EPs) nos dois últimos anos.

Os dados referentes a 2010 seguem a tendência encontrada em 2009, sendo que foi finalizado o recadastramento dos estabelecimentos importadores e comerciais, com isso houve um aumento no número de registros em relação a 2009.

Nota-se em 2011 uma redução de quase 30% no número de registros de produtos em relação a 2010. Isso se deve a uma estabilização em relação aos últimos anos, onde havia recadastramento de registro de produtos de diversas empresas no Estado. Com o fim desse recadastramento em 2009/2010, a tendência de queda desses registros foi acentuada.

Em relação ao número de estabelecimentos, houve aumento em relação a 2010, devido, principalmente a novas solicitações de registros de EP e EI no estado de São Paulo para as atividades de produção, importação e comercialização de fertilizantes, corretivos, inoculantes e substratos.

Fiscalização de estabelecimentos e amostras para análise fiscal

As diretrizes estabelecidas para o ano de 2009 pela Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos (CFIC) em Brasília foram novamente emanadas para 2010, deste modo programou-se realizar de uma a três fiscalizações em cada estabelecimento ao longo do ano, conforme sua atividade (fabricante, importador, comerciante) e o tipo de produto fabricado (fertilizante minerais, orgânicos, corretivos e demais), associando à auditoria dos processos produtivos. Em relação a produtos, programou-se a fiscalização de 2% dos fertilizantes minerais simples/complexos, 3% dos fertilizantes minerais mistos, orgânicos e condicionador de solos, 5% dos corretivos comercializados no Estado e de 20% dos inoculantes produzidos no Estado e três amostras de substratos por estabelecimento produtor desse insumo no ano.

Estas diretrizes foram ajustadas de acordo com a força de trabalho disponível para efetuar as ações programadas, diferindo em relação a 2010 onde havia sido a mesma programação de anos anteriores. A diferença em relação a 2010 está associada a maior organização interna que vem sendo implantada desde 2008 e que começa a dar os primeiros resultados em 2011, realizando fiscalizações dirigidas a estabelecimentos com maior histórico de problemas

que outros a fim de aumentar a conformidades dos fertilizantes, corretivos, substratos e inoculantes buscando, assim, o início de um processo de fiscalização por análise de risco.

Foi intensificada em 2011 a fiscalização em estabelecimentos produtores de micronutrientes para aplicação exclusivamente via solo. Essas ações buscam principalmente coibir o uso de resíduos industriais que não possuem autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Órgão de Meio Ambiente no estado de São Paulo e que representam risco a saúde pública, meio ambiente e, principalmente, à qualidade dos produtos ofertados aos produtores rurais.

Com relação aos fertilizantes minerais mistos, complexos e simples, fornecedores de macronutrientes primários (NPK), macronutrientes secundários (Ca, S, e Mg) e micronutrientes houve intensa fiscalização nos principais estabelecimentos produtores do Estado. Foi direcionada a fiscalização para amostras representativas e em épocas de pico de produção, coincidindo com o início da adubação da cana-de-açúcar e safrinha do milho no mês de fevereiro e intensa fiscalização nos meses de junho a setembro, em que o consumo de fertilizante aumenta significativamente. Para os demais produtos, seguiu-se a rotina programada pela CFIC, não havendo direcionamento específico de fiscalização.

Em relação a quantidade de produtos a serem fiscalizados, seguiu-se a programação estabelecida pela CFIC, amostrando 2% dos fertilizantes minerais simples/complexos, 3% dos fertilizantes minerais mistos, orgânicos e condicionador de solos, 5% dos corretivos do volume comercializados no Estado e de 20% dos inoculantes produzidos no Estado e três amostras de substratos por estabelecimento produtor desse insumo no ano. Os fertilizantes orgânicos e inoculantes importados são 100% amostrados e analisados em seu ingresso no país, passando por um período de quarentena (aguardam resultado por até 30 dias úteis) antes de serem liberados para comercialização.

As tabelas abaixo mostram os dados comparativos nos registros e nas fiscalizações destes estabelecimentos, no período de 2007 a 2010. Lembramos que a definição de produtos fiscalizados é a quantidade de produtos amostrados somada à quantidade de produtos apreendidos no ano e que o total de fiscalização realizada é a quantidade de estabelecimentos fiscalizados somada à quantidade de produtos fiscalizados no ano. Este dado é utilizado como indicador desta atividade no SIPLAN.

Também são apresentados os dados relativos ao número de amostras coletadas e a quantidade amostrada, que é a representação dos lotes amostrados, bem como os dados relativos aos autos de infração.

Estabelecimentos Produtores, Importadores e Comerciais Registrados Anualmente					Tabela 147
	2007	2008	2009	2010	2011
Total EP	47	90	83	49	15
Estabelecimentos Comerciais (EC) e Importadores (EI):	49	64	99	70	52
Total de Registros de Estabelecimentos	96	154	182	119	67
Registros de Produtos – Geral	3.552	2.528	2.197	2241	1750

Fonte: SEFIA/SP

Na tabela acima se observa a redução em 2011 do número de novos estabelecimentos e produtos registrados. Basicamente dois fatores explicam esta redução: a) os registros de estabelecimentos e produtos ocorrem por demanda; e b) o Decreto nº 4.954, de 14/01/2004, exigiu a renovação cadastral de todos os estabelecimentos e produtos registrados até então, gerando grande demanda de registros que teve fim antes de 2011.

Atividades de Fiscalização Desenvolvidas - Estabelecimento		Tabela 148	
		2010	2011
Estabelecimento Produtor Fertilizante Sólido		170	173
Estabelecimento Produtor Fertilizante Líquido		119	123
Estabelecimento Produtor Corretivo Agrícola		22	24

Estabelecimento Produtor Condicionador de Solo	10	3
Estabelecimento Produtor Substrato	18	18
Estabelecimento Produtor Inoculante	9	10
Estabelecimento Importador	56	47
Estabelecimento Comercial e Cadastrado	35	28
Total de Estabelecimentos Fiscalizados	439	426

Fonte: SEFIA/SP

Analisando os dados acima, depreende-se que o número total de estabelecimentos fiscalizados em 2011 (426) foi ligeiramente inferior ao de 2010 (439). Porém, nota-se que em 2011 houve um aumento de fiscalizações em estabelecimentos produtores de fertilizantes sólidos, líquidos e de corretivos, sendo que as diretrizes e estratégias da atividade de fiscalização foram fundamentadas em análises de risco.

Com objetivo de aprimorar a gestão e a eficiência na fiscalização, houve a necessidade de se detalhar por categoria os estabelecimentos fiscalizados, razão pela qual não há série histórica. Isto permite que através de análises de risco as fiscalizações possam ser mais efetivas.

Atividades de Fiscalização Desenvolvidas - Produtos			Tabela 149
	2009	2010	2011
Produtos Amostrados	---	837	777
Produtos Apreendidos	---	183	160
Total de Produtos Fiscalizados	1103	1020	937

Fonte: SEFIA/SP

Acima vemos que, semelhante ao ocorrido com os dados de estabelecimentos fiscalizados, também a notação da fiscalização dos produtos foi detalhada em ‘produtos amostrados’ e ‘produtos apreendidos’, desmembrados do número total. Essa divisão resulta em melhor planejamento de ações futuras. Produtos amostrados são aqueles em que houve coleta de amostra para aferição analítica de qualidade, enquanto que os apreendidos são os que sofreram medida cautelar de apreensão por apresentarem inconformidades. Essa forma de contabilização permite, portanto, melhor visualizar a dinâmica do serviço em relação aos produtos.

Em 2011, ligeira redução do número de produtos fiscalizados foi observada em comparação a 2010, em função da melhor estratégia na seleção de produtos a amostrar. Cabe aqui a observação de que a coleta de amostras também é sujeita à demanda, a exemplo do comentário feito para o número de estabelecimentos registrados, uma vez que a oferta de produtos para amostragem depende do ritmo de produção dos estabelecimentos.

Amostras Coletadas, Analisadas e dentro das Garantias de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes					Tabela 150
	2007	2008	2009	2010	2011
Nº Amostras de Fertilizantes Sólidos	853	666	732	508	428
Nº Amostras de Fertilizantes Líquidos	201	259	184	251	253
Nº Amostras de Corretivos	38	18	12	36	35
Nº Amostras de Inoculantes	27	25	93	42	61
Total de amostras coletadas	1.119	968	1.024	837	777
Total de amostras analisadas	452	986	1.043	835	899
Total de amostras dentro da garantia	360	737	756	628	693

Fonte: SEFIA/SP

Quanto às amostras coletadas, o direcionamento da amostragem foi qualitativo, ou seja, foram fiscalizados produtos com maior representatividade no mercado e com maior risco de inconformidades buscando a proteção do consumidor, da saúde pública e do meio ambiente, lembrando que oscilações quantitativas anuais ocorrem em função da demanda já comentada.

O número de amostras analisadas anualmente varia muito em função da conformidade dos produtos onde, com o aumento de amostras não conformes, eleva-se a realização de análise.

ses periciais que demandam maior tempo de execução devido, principalmente, aos tramites legais.

Quantidade Amostrada de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes		Tabela 151				
		2007	2008	2009	2010	2011
Fertilizantes Sólidos	t X 1000	81,5	132	99,61	114,52	91,58
Fertilizantes Líquidos	l X 1000	2.129	3.875	632,07	103365,50	180924,9
Corretivos	t X 1000	43	19	3,96	38,6	32,91
Inoculantes	Doses x 1000	990	783	8.046,83	952	5764

Fonte: SEFIA/SP

Sobre a quantidade de produtos amostrados, representados na Tabela 6, observa-se acentuado aumento no volume coletado de fertilizantes fluidos em 2010 e 2011, o que se deveu a entrada no mercado de estabelecimentos produtores de fertilizantes orgânicos com grande escala de produção, evidenciando a influência da demanda nesse trabalho.

Também se observa elevação da amostragem de inoculantes. Em 2011 passou-se a contabilizar o volume amostrado dos inoculantes importados, diferindo de anos anteriores em que apenas os produzidos no Estado eram computados, iniciando nova série histórica de dados. A anotação do volume total amostrado, incluindo os inoculantes importados, melhor representa os resultados do trabalho executado e da gestão dos procedimentos de fiscalização.

A diminuição da coleta de amostras de produtos sólidos deveu-se, principalmente, à redução da amostragem de fertilizantes minerais simples. Tais produtos vêm apresentando maior conformidade em anos sucessivos, o que, sob análise de risco, possibilitou a diminuição da intensidade de sua amostragem.

Autos de Infração, Termos de Advertência, Multas Aplicadas e Cobranças Executivas		Tabela 152	
		2010	2011
Nº de Autos de Infração		218	267
Nº de Termos de Advertência		15	7
Nº de Multas Aplicadas		344	232
Nº de Cobranças Executivas		55	19
Nº de Autos de Infração Cancelados		61	12

Fonte: SEFIA/SP

Com relação às penalidades houve aumento do número de Autos de Infração (AI) emitidos em 2011, comparado a 2010, refletindo o direcionamento na amostragem de produtos com maior risco de não conformidades, buscando a proteção do consumidor, da saúde pública e do meio ambiente. Outro fator que contribuiu para esse aumento foi a estratégia adotada para os estabelecimentos, com intensificação da fiscalização em estabelecimentos produtores de fertilizantes sólidos e fluídos direcionada por análises de risco. O maior número de autuações, embora não desejável, demonstra a pertinência do trabalho executado, cuja estratégia tende a levar à interceptação de mais irregularidades, culminando na lavratura de Autos de Infração.

Por outro lado, a redução de Autos de Infração cancelados é resultado do aprimoramento profissional da equipe de fiscalização, com a participação em cursos e treinamentos, reuniões e encontros técnicos periódicos com equipes de todo o país, onde são discutidas idéias para a melhoria das ações. Outro fator de destaque foi a elaboração e utilização do Manual de Fiscalização de Insumos Agrícolas, abordando todos os aspectos relacionados a legislação e fiscalização de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes.

Com relação à redução das cobranças executivas, houve significativo número de processos administrativos de fiscalização, instruídos e julgados em 1ª instância, cujos autuados apresentaram recurso, encontrando-se atualmente no aguardo de julgamento em 2ª instância a ser proferido pelo Órgão Central de Fiscalização.

Principais Indicadores						Tabela 153
Mnemônico	2007	2008	2009	2010	2011	Meta
Capacidade – Capacidade de fiscalização de estabelecimentos (Ife) - N° de estabelecimentos fiscalizados/Ano						
Ife	420	315	287	439	426	844
Eficácia - Fiscalização de estabelecimento produtor (Ifep) - N° de EPs fiscalizados x 100 / Total de EPs registrados						
Ifep	84,74%	78,11%	71,03%	142,04%	135,00	178%
Eficiência - Capacidade operacional do Serviço (Icof) - N° de estabelecimentos fiscalizados / Total de técnicos envolvidos						
Icof	42	29	31,2	44,1	49,53	77
Eficiência - Custo da fiscalização (Icf) - Recurso financeiro despendido / N° de estabelecimentos fiscalizados						
Icf	148,83	218,11	263,02	394,03	444,17	---
Capacidade - Amostras coletadas (Iac) - n° de amostras coletadas / ano						
Iac	1.119	968	1.024	837	777	744
Eficácia- Conformidade de produtos (Icp) - N° de amostras dentro dos padrões x100 / Total de amostras analisadas						
Icp	80 %	75 %	72,48%	75,21%	77,08	90%
Eficiência - Capacidade de análise de registros de produtos (Icar) - N° de processo de registro de produto / Total de técnicos envolvidos						
Icar	355	506	655	668	412	Demanda
Capacidade - Registro de Produto (Irp)-N° de Produtos Registrados / Ano						
Irp	3.552	2.528	2.197	2.241	1.750	Demanda

Fonte: SEFIA/SP

O indicador ‘Capacidade de Fiscalização – Ife’ apresentou, em 2011, resultado superior à meta, o que também ocorreu para o índice ‘Fiscalização de Estabelecimento Produtor – Ifep’. Concorreram para isso: a conclusão do recadastramento de estabelecimentos e produtos, liberando força de trabalho para as atividades de fiscalização; a colaboração de Agentes de Atividades Agropecuárias e a realização de fiscalizações concentradas (força-tarefa) nos pólos de produção de fertilizantes no estado.

O indicador ‘Capacidade Operacional do Serviço – Icof’ obteve, em 2011, resultado superior ao de 2010 e de anos anteriores, principalmente, com o aumento de treinamentos, reuniões técnicas periódicas, maior utilização do manual de fiscalização, fiscalização por análises de risco e maior planejamento das atividades nos últimos anos, demonstrando melhoria na gestão do serviço. Em que pesem todos esses fatores, é necessário frisar a necessidade de aumento do efetivo fiscal da SFA-SP, notadamente nas regiões que concentram maior número de estabelecimentos, haja vista que, face ao caráter multidisciplinar das UTRAs, a maioria dos Fiscais, Técnicos de Nível Superior e Agente de Atividade Agropecuária exerce atividades em várias áreas técnicas e não só a essa ação.

O custo da fiscalização, dado pelo índice ‘Icf’, registrou aumento em 2011, o que pode ser explicado pelo aumento dos preços dos insumos de fiscalização, dentre os quais se destacam o combustível dos veículos e as tarifas de pedágio. Também, a realização de força-tarefa para a relatoria de processos administrativos de fiscalização e para análise de requerimentos de registros de estabelecimentos e produtos, que demandam deslocamento, exigiram maior aporte de recursos.

O ‘Índice de Amostras Coletadas – Iac’ foi superior à meta estabelecida, entretanto, posicionou-se abaixo de anos anteriores, devido a já comentada diminuição da coleta de amostras de fertilizantes minerais simples e ao direcionamento da amostragem para produtos com maior representatividade no mercado, de lotes maiores e com maior risco de não conformidades. Estas medidas contribuem para o incremento da eficiência da rede laboratorial oficial e otimização no uso de recursos públicos.

O índice ‘Conformidade de Produtos – Icp’, é um dos que melhor traduz a finalidade da ação, que tem como objetivo final o aumento dos níveis de conformidade e qualidade dos insumos. O indicador, que ao longo dos anos vem oscilando em torno da meta, apresentou em 2011 resultado superior ao de 2010. A adoção sistemática de estratégias mais eficazes de

gestão e fiscalização, fundamentadas em análises de riscos, buscando a proteção do consumidor, da saúde pública e do meio ambiente têm contribuído para a melhoria desse índice.

Observando-se os índices 'Icar' e 'Irp', verifica-se que o número de registros de produtos anualmente efetuados no Estado continua elevado. Tal fato ratifica a intensa atividade do setor produtivo ligado aos fertilizantes, corretivos e inoculantes em São Paulo. O número de técnicos envolvidos com as atividades de registros de produtos e de estabelecimentos é insuficiente, evidenciando a já abordada necessidade do aumento quantitativo de servidores envolvidos com esse segmento. Ressalta-se que foram registrados 1.750 produtos em 2011, no entanto, foram solicitados e analisados 2.680 requerimentos de registro de produtos, sendo 1.070 destes indeferidos, demonstrando a enorme demanda desta ação. No entanto, esses números podem variar ano a ano, face a demanda do setor produtivo.

Por fim, ressalta-se a necessidade da continuidade dos programas de treinamentos e aprimoramento dos técnicos envolvidos nas atividades de fiscalização, principalmente nos temas análise de risco e boas práticas de fabricação de insumos. Os resultados alcançados nos últimos dois anos indicam serem essas ferramentas eficazes na gestão e capazes de proporcionar o alcance das metas e objetivos com a otimização dos recursos públicos.

Principais recursos humanos envolvidos **Tabela 154**

Cargo	Número	Equivalente técnico baseado na % de dedicação à ação
Fiscal Federal Agropecuário	14	6,2
Agente de Atividades Agropecuárias	5	1,5
Técnicos de Nível Superior	4	2,4
Apoio Administrativo	1	0,8

Fonte: SEFIA/SP

Recursos Financeiros **Tabela 155**

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	218.500,34	180.719,48	180.219,52	180.219,52	
339030	42.500,00	59.434,90	57.873,90	34.451,85	1.032,23
339033	35.500,00	33.220,00	33.220,00	32.558,98	
339036	0,00	596,50	596,50	596,50	
339039	59.000,00	36.998,50	36.998,50	16.392,25	
339093	8.000,00	8.000,00	8.000,00	2.958,78	
SUB TOTAL	363.500,34	318.969,38	316.908,42	267.177,88	1.032,23
449052	569.400,00				

RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 156

META SIPLAN (fisc realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZAÇÃO/PROGRAMADO %
	1500	1139	1363*	117,56

* este numero difere do SIPLAN pois o sistema encerrou antes da completa contabilização da fiscalização realizada

Fonte: SIPLAN

2.3.3.5 - Ação 2179 - FISCALSEM - Fiscalização de Sementes e Mudas

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudas consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, arma-

zenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudas-RENASEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.

Áreas responsáveis pela execução

Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas - SEFIA

Inscrições e credenciamento dos agentes – RENASEM

A demanda pela regularização das inscrições e credenciamentos no Renasem se dá por demanda dos interessados e, permanece aquecida em razão da fiscalização exercida em campo apesar do contingenciamento de recursos ocorrido no primeiro semestre de 2011.

Número de Inscrições e de Credenciamentos no RENASEM (certificados emitidos)						Tabela 157
Tipo de Agente	Un	2007	2008	2009	2010	2011
Produtor de sementes ou Mudas	nº	99	113	127	279	172
Comerciante de sementes ou Mudas	nº	83	117	132	104	176
Reembalador, Armazenador ou Beneficiador de Sementes	nº	21	25	19	11	15
Responsável Técnico	nº	122	122	118	144	93
Certificador da Prod. própria	nº	3	4	13	0	0
Entidade de Certificação	nº	1	0	0	0	0
Laboratório Análise Sementes	nº	4	2	8	12	1
TOTAL	nº	333	419	415	550	457

Fonte: SEFIA/SP

Inscrições de campos para produção de sementes e de viveiros ou unidades de propagação in vitro

Até a publicação da Instrução Normativa nº 42, de 13 de outubro de 2009, as documentações relativas às inscrições de campos para produção de sementes, viveiros e respectivas plantas ou áreas fornecedoras de materiais de propagação ou unidades de propagação *in vitro* deveriam ser encaminhadas ao órgão de fiscalização da unidade da federação depositário de suas inscrições no RENASEM.

Aquela Instrução Normativa determina que essas inscrições passem a ser realizadas pelos órgãos de fiscalização das unidades da Federação onde os campos, viveiros e materiais de propagação para produção de sementes e mudas, estejam instalados. Desde então ocorreu uma redução significativa nas inscrições de campos para produção de sementes e viveiros para produção de mudas feitas junto à SFA, embora o Estado de São Paulo se destaque por sediar um grande número de pessoas físicas e jurídicas inscritas no RENASEM como Produtores de Sementes e Mudas.

Nota-se uma tendência de diminuição da inscrição de campos de semente certificada 1 e 2 e de expressivo aumento da inscrição de campos de sementes S1 e S2 no ano de 2011. Quanto aos campos de sementes básicas, o número permaneceu estável, enquanto que não há previsão de inscrição de campos de sementes genéticas.

Inscrições e Homologações de Campos de Sementes							Tabela 158
Campos de Sementes Inscritos							
			2007	2008	2009	2010	2011
Homologados	Campo de Sementes Genética	Nº	68	0	0	42	0
	Campo de Sementes Básica	Nº	61	59	26	52	43
	Campo de Sementes Certificada 1	Nº	259	581	152	214	132
	Campo de Sementes Certificada 2	Nº	133	124	75	170	76
	Campo de Sementes S1	Nº	988	1020	684	469	538

Campo de Sementes S2	Nº	2532	2229	1383	1369	1163
Denegados	Nº	24	10	92	125	44

Fonte: SEFIA/SP

Foram homologados 1.952 campos e denegados 44, o que acarretou em média 285 análises de documentação de inscrição de campo por técnico. Ressaltamos que parte das homologações/denegações são realizadas pelos mesmos técnicos que analisam os processos para inscrição ou credenciamento no RENASEM.

O SEFIA prosseguiu nas suas atividades de orientação ao Público através de palestras oferecidas em Simpósios, Reuniões Técnicas e Seminários, em parceria com as lideranças da iniciativa privada deste Setor.

Em 2011 priorizou-se as orientações sobre a legislação de mudas, no que se refere às inscrições de materiais de propagação, viveiros convencionais e viveiros “in vitro”, em um esforço para conscientizar e trazer este segmento para regularizar a sua produção.

Produção no Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo concentra um grande número de empresas produtoras de sementes que têm seus campos de produção instalados não apenas neste Estado mas principalmente em outras unidades da Federação.

Comparando a série histórica verifica-se que há uma redução na área de produção de sementes no Estado.

Produção de Sementes							Tabela 159	
Safra	2007/2008 e 2008/2008		2008/2009 e 2009/2009		2009/2010 e 2010/2010		2010/2011 e 2011/2011	
Categoria	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)	Área (ha)	Quant (t)
GE	---	---	---	---	-	-	---	---
BA	918	2.122	590	2.099	3.146	12.162	1.283,50	4.250,50
C1	22.035	71.701	6.908	24.794	7.370	28.518	7.111,1	31.184
C2	7.556	24.322	3.976	10.591	8.078	24.249	3.793,7	10.686
S1	30.779	95.629	24.562	75.262	18.909	63.842	25.352,90	81.604,24
S2	94.056	191.201	58.916	132.560	41.844	106.570	34.115,06	65.022
total	155.344	384.975	94.952	245.306	79.347	235.241	71.656,26	192.746,73

(BA) Básica ;(C1) Certificada de primeira geração ;(C2) Certificada de segunda geração ; (GE) Genética

Fonte: SEFIA/SP

Certificação de Sementes

A Lei Nº 10.711, de 05 de agosto de 2003, ao permitir o credenciamento de Produtores de Sementes como Certificadores da Produção Própria, propiciou maior agilidade nos procedimentos de controle de qualidade, controle de gestão e rastreabilidade sob a responsabilidade e execução direta desses produtores. A partir da safra 2009/2010, o SEFIA deixou de atuar como entidade certificadora da produção de sementes, conforme previa a legislação. Desde então o setor, no âmbito do Estado de São Paulo, vem sendo atendido por uma única entidade privada, devidamente credenciada como Entidade Certificadora junto a este Ministério, além de 10 Certificadores da Produção Própria, estimulados pelo MAPA a se capacitar e implantar seus próprios Sistemas de Gestão de Certificação por meio de Manuais de Procedimentos.

Produção de Sementes Certificadas							Tabela 160	
	Unid	2007	2008	2009	2010	2011		
Produtor	Nº	14	6	17	12	14		
	ha	163.614	444	20.703,6	14.306	11.885		
Espécies	Nº	17	6	14	11	9		
	t	15.069	125	37.639,3	20.725,7	19.611,6		
Cultivares	Nº	129	14	86	65	46		
Nº Lotes	Nº	3349	37	3.732	3.023	1.549		
Nº Certificados	Nº	1189	18	2.329	814	356		

Desde 2006, os produtores que iniciaram seu credenciamento puderam emitir seus próprios Certificados de Sementes referentes às suas produções de Sementes Básica, Certificada 1 e Certificada 2. O aprimoramento exercido pelo órgão fiscalizador na supervisão e controle dessa Certificação, a partir da safra 2008/2009, demonstra pelos dados e informações coletados, que este segmento está estável, sendo a oscilação apresentada normal, inclusive com o uso de cultivares geneticamente modificadas (OGM), levando-se em consideração as cultivares, sua produtividade, as condições de interesse do mercado consumidor e sua adaptação edafoclimática. Destaca-se que a diversidade de espécies e cultivares assim produzidas fornecem sustentação ao Sistema Nacional de Sementes e Mudas (SNSM) e contribuem para o abastecimento de sementes de alta qualidade para as principais culturas econômicas do Estado de São Paulo, fornecendo também, valioso material básico para outros Estados da Federação. A organização da produção e certificação de mudas é nosso maior desafio para as próximas safras.

Fiscalização de entidades produtoras, beneficiadoras, reembaladoras, armazenadoras e laboratório de análises de sementes

Tabela 161

	Programado	Realizado	%
Sementes	110	105	95,5
Mudas	58	100	172,4
Total	168	205	122

Fonte: SEFIA/SP

Mesmo com o contingenciamento de recursos ocorrido no início do ano, a fiscalização de entidades alcançou as metas propostas no POA 2011.

Na área de mudas houve a superação das metas devido ao atendimento de grande número de denúncias ocorridas durante o ano.

Importação de Material de Propagação Vegetal

A importação e exportação de sementes e mudas é atendida pelo MAPA de acordo com a demanda dos clientes. Pela análise dos dados da tabela abaixo, verifica-se que o setor que mais cresceu em valores importados foi o de sementes de hortaliças. A Importação de batata- semente sofreu uma retração de quase 20 % dos valores apurados em 2010.

Interessante observar que houve um decréscimo na quantidade de mudas de espécies ornamentais importadas sem contudo haver a respectiva queda dos valores monetários.

Importação de Material de Propagação Vegetal

Tabela 162

Espécie	UN	Quantidade			Valor (R\$)		
		2009	2010	2011	2009	2010	2011
Olerícolas	kg	277.266,23	273.197,79	643.290,00	53.734.195,97	87.439.996,15	96.350.769,00
Batata-semente	kg	1.588.592,00	4.987.826,00	3.271.498,00	4.558.050,00	10.873.452,20	8.061.104,00
Flores	kg	519,93	2.067,10	3.159,00	2.340.882,00	3.363.131,00	3.289.155,00
Grandes Culturas	kg	940.879,99	290.590,50	436.518,00	9.026.081,86	1.941.345,00	2.097.793,00
Sementes Diversas	kg	219.018,80	268.487,30	256.297,00	17.275.356,45	16.435.821,00	15.771.076,00
Sub – Total Sementes	kg	3.026.276,95	5.822.168,69	4.610.762,00	86.934.566,28	120.053.475,35	126.109.897,00
Sub – Total Bulbos	Bulbo	12.361.344	37.114.482,00	41.197.812,00,	7.490.629,00	12.548.859,10	14.871.618,00
Mudas Frutíferas	Unid	94.580	288.724,00	325.524,00	70.398,00	285.868,00	358.832,00
Mudas Ornamentais	Unid	47.397.484	58.425.789,00	15.794.100,00	7.238.312,00	12.315.262,20	14.399.770,00
Mudas florestais	Unid	6.000	134.025,00	738.125,00	350,00	3.725,30	14.821,00
Sub – Total Mudanças	Unid	47.498.064	58848538,00	16.857.749,00	7.309.060,00	12604855,5	14.773.423,00
Total Geral					101.734.255,28	145.207.189,95	155.754.938,00

Fonte: SEFIA/SP

Exportação de Material de Propagação Vegetal

A análise dos dados demonstra que, em valores monetários, aqui expressos em Reais (R\$), os segmentos que durante o ano de 2011 mais exportaram materiais de propagação vegetal foram, respectivamente, bulbos (notadamente de flores e plantas ornamentais), seguido

de espécies forrageiras e espécies utilizadas como adubação verde e o de sementes de grandes culturas.

Em menores volumes e valores o País exportou, sementes de espécies olerícolas, (em processos de multiplicação em outros países, para futura importação dos mesmos) mudas de espécies frutíferas, mudas de espécies florestais e de espécies ornamentais.

Exportação de Material de Propagação Vegetal						Tabela 163	
Espécie	UN	Quantidade			Valor (R\$)		
		2009	2010	2011	2009	2010	2011
Forrageiras	kg	6.686.944,68	6.736.336,40	5.928.875,00	71.913.076,10	82.661.083,00	99.781.705,00
Florestais	kg	1.262,94	2.188,83	1.181,00	1.433.738,00	2.001.598,03	955.283,00
Grandes Culturas	kg	5.948.599,76	9.366.480,50	6.918.076,00	30.408.096,00	50.410.062,00	41.952.238,00
Olerícolas	kg	54.431,03	237.888,93	107.979,00	10.103.433,04	19.872.774,34	17.425.301,00
Ornamentais	kg	42.251,50	86.073,00	0	479.998,00	776.731,00	0
Sub – Total Sementes	kg	12.733.489,91	16.428.967,66	12.956.111,00	114.338.341,14	155.722.248,37	160.114.527,00
Sub – Total Bulbos	Unid.	91.714.588	133.897.385,00	239.615.000,00	66.427.929,00	81.711.049,00	255.827.866,00
Sub – Total Mudas	Unid.	561.840.765	629.300.418,00	504.741.237,00	22.136.433,00	25.259.282,14	20.674.238,00
Total Geral					202.902.734,14	262.692.579,51	436.616.631,00

Fonte: SEFIA/SP

Na tabela abaixo nota-se uma tendência de manter estável tanto o número de autorizações de importação quanto de autorizações de exportação de sementes e de mudas em 2011 em relação ao ano de 2010. O número de amostras coletadas em 2011 foi significativamente maior que no mesmo período no ano anterior.

No que se refere ao atendimento aos clientes, verifica-se uma tendência de aumento muito grande em relação ao ano anterior.

Fiscalização Exportação e Importação						Tabela 164	
Descrição da Atividade/Ação /Processo	Un.	2007	2008	2009	2010	2011	
Autorização de Importação de Sementes	nº	663	781	955	981	1020	
Autorização de Importação de Mudas	nº	376	417	515	653	645	
Autorização de Exportação de Sementes	nº	843	760	770	691	712	
Autorização de Exportação de Mudas	nº	510	422	414	459	464	
Liberação de Importação de Sementes	nº	617	789	899	943	948	
Liberação de Importação de Mudas	nº	374	432	484	626	621	
Coleta de Amostras da Importação de Sementes	nº	1311	1.716	2240	2077	2442	
Atendimento a clientes	nº	10379	11623	10860	9754	11400	
Processos de Retenção de sementes Importadas	nº	25	20	51	23	25	

Fonte: SEFIA/SP

O indicador de eficiência (ICAp), que mede o número de processos autorizados por número de técnicos envolvidos continua elevado, evidenciando a necessidade de alocação de mais Fiscais Federais Agropecuários e de pessoal de apoio nesta área de atuação.

A tendência dos indicadores de capacidade continuam estáveis, enquanto o IPAe, número de processos de exportação, diminui com o decorrer dos últimos anos, o IPAi, número de processos de importação, aumenta.

Tendo em vista a necessidade de aprimorar a gestão desta atividade, no ano de 2011 novos indicadores estão sendo implementados, possibilitando assim o melhor controle das ações executadas sendo eles: ICFe, ICOSf, ICRP e ICOSrp.

Principais Indicadores						Tabela 165	
Mnemônico	2007	2008	2009	2010	2011		

Eficiência - Eficiência do Serviço na Análise de Processos (ICAp) - N° de Processos Autorizados / N° de Técnicos envolvidos

ICAp	3.393	3.601	4.037	4352	4410
Capacidade - Processos de autorização de exportação (IPAe) - nº de processos de exportação autorizados / ano					
IPAe	1.353	1.182	1.184	1.150	1.176
Capacidade Processos de autorização de importação (IPAi) - nº de processos de importação autorizados / ano					
IPAi	1.039	1.198	1.470	1.634	1.665
Capacidade - Processos de liberação de importação (IPLi) - nº de processos de liberação de importação / ano					
IPLi	991	1.221	1.383	1569	1.569
Eficiência - Processos Retidos (IPRi) - Nº de processos não liberados / Nº de processos solicitados					
IPRi	0,0104	0,089	0,059	0,0053	0,0057
Capacidade – Entidades fiscalizadas (ICFe) – Nº de entidades fiscalizadas/ ano					
ICFe					205
Eficiência – Capacidade operacional do serviço (ICOSf) – Nº de entidades fiscalizadas / nº de técnicos envolvidos					
ICOSf					19,1
Capacidade – Capacidade de relatar processos administrativos de fiscalização (ICRP) – Nº de processos relatos /ano					
ICRP					14
Eficiência – Capacidade operacional do serviço (ICOSrp) – Nº de processos relatados /nº de técnicos envolvidos					
ICOSrp					4,51

Fonte: SEFIA/SP

Principais recursos humanos envolvidos

Tabela 166

Cargo	Número	Equivalente técnico baseado na % de dedicação à ação
Fiscal Fed. Agropecuário	16	9,6
Apoio Administrativo	1	0,20
Agentes de Atividades Agropecuárias	1	0,20

Fonte: SEFIA/SP

Recursos Financeiros

Tabela 167

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	202.933,26	71.125,02	67.711,79	67.711,79	
339030	40.500,00	63.360,00	63.360,00	36.597,13	18.556,18
339033	57.600,00	90.656,68	90.656,68	50.426,32	1.438,18
339039	46.000,00	33.306,00	33.304,75	4.683,60	3.284,20
339093	15.000,00	5.400,00	5.400,00	1.547,31	252,28
SUB TOTAL	362.033,26	263.847,70	260.433,22	160.966,15	23.530,84
449052	522.300,00				

Fonte: SEFIP/SP, DAD/SP e SIAFI

RESUMO GERAL DA AÇÃO

Tabela 168

META SIPLAN* (fiscalização realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZA- DO/PROGR AMADO%
	1492	2361	2595	173,93

Fonte: SIPLAN

2.3.3.6 - Ação 2909 - Fiscalização de agrotóxicos e afins – FISAGROTOX

Dados Gerais

Tipo	Finalístico
Finalidade	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.

Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação; 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).
Áreas responsáveis pela execução	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA

Esta ação contempla dois grandes grupos de atividades, sendo: (a) ações envolvendo os estabelecimentos fabricantes, formuladores e importadores de agrotóxicos e (b) ações envolvendo estações experimentais de ensino, pesquisa e assistência técnica para realização de estudos e emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agrônômica para fins de registro de agrotóxicos.

Empresas produtoras, importadoras e exportadoras de agrotóxicos

A tabela abaixo apresenta a evolução do número de empresas de agrotóxicos e a série histórica de fiscalizações no período de 2007 a 2011. Iniciou-se a partir de 2010 a série histórica de produtos amostrados para análise, em razão de nova diretriz estabelecida pela Coordenação Geral em Brasília e de acordo com o POA 2010.

O número de anuências prévias de importação foi o maior em cinco anos com um aumento de 11,79% em relação a 2010, revelando um aumento da importação de agrotóxicos pelo Brasil, o que é um sinal positivo, pois demonstra o aumento do uso de tecnologia na agricultura brasileira.

Com a vigência da Instrução Normativa nº 40, de 30 de junho de 2008, verificou-se acréscimo de 39% no número de solicitações de anuências prévias de LI substitutivas, implicando na reavaliação de Licenças de Importação que já haviam sido analisadas. Esta atividade rotineira demandou muito tempo dos Fiscais lotados na sede da SFA, inclusive em atividades administrativas, pois embora tenha aumentado significativamente o número de processos de importação, não houve aumento no quadro de pessoal administrativo neste setor.

Com a edição da Instrução Normativa nº 51, de 4 de novembro de 2011, espera-se a diminuição no número de solicitações de anuências prévias de LI substitutivas e consequentemente da reavaliação de Licenças de Importação.

Empresas de Agrotóxicos	Tabela 169				
	2007	2008	2009	2010	2011
Nº indústrias de agrotóxicos em atividade em SP	78	133	133	189	192
Nº indústrias de agrotóxicos fiscalizadas	25	49	52	77	107
Nº indústrias de agrotóxicos autuadas	6	22	22	18	56
Nº produtos agrotóxicos fiscalizados	177	268	247	258	364
Nº produtos amostrados para análise*	-	-	-	68	76
Nº produtos agrotóxicos irregulares	-	-	-	-	59
Nº produtos fiscalizados + amostrados por técnico (5,3)	44	65	47,5	61,51	83,02
Nº anuências prévias de importação de Agrotóxicos analisadas	3027	5412	5134	5511	6161
Nº anuências prévias de LI substitutivas analisadas	-	-	-	2057	2398
Nº Anuências Prévias analisadas por técnico (5)**	757	1353	1283	1681,78	1711,8

*até 2009 este valor era somado ao Nº de agrotóxicos fiscalizados

** atividade referente apenas aos Fiscais da sede

Fonte: SEFIA/SP

O atendimento do índice de capacidade (IAGCf) em 133,75% da meta, conforme descrito na tabela de indicadores abaixo, foi possível com a realização de “forças-tarefas” reforçadas com a participação de fiscais de outros Estados e da Coordenação Geral de Agrotóxicos, de Brasília, bem como por ocasião da apuração de denúncias que foi maior em compara-

ção aos anos anteriores. O parque industrial brasileiro concentra-se no Estado de São Paulo, sendo assim, a realização de “forças-tarefas” é imprescindível. Outro fator a ser considerado como preponderante na superação da meta foi a realização de fiscalizações documentais, no que concerne a entrega dos relatórios semestrais de produção, importação, exportação e comercialização de agrotóxicos e afins, de acordo com o estabelecido através do Art. 41 do Decreto nº 4.074/2002, que não requer deslocamento por parte da equipe de fiscalização, otimizando desta forma o aproveitamento do tempo disponível.

O índice de conformidade constatado na fiscalização (IAGQi) apresentou um decréscimo significativo no ano de 2011, ficando muito aquém da meta de 95%. A diminuição deste índice de 76,6% para 47,66% ocorreu em razão da fiscalização ter priorizado o atendimento à denúncias de produção irregular de agrotóxicos, que se comprovaram fundamentadas, resultando em maior número de autuações, o que demonstra a efetividade da ação fiscal na proteção da saúde pública, do meio ambiente e na garantia de insumos de qualidade, o que atende plenamente a finalidade desta ação. Além do acima exposto, contribuiu para a diminuição do índice o fato de muitas empresas produtoras e importadoras não terem encaminhado o relatório semestral exigido pela Legislação Federal vigente, o que também gerou grande número de autos de infração.

A fiscalização de agrotóxicos foi realizada com foco na qualidade dos produtos, com coletas de amostras de agrotóxicos para análises fiscais. Também foram realizadas verificações documentais dos produtos importados e fabricados no Brasil, referentes ao controle de qualidade, análises de impurezas e componentes utilizados nas formulações, além da verificação do encaminhamento dos relatórios semestrais instituídos pela Legislação Federal vigente.

Pela análise dos dados verifica-se que o IAGQi, superestima as não conformidades encontradas na fiscalização de agrotóxicos, pois o mesmo representa a relação entre estabelecimentos autuados e estabelecimentos fiscalizados. Porém, a maioria dos autos de infração é emitida para os estabelecimentos em razão de irregularidades em produtos e segundo a série histórica, desde 2005 é fiscalizado um número muito maior de produtos do que o de estabelecimentos, de forma que um indicador de conformidade de produtos representaria melhor a realidade da fiscalização de agrotóxicos no Estado de São Paulo. Diante do exposto e considerando ainda a finalidade da ação 2909 de assegurar a conformidade dos agrotóxicos ofertados no mercado interno e externo, iniciamos a partir de 2011 um novo índice de conformidade por produto fiscalizado (IAGQp). Assim, em 2011, o IAGQp demonstrou que 86,59% dos agrotóxicos produzidos e importados por SP estão conforme as garantias e especificações do registro. Este índice chegou a 91,15% da meta definida pelo órgão central, muito superior ao IAGQi que atingiu apenas 50,17% da meta.

O indicador IAGQ superou a meta em 32% devido ao aumento no número de denúncias que demandaram maior número de fiscalizações.

Principais Indicadores						Tabela 170
Mnemônico	2007	2008	2009	2010	2011	Meta
Capacidade - Fiscalização de estabelecimentos (IAGCf) - Nº estabelecimentos fiscalizados / Ano						
IAGCf	25	49	52	77	107	80
Eficácia - Conformidades constatadas nas fiscalizações (IAGQi) – (Nº estabelecimentos fiscalizados – Nº estabelecimentos autuados) X 100 / Nº de estabelecimentos fiscalizados						
IAGQi %	76	55,1	57,7	76,6	47,66	95 %
Eficácia - Conformidades constatadas nas fiscalizações de produtos (IAGQp) – (Nº produtos fiscalizados – Nº produtos irregulares) X 100 / Nº de produtos fiscalizados						
IAGQp %	-	-	-	-	86,59	-
Eficácia - Eficácia na fiscalização de estabelecimentos de agrotóxicos (IAGQ) - Nº de estabelecimentos fiscalizados x 100 / Nº de estabelecimentos						

cimentos registrados

I_{AgQ} % 32 33 39,1 40,7 55,73 42 %

Eficiência - Produtividade do Serviço na fiscalização de estabelecimentos (I_{AgP}) - N° estabelecimentos fiscalizados / N° de técnico do serviço

I_{AgP} 6,3 12,3 10 14,5 20,19 ---

Fonte: SEFIA/SP

Estações Experimentais de Agrotóxicos

Desde a publicação da Instrução Normativa nº 18/2007 e posteriormente da IN 36/2009 que prevêem a obrigatoriedade das instituições públicas de pesquisa se credenciarem para o desenvolvimento de atividade de pesquisa e experimentação com agrotóxicos e afins, houve um acréscimo no número de solicitações de credenciamento. Por se tratar de fiscalização diferenciada da fiscalização nas indústrias e com muitas peculiaridades, a partir de 2010 os dados e os principais indicadores de estações experimentais estão sendo apresentados separadamente das informações das empresas de agrotóxicos.

Atividades	Tabela 171			
Estações Experimentais (EE)	2008	2009	2010	2011
Nº Estações Experimentais em atividade em SP	16	18	18	23
Nº Estações Experimentais fiscalizadas	-	-	5	18
Nº Estações Experimentais autuadas	-	-	2	4
Nº de Novas Estações credenciadas	-	-	2	5
Nº Inspeções para credenciamento	2	1	6	4

Fonte: SEFIA/SP

Em 2011 a solicitação de novos credenciamentos foi a mais alta dos últimos anos, o que demandou maior tempo de análise de processos e inspeções para credenciamento pelos técnicos do setor.

O número de fiscalizações realizadas em estações experimentais (IE_{Ecf}) foi superior ao ano de 2010, considerando a programação realizada através do plano operativo anual, no qual se planejou ao menos uma fiscalização em cada entidade credenciada até o final de 2010 e que estava em atividade, totalizando 17 estações experimentais.

A ação da fiscalização proporcionou o aumento do indicador de conformidade (IE_{EQi}) de 60 para 77,78%, correspondendo a 81,9% da meta estabelecida, o que demonstra a eficácia da fiscalização, levando as entidades a se adequar as novas normas instituídas através da publicação da IN 36/2009. Além disso, este indicador foi mais representativo em 2011 do que em 2010, pois todas as estações experimentais credenciadas no Estado de São Paulo até o final de 2010 foram fiscalizadas.

Principais Indicadores	Tabela 172		
Mnemônico	2010	2011	Meta
Capacidade - Fiscalização de estabelecimentos (IE _{Ecf}) - N° estabelecimentos fiscalizados / Ano			
IE_{Ecf}	5	18	17
Eficácia - Conformidades constatadas nas fiscalizações (IE _{EQi}) – (N° estabelecimentos fiscalizados – N° estabelecimentos autuados) X 100 / N° de estabelecimentos fiscalizados			
IE_{EQi} %	60,0	77,78	95%
Eficácia - Eficácia na fiscalização de estações experimentais (IE _{EQ}) - N° de estabelecimentos fiscalizados + inspecionados x 100 / N° de estabelecimentos registrados			
IE_{EQ} %	61,0	95,65	100%
Eficiência - Produtividade do Serviço na fiscalização de estabelecimentos (IE _{EP}) - N° estabelecimentos fiscalizados / N° de técnico do serviço			

Fonte: SEFIA/SP

Autuações e demais penalidades

Em toda ação fiscal na qual é identificada irregularidade na produção, importação ou exportação de agrotóxicos é lavrado o auto de infração, a partir do qual é autuado um processo administrativo para apuração da irregularidade, podendo o mesmo ter como conclusão: anulação, aplicação das penas de advertência, multa ou ainda a suspensão do registro, cancelamento do registro ou inutilização de produto.

O SEFIA/DDA/SFA-SP dispõe de um controle destes processos, contendo o histórico dos autuados, sendo esse um dos fatores a ser considerado quando da aplicação da penalidade ao infrator.

O aumento expressivo no número de autos de infração observado em 2011 ocorreu devido ao maior número de fiscalizações realizadas neste ano, ao grande número de denúncias que se comprovaram procedentes e pelo fato de muitas empresas importadoras e produtoras de agrotóxicos não terem encaminhado ao MAPA o relatório semestral exigido pela Legislação Federal vigente.

Nº de Autos de Infração, Notificações de Advertência, Multas Recolhidas, Cobranças Executivas e Autos de Infração Insustentados**Tabela 173**

	2010	2011
Nº de Autos de Infração	19	60
Notificações de Advertência	8	3
Multas Recolhidas	7	11
Cobranças Executivas	0	0
Autos de Infração Insustentados	1	0

Fonte: SEFIA/SP

Principais Recursos Humanos Envolvidos**Tabela 174**

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação
Fiscal Federal Agropecuário	10	5,3
Apoio Administrativo	1	0,5

Fonte: SEFIA/SP

Recursos Financeiros**Tabela 175**

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	63.038,98	45.146,29	44.896,51	44.896,51	
339030	13.078,00	12.006,00	12.006,00	3.856,76	709,26
339033	22.100,00	15.400,00	15.400,00	14.471,80	474,78
339036	2.230,20	4.993,10	4.776,10	4.776,10	
339039	9.100,00	7.924,00	7.924,00	1.291,36	
339093	3.510,00	3.951,00	3.951,00	1.175,32	
SUBTOTAL	167.417,18	89.420,39	88.953,61	70.467,85	1.184,04
449052	54.360,00				

Fonte: SEFIA/SP, DAD/SP, SIPLAN

RESUMO GERAL DA AÇÃO**Tabela 176**

META SIPLAN (fiscalização realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/ PROGRAMADO %
	360	508	566	111,42

* corresponde à somatória dos seguintes itens: Nº empresas TQ fiscalizadas + Nº tratamentos fiscalizados + Nº Inspeções para credenciamento/renovação + Nº produtos agrotóxicos fiscalizados.

2.3.3.7 – ACAO 2177- FISCAGRIC - Fiscalização de Serviços Agrícolas

Dados Gerais

Tipo	Finalístico
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade dos serviços de aviação agrícola, e de máquinas e implementos agrícolas, visando a compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental..
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços aeroagrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços aeroagrícolas e a qualidade de máquinas e implementos agrícolas
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

Atividades Aero-agrícolas Desenvolvidas por Cultura (em ha)							Tabela 177
ha	Cana	Soja	Banana	Milho	Algodão	Laranja	Outros
Total	1.272.204,35	20.099,01	122.829,12	34.527,15	1.234,38	469.420,41	18.041,72
%	65,63315817	1,03691007	6,33676741	1,78125935	0,0636818	24,2174489	0,93077426
TOTAL DA APLICAÇÃO AÉREA NO ESTADO DE SÃO PAULO (HA) Jan a Dez 2011: 1.938.356,14							

Fonte:DPDAG/SP

As três culturas que mais utilizaram a aviação agrícola são pela ordem decrescente cana-de-açúcar, correspondendo a 65,63% de toda área trabalhada com operação aero-agrícola, seguida pela laranja (24,22%) e pela banana (6,33%). Notou-se em 2011 o aumento significativo na área aplicada, especialmente na cultura de cana de açúcar.

O quadro seguinte apresenta a atividade relacionada com a concessão e alteração de registros de estabelecimentos na área de aviação agrícola, de 2007 a 2011.

Detalhamento das Atividades de Aviação Agrícola						Tabela 178
PROCESSOS	2007	2008	2009	2010	2011	
Nº de Registro de estabelecimentos	1	3	2	2	2	
Nº de Estabelecimentos Registrados – acumulado	38	41	41	43	45	
Nº de Alteração de Registros	4	7	7	11	5	
Nº de Autorização para Prestação de Serviços	5	5	5	7	5	
Nº de Cancelamentos de Registro	1	-	2	-	-	

Fonte: DPDAG/SP

Fiscalização de Estabelecimentos						Tabela 179
	2007	2008	2009	2010	2011	
Nº de Estabelecimentos Fiscalizados	36	27	40	41	29	
Nº de Fiscalização de Cursos Especializados	0	4	1	1	-	
Nº de Termo de Fiscalização	36	27	40	41	29	
Nº de Autos de Infração Emitidos	3	2	8	2	1	
Nº de Notificações de Multas Emitidas	0	11	14	4	1	
Nº de Coleta de Dados de Execução Mensal (relatórios entregues)	430	452	493	479	492	

Fonte: DPDAG/SP

As ações relacionadas à Fiscalização de Empresas de Aviação Agrícola se concentraram nos meses de setembro a dezembro de 2011, ficando até esse período restritas ao registro e alterações de registro de empresas prestadoras de serviços especializados. Foram registradas 2 (duas) novas empresas, respectivamente em maio e junho/2011. Além disso, é realizado o acompanhamento das atividades aeroagrícolas mediante controle dos relatórios mensais de atividades das empresas recebidos.

Foi realizado o inventário patrimonial do Centro de Desenvolvimento Agropecuário, Mecanização e Aviação Agrícola - CDMAV, localizada no município de IPERO-SP, bem como reuniões de coordenação do Centro.

Principais Indicadores **Tabela 180**

<i>Mnemônico</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>Meta</i>
Capacidade - Fiscalização de empresas (Ife) - nº de empresas fiscalizadas / ano						
IFE	36	27	40	41	29	41
Eficácia - Cobertura da Fiscalização de empresas (Ifep) - Nº de empresas fiscalizadas x 100 / Total de empresas registradas						
IFEP(%)	94,74	65,85	97,56	95,34	64,44	100
Eficiência - Capacidade operacional do Serviço (Icof) - Nº empresas fiscalizadas / nº de fiscais envolvidos						
ICOF	3,6	3,95	5	32,8	23,2	---
Eficácia - Não Conformidade de empresas de aviação (Iceav) - Nº de empresas autuadas X100 / nº de empresas fiscalizadas						
ICEav(%)	8,3	7,4	20	4,9	3,45	10
Eficiência - Recebimento de Relatórios Mensais (Irrav) - nº de relatórios recebidos X 100/ 12 x Total de empresas registradas						
IRRav(%)	94,30	91,87	100,20	92,83	91,11	100

Fonte: DPDAG/SP

Principais Recursos Humanos Envolvidos **Tabela 181**

Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação
Fiscal Federal Agropecuário	6	1,05

Fonte: DPDAG

Recursos Financeiros **Tabela 182**

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	12.842,24	12.842,24	12.447,84	12.447,84	
339030	3.550,00	3.550,00	3.550,00	2.550,00	233,00
339033	700,00	700,00	700,00		
339093	1.200,00	1.200,00	1.200,00	58,65	
TOTAL	18.292,24	18.292,24	17.897,84	15.056,49	233,00

Fonte: DPDAG, DAD e SIPLAN

RESUMO GERAL DA AÇÃO **Tabela 183**

META SIPLAN (estabel.fiscalizado)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	45	45	29	64.44%

Fonte: SIPLAN

2.3.4 - Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do País por meio do agronegócio
Objetivo Específico	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias
Responsável pelo Programa	Divisão de Defesa Agropecuária - DDA Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

Principais ações do programa:

2.3.4.1 - Ação 8592 - RASTREAB - Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar todos os atores da cadeia produtiva (produtores, governo federal e estadual, frigoríficos, entidades certificadoras) em relação à execução das atividades do serviço de rastreabilidade da cadeia produtiva bovina e bubalina - SISBOV, de modo que seja um sistema auditável, seus processos definidos e transparentes e seus produtos rastreáveis.
Descrição	Controles técnico-operacionais envolvendo toda a cadeia de produção bovina relativos ao SISBOV; Certificação primária e secundária de produtos de origem bovina obrigatoriamente para exportação a países que exigem rastreabilidade, mediante o Serviço de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos e a Certificação Sanitária emitida pelo SIF, respectivamente.
Áreas responsáveis pela execução	Divisão de Defesa Agropecuária - DDA

O SISBOV tem como objetivos a identificação individual e o monitoramento de todos os bovinos e bubalinos que foram cadastrados na base nacional de dados - BND, nascidos no Brasil ou importados, assim como o cadastro dos estabelecimentos rurais e respectivos produtores e a devida manutenção de todos os registros a eles pertinentes, ou seja, dados e informações das movimentações, transferências, baixas, abate, etc. Sendo assim, o SISBOV constitui um importante instrumento para a concretização de um processo de certificação da pecuária; paralelamente o conjunto de procedimentos estabelecidos visa a promover subsídios para o processo de rastreamento dos animais cadastrados e seus produtos. O SISBOV representa, acima de tudo, uma ferramenta potencial para a obtenção de garantia de qualidade e inocuidade ao consumidor nacional e estrangeiro dos produtos cárneos advindos desses animais.

Universo de Atuação

O universo de atuação contemplado na ação RASTREAB1 compreende os estabelecimentos rurais cadastrados como aprovados no SISBOV, as certificadoras credenciadas, os frigoríficos exportadores, os fabricantes de elementos de identificação e os escritórios do órgão estadual de defesa sanitária animal.

Estabelecimentos

Tabela 184

Estabelecimentos do SISBOV	Categorias	2008	2009	2010	2011
Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV	Propriedades rurais	344	217	193	154
Entidades certificadoras SISBOV – sedes e filiais	Empresa privada	22	16	15	12
Estabelecimentos de abate bovino com inspeção Federal para exportação	Empresa privada	54	54	54	64
Fabricantes de elementos de identificação	Empresa privada	10	10	8	5
Coordenadoria de Defesa Agropecuária - Escritórios Regionais	Órgão Estadual	40	40	40	40
Total		470	337	310	275

Fonte: DDA/SP

Conforme o PPA, o indicador para a ação 2487 - Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários - Rastreabilidade do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas definido é o número de certificados emitidos. No caso do SISBOV, os certificados são emitidos exclusivamente pelas certificadoras credenciadas pelo MAPA, para as propriedades que estão em conformidade com a legislação vigente quanto à identificação dos animais e registros de movimentações e baixas. Conforme a legislação, a análise de conformidade é feita pelos supervisores representantes das certificadoras, a partir

de vistorias obrigatórias realizadas nas propriedades. Quando em conformidade, recebem o certificado como Estabelecimento Rural Aprovado no SISBOV (ERAS).

Em 2011, 154 certificados foram emitidos pelas certificadoras para os ERAS no estado de São Paulo.

Resultados

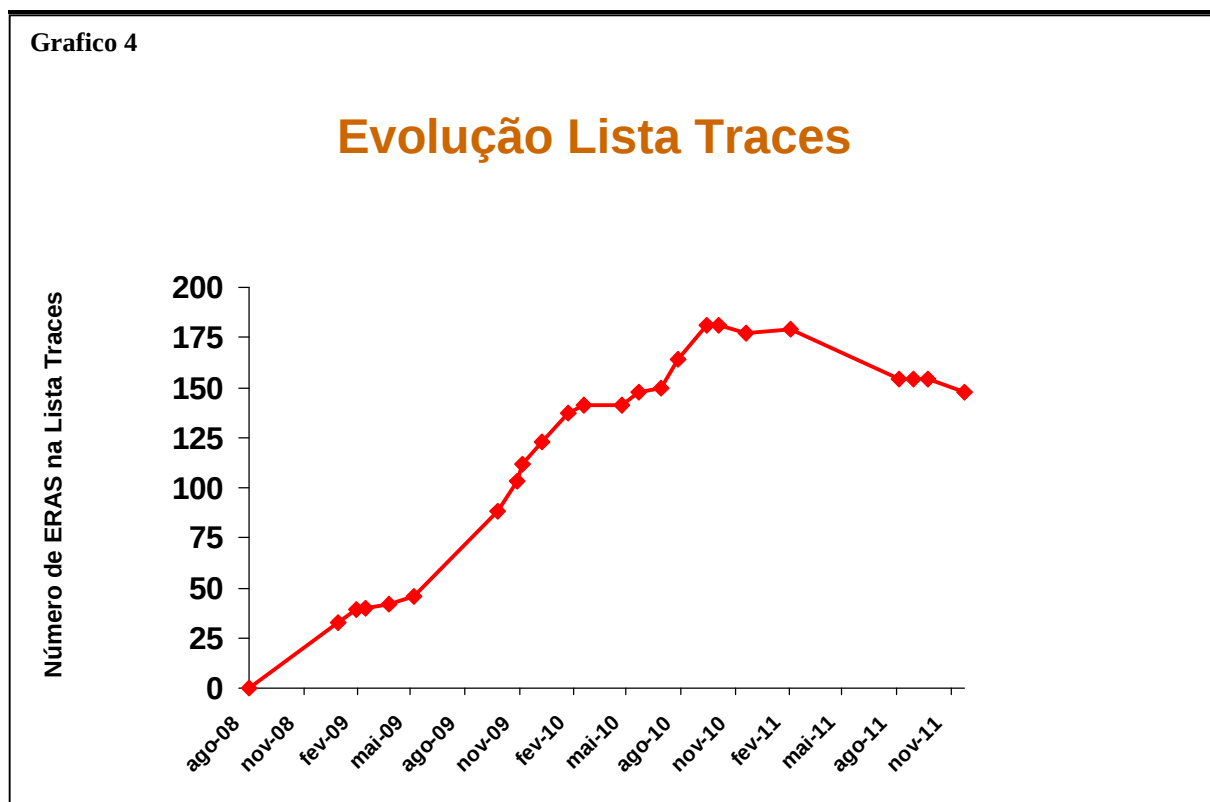
Os resultados obtidos em 2011 compreendem as diversas atividades realizadas pelo corpo técnico do SISBOV no Estado de São Paulo, conforme demonstrado resumidamente no quadro abaixo.

Atividades Realizadas		Tabela 185		
Atividades Realizadas pelo SISBOV no Estado de São Paulo	UNIDADE	2009	2010	2011
Auditorias em Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV	Auditoria realizada	187	124	67
Auditorias em Entidades Certificadoras SISBOV – sedes e filiais	Auditoria realizada	10	01	0
Auditorias em Empresas Fabricantes de Elementos de Identificação	Auditoria realizada	01	01	0
Tramitação de processos relativos ao SISBOV	Processo tramitado	136	43	30
Recebimento de missão internacional	Missão recebida	01	01	01
Treinamento em Auditoria de Certificadoras	Auditores treinados	05	25	0
Treinamento – Reciclagem de auditores	Auditores treinados	100	47	0

Fonte: DDA/SP

As auditorias oficiais do SISBOV são realizadas com o objetivo de validar o trabalho feito pelas entidades certificadoras nos ERAS. Como resultado, os ERAS aprovados nas auditorias oficiais são liberados para a exportação de carne in natura para a União Européia, através da publicação periódica da “Lista TRACES”. Segue, no gráfico abaixo, um demonstrativo da evolução do número de ERAS na Lista Traces no período compreendido entre agosto de 2008 e dezembro de 2011. Convém lembrar que, quanto maior a quantidade de ERAS na referida lista, maior a quantidade de carne exportada para a União Européia, resultando em benefícios para os diversos elos do agronegócio brasileiro envolvidos com essa atividade. Os ERAS são igualmente reauditados, para verificação periódica de sua condição conforme. Os resultados da lista TRACES e os comparativos dos últimos exercícios seguem nos gráficos abaixo apresentados.

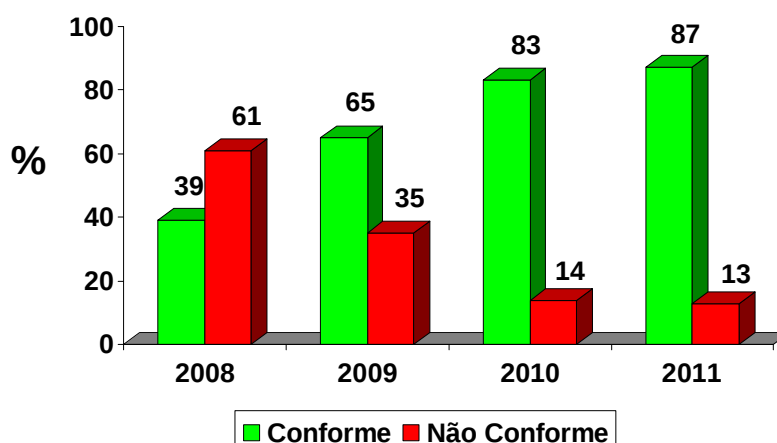
Grafico 4



Lista Traces- “TRADE CONTROL AND EXPERT SYSTEM” – lista elaborada pela União Européia com as fazendas aptas a exportar carne bovina *in natura* para aquele mercado.

Grafico 5

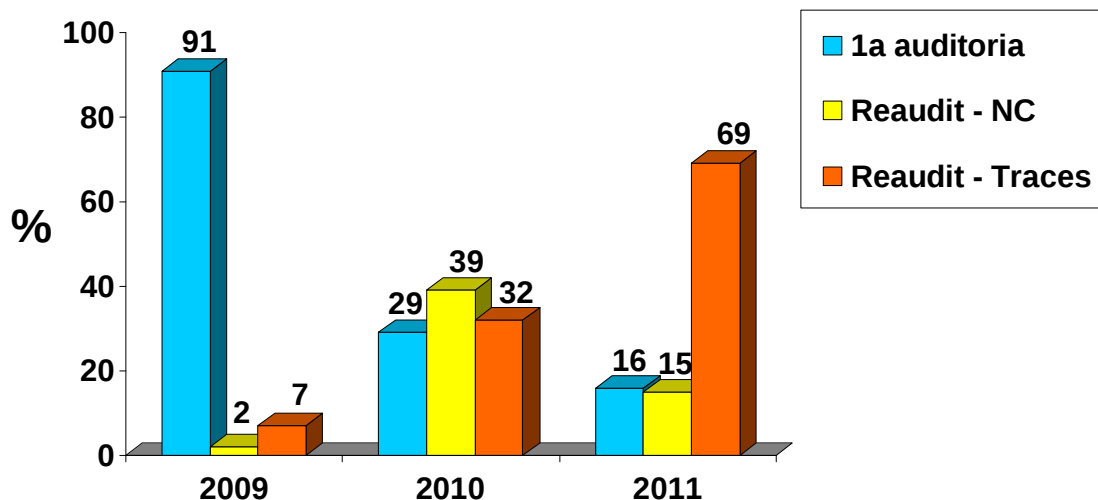
Auditorias em ERAS Evolução dos resultados 2008/2009/2010/2011



O Gráfico acima mostra o aumento da porcentagem de auditorias conformes, demonstrando uma clara profissionalização dos produtores e entidades certificadoras envolvidas no SISBOV, ao longo dos anos. Essa profissionalização, por sua vez, é resultado do rigor aplicado pelas equipes de auditores oficiais na aplicação da legislação relativa ao SISBOV.

Grafico 6

Auditorias em ERAS Tipo de auditoria 2009 / 2010 / 2011



Esse Gráfico, por sua vez, mostra a modificação do tipo de auditorias ao longo dos últimos três anos. Se em 2009 a grande maioria dos trabalhos foi relativa à 1ª auditoria nos ERAS, visto que o SISBOV estava ainda em fase de implantação, em 2011 observa-se que 69% das atividades foram reauditorias de ERAS que já constam na Lista TRACES, ou seja, passou-se a uma fase de manutenção de um sistema já implantado.

Principais Indicadores								Tabela 186
Mnemônico	2008	Técnicos envolvidos	2009	Técnicos envolvidos	2010	Técnicos envolvidos	2011	Técnicos envolvidos
Capacidade – Capacidade anual de análise de processos relativos ao SISBOV (IcPa) – Nº processos analisados/ ano								
IcPa	9	5	136	5	24	3	30	2
Eficácia – Indicador de qualidade na análise do processo (Ian) – Nº processos analisados dentro do prazo x 100/ Total processos recebidos								
Ian (%)	100	5	10	5	100	3	100	2
Eficiência – Indicador de produtividade na análise de processo (IpAf) – Nº processos analisados/ fiscal								
IpAf	9	5	27,2	5	8	3	10	2
Capacidade – Capacidade de auditoria de credenciamento em entidades certificadoras (IACr) – Total de auditorias de credenciamento realizadas/ ano								
IACr	2	4	7	5	0	4	0 ^(a)	-
Capacidade – Capacidade de auditoria de conformidade em entidades certificadoras (IACoC) – Total de auditorias de conformidade realizadas / ano								
IACoC	0	-	3	5	1	4	0 ^(a)	-
Capacidade – Capacidade de auditoria de conformidade em ERAS (IACoE) – Total de auditorias de conformidade realizadas em ERAS / ano								
IACoE	137	26	187	23	124	20	67 ^(b)	20
Capacidade – Capacidade de cadastramento de animais importados (Ic) – Total de animais importados cadastrados/ ano								
Ic	0	1	0	1	49	1	0 ^(c)	-
Eficácia – Produtividade de cadastramento de animais (Ipc) – Nº de processos analisados x 100/ total de pro-								

cessos recebidos								
Ipc (%)	75,4	1	100	1	100	1	0 ^(c)	-
Capacidade – Capacidade anual de análise de processos de monitoramento de animais importados (IcMImp) – Total de processos de monitoramento animais importados analisados/ ano ^(d)								
IcMImp	-	-	-	-	161	1	61	1
Eficácia – Produtividade de cadastramento de animais (Ipc) – N° de processos de monitoramento de animais importados analisados dentro do prazo x 100/ total de processos recebidos ^(d)								
IpMImp (%)	-	-	-	-	100	1	100	1

Fonte: DDA/SP

^(a) Não houve auditoria em entidades certificadoras no ano de 2011, pois não houve demanda por esse tipo de atividade por parte da Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade (CSR/SDA).

^(b) A realização destas auditorias deveu-se ao trabalho conjunto dos FFAs e dos médicos veterinários da CDA/SAA-SP, capacitados pelo MAPA.

^(c) Os indicadores de cadastramento de animais importados foram zerados em 2011, pois não há mais cadastramento de animais. As atividades referentes aos animais importados referem-se atualmente ao monitoramento dos animais que foram cadastrados nos anos anteriores.

^(d) Em virtude do descrito no item (c), foram criados em 2011 dois novos indicadores, que tratam dos processos de monitoramento dos animais importados cadastrados na BND (baixas, movimentações interestaduais e intraestaduais). Esse trabalho é feito em conjunto com o órgão estadual de defesa animal (CDA).

Principais Recursos Humanos Envolvidos		Tabela 187
Cargo	Número	Equivalente técnico % de dedicação à ação
Fiscal Federal Agropecuário	6	2,10

Fonte: DDA

Recursos Financeiros				Tabela 188
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS
339014	54.024,90	12.235,50	11.069,06	11.069,06
339030	8.373,98	2.560,00	2.560,00	1.143,51
339033	7.500,00	4.100,00	4.100,00	3.054,66
339093	12.000,00	3.250,00	3.250,00	25,40
TOTAL	81.898,88	22.145,50	20.979,06	15.292,63

RESUMO GERAL DA AÇÃO				Tabela 189
META SIPLAN (fiscal realizada)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO CORRIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %
	20	20	67*	335

* O total realizado foi muito maior que o programado pois optou-se por reauditar o maior número possível de ERAS constantes na Lista TRACES, de forma a conferir maior credibilidade e confiança ao SISBOV.

Fonte: SIPLAN

2.3.4.2. Ação 4720 - CERTORGAN1 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica - Nacional

Dados Gerais	
Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.
Descrição	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.
Área responsável pela execução	Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG

O ano de 2011 foi caracterizado pelo término do prazo de adequação dos agentes de rede de produção ao regulamento da Agricultura Orgânica. O maior volume de solicitações encaminhadas à equipe técnica da DPDAG-SP envolveu as aulas, palestras e oficinas de trabalho, abordando a regularização das atividades na produção, processamento, comercialização e certificação de produtos.

No atendimento ao público observou-se um sensível aumento de contatos solicitando informações sobre identificação de produtos, uso do Selo de Conformidade do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade e do reconhecimento da qualidade orgânica de produtos importados, especialmente da Comunidade Européia.

No âmbito da regularização dos Organismos de Avaliação da Conformidade – OACs, foram realizadas auditorias em dois organismos sediados nesta unidade da federação – uma certificadora e um sistema participativo de garantia. Na questão da venda direta ao consumidor final sem certificação, foram realizadas oficinas de trabalho a grupos de agricultores familiares, destinadas à orientação técnica e institucional para a construção de Organismos de Controle Social – OCSs. Como resultado de esforços despendidos nos exercícios anteriores, foram cadastradas as primeiras Organizações de Controle Social do estado de São Paulo.

A equipe técnica da DPDAG ainda participou, junto à Coordenação de Agroecologia-COAGRE, dos trabalhos de organização interna do MAPA para atuação no segmento, através da construção de manuais operacionais de auditoria e de fiscalização.

Principais Produtos e Ações Desenvolvidas

Tabela 190

Processo	Ações Desenvolvidas	Produto
Palestras, aulas e seminários	Informação a produtores, comerciantes, processadores sobre questões técnicas e inserção dos produtos orgânicos no mercado	Aulas para instrutores do SENAR (Brotas), seminários em Suzano, Gonçalves e Sapucaí Mirim (MG), docentes das Faculdades São Camilo (fevereiro, março e abril), Congresso Paulista de Fitopatologia (Campinas), aulas para os docentes do Centro Paula Souza (Paraguaçu Paulista), palestra para agricultores em Ribeirão Grande (ISA), técnicos de empresas processadoras ligadas à Ass. Bras. dos Exp. e Imp. de Alimentos e Bebidas, agentes fiscalizadores da Coordenação de Vigilância Municipal de São Paulo, produtores do SPG da ANC (Bragança Paulista e Campinas), técnicos de processadoras de cosméticos no CRQ/SP, seminário no IV encontro de Agricultura Orgânica de Suzano, palestra no III encontro de Agricultura Orgânica de Itapetininga, palestra na Feira da Agricultura Familiar, Economia Solidária e de Produtos Orgânicos de Campinas.
Publicidade de Utilidade Pública	Entrevistas a órgãos de imprensa	Entrevista na Rádio Educativa de Piracicaba e na TV Câmara de Campinas
Certificação da produção	Auditorias de Credenciamento e Manutenção de Credenciamento em Organismos da Avaliação da Conformidade Orgânica	Auditorias de credenciamento: Certificadora (IMO); Organismo Participativo de Garantia (ABD) Auditorias de manutenção: Certificadoras IBD e Agricontrol (OIA).
Cadastramento para venda direta sem certificação	Cadastramento de Organizações de Controle Social	Cooperativa da Agricultura Familiar e Agroecológica de Americana – COOPERACRA, Associação Agroecológica Terra Viva de Ribeirão Preto e Região e Associação dos Produtores Orgânicos do Alto Tietê – APROATE.
Oficinas de trabalho	Orientação técnica e institucional para a construção de Organismos de Controle Social e Sistemas Participativos de Garantia	Grupos organizados de agricultores familiares de Suzano, Cunha, Bragança Paulista (março e julho), Ibiúna, Joanópolis, Itapetininga, Pardinho, Ubatuba, São Paulo (Centro Paula Souza), São Lourenço da Serra, São Carlos, São José do Rio Preto, oficina geral de trabalho em Botucatu (com todos os grupos do estado de São Paulo) e Buri.
Oficinas de trabalho	Definição do Manual de Procedimentos e capacitação do corpo técnico do MAPA	Oficinas em Brasília (fevereiro e outubro) e encontro nacional dos agentes fiscalizadores (novembro)

Atividades		Tabela 191		
		2009	2010	2011
Organismos de avaliação da conformidade credenciados		-	03	02
Treinamento de FFA(s)		12	1	-
Organizações de Controle Social cadastradas		00	00	03

Fonte: DPDAG/SP

Principais Recursos Humanos		Tabela 192		
Unidade	Fiscal Federal Agropecuário	Equivalente técnico % de dedicação à ação		
UTRA Campinas	02	1		
Sede	02	0,2		

Fonte: DPDAG/SP

2.3.5 - Programa 1409 – Desenvolvimento da Agroenergia

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo	Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva
Responsável pelo Programa	Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE/MAPA
Público-alvo (beneficiários)	Produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis

2.3.5.1. Ação 2272 – GAPSUCRO1 – Gestão e Administração do Programa

Dados Gerais	
Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Área responsável pela execução	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

No âmbito da SFA-SP, a execução desta Ação consistiu no atendimento às Decisões Judiciais, onde a União foi condenada a executar a fiscalização do Plano de Assistência Social – PAS do setor Sucroalcooleiro, motivadas por Ações Cíveis Públicas patrocinadas pelo Ministério Público Federal, nas diversas regiões do Estado, visando o cumprimento do estabelecido no Art. 36 da Lei 4870/1965.

Esta Lei obriga os produtores de cana, açúcar e álcool a aplicar, em benefício dos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedores, em serviços de assistência médica, hospitalar, farmacêutica e social, importância correspondente, no mínimo, às seguintes percentagens: 1% do valor oficial da cana e do açúcar e 2% do valor do álcool.

Esta ação é executada tão somente mediante ordem judicial, de modo que não há meta estabelecida, haja vista que é entendimento da Consultoria Jurídica – CONJUR/MAPA que o Art. 36 da Lei 4870/65 seria inaplicável já que não há mais “valor oficial” dos produtos.

Neste sentido, foi publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União do dia 14/12/2009 o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, estabelecendo o aspecto de ação de cada instituição. No dia 06/12/2011 foi assinado o Termo Aditivo de Re-Ratificação do Acordo de Cooperação Técnica – MAPA / TEM, cujo Extrato foi publicado na Seção 3 do DOU de 15/12/2011.

A tabela a seguir apresenta a evolução dos produtos gerados pela Ação.

Fiscalização do Plano de Assistência Social – PAS						Tabela 193
ATIVIDADE	Un.	2007	2008	2009	2010	2011
Usinas Fiscalizadas	Nº	19	25	26	39	51
Associações de Produtores Fiscalizadas	Nº	01	02	02	03	03
Termos de Início de Fiscalização	Nº	06	07	01	41	42
Termos de Inspeção / Fiscalização	Nº	20	27	28	41	56
Termos de Intimação	Nº	10	13	13	25	26
Relatórios	Nº	20	27	28	40	51

Fonte: DPDAG/SP

Principais Recursos Humanos		Tabela 194
Fiscal Federal Agropecuário	Equivalente técnico % de dedicação à ação	
11	3,10	

Fonte: DPDAG/SP

Recursos Financeiros					Tabela 195
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	24.500,00	24.500,00	19.987,84	19.987,84	
339030	6.600,00	6.600,00	6.600,00	4.690,26	612,85
339039	710,00	710,00	710,00	682,00	
339093	1.800,00	1.800,00	1.800,00	358,57	
TOTAL	33.610,00	33.610,00	29.097,84	25.718,67	612,85

Fonte: DPDAG, DAD e SIAFI

2.3.6. Programa 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agro-biodiversidade

Descrição do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.
Responsável pelo Programa	Secretaria de Desenvolvimento Produção e Cooperativismo SDC/MAPA
Público-alvo	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.

2.3.6.1. Ação 8606 – DESENGORG - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; Viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos.
Descrição	Implementação de projetos de acordo com as prioridades definidas para cada unidade da federação pelas Comissões da Produção Orgânica de cada UF e em consonância com as prioridades estabelecidas com os demais parceiros. Os projetos serão executados diretamente pela Coordenação de Agroecologia, pelas Superintendências Federais de Agricultura, ou por meio de contratos ou convênios com outras instituições. Para a aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica serão realizados: o credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos no âmbito da Ministério da Agricultura, tais como alimentos, bebidas e insumos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; e implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos. Em paralelo à regulamentação e implementação das ações para a certificação e fiscalização da produção orgânica deverão estar sendo desenvolvidas ações de pesquisa, desenvolvimento, transferência e difusão de tecnologias que venham a melhorar a capacidade produtiva e a qualidade e diversidade de produtos em conformidade com os padrões de produto orgânico para que possam ser certificados. A promoção, divulgação e esclarecimento ao público sobre as normas para a produção de produtos orgânicos e sobre sua certificação deverão ter início assim que o sistema de certificação esteja implantado.
Área responsável pela execução	Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG

A ação da equipe da DPDAG em relação às tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção compreendeu acompanhamentos em agricultores inseridos no Programa “Bancos Comunitários de Sementes de Aduvos Verdes”, residente em vários municípios do estado. O trabalho, contudo, teve sua programação seriamente comprometida tendo em vista a atual política de contenção de recursos adotada pelo Governo Federal. Foi realizada a II feira de Trocas de Sementes e Mudas Crioulas e Tradicionais do Estado de São Paulo, visando aumentar a disponibilidade de material de multiplicação adequado à Produção orgânica aos agricultores familiares agroecológicos.

Os trabalhos da Comissão da Produção Orgânica de São Paulo – CPORG/SP, coordenada por esta equipe, consistiram em reuniões ordinárias, extraordinárias e de grupos de trabalho específicos para tratar de questões como a definição de uma Política Nacional para o Desenvolvimento da Produção Orgânica.

Esta equipe foi responsável pela representação da SFA/SP no Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, bem como pela organização das atividades da VI Semana Nacional do Alimento Orgânico.

Principais Produtos e Ações Desenvolvidas		Tabela 196
Processo	Ações Desenvolvidas	Produto
Promoção comercial	Participação em feiras e eventos nacionais que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos e palestras para consumidores	Representação Institucional na Bio Brasil Fair , em julho. Palestra na USP para o grupo Comerativamente em junho e na inauguração da Feira Organica de Santos

Relações institucionais	Representação institucional no Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – CEDAF e na Câmara Setorial de Agricultura Ecológica – CSAE (SAA/SP)	CEDAF: reuniões ordinárias em abril, outubro e novembro. CSAE: reunião ordinária em março
Fomento ao uso de produtos e processos apropriados à produção orgânica	Acompanhamento do Programa “Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes” e organização da II Feira de Trocas de Sementes e Mudas Crioulas e tradicionais de São Paulo	Fiscalização de grupos em Botucatu, Iperó, Santa Rosa do Viterbo, São Simão, Leme, Caconde e Mococa. A II Feira de Trocas de Sementes e Mudas foi realizada em Botucatu
Articulação Institucional	Coordenação e participação em reuniões e grupos de trabalho da Comissão da Produção Orgânica de São Paulo	Seis reuniões ordinárias (janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro) e uma extraordinária.
Articulação Institucional	Representação Institucional em Seminários e Oficinas Temáticas sobre o atual cenário da Produção Orgânica	Reunião Nacional com a Associação Organics Brasil e Seminário na Câmara Municipal de São Paulo
Articulação Institucional	Elaboração de Programa de Ações Conjuntas visando o desenvolvimento da Produção Orgânica	Secretaria de Abastecimento da Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo e do SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Elaboração e Atualização de Normas e Regulamentos	Realização de reuniões da CPOrg/SP para discussão de alterações na proposta de regulamentação	Sugestões para alteração das minutas de Instruções Normativas
Fomento ao consumo de orgânicos	Coordenação da V Semana do Alimento Orgânico no Estado de São Paulo	Campanha “Semana do Alimento Orgânico” em onze municípios do estado, em maio.

Fonte: DPDAG/SP

Eventos – Produção Orgânica		Tabela 197			
		2009	2010	2011	2011/2010 (%)
Nº de Reuniões Mensais da Comissão Estadual da Produção Orgânica - CPOrg		10	06	06	100
Nº de Participação e Apoio às Semanas de Alimentos Orgânicos em municípios		06	11	11	100

Fonte: DPDAG/SP

Principais Recursos Humanos		Tabela 198	
Unidade	Fiscal Federal Agropecuário	Equivalente técnico % de dedicação à ação	
UTRA Campinas	02	1	
Sede	02	0,5	

Fonte: DPDAG

Recursos Financeiros				Tabela 199	
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS	EXECUTADO EM 2012 (restos a pagar até 28.02)
339014	4.844,11	4.844,11	4.364,02	4.364,02	--
339030	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.342,76	150,00
339093	800,00	800,00	800,00	369,75	274,00
TOTAL					

Fonte: DPDAG; DAD e SIAFI

2.3.7 - Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Descrição do Programa

Tipo de programa Finalístico

Objetivo Geral	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG
Público-alvo (beneficiários)	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

O Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – PRODESA é operacionalizado por intermédio da Caixa Econômica Federal, sob gestão da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do MAPA, conforme contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes.

No âmbito da SFA a execução destas Ações consiste na análise de compatibilidade do objeto proposto, seu respectivo enquadramento em relação aos dados cadastrais, programáticos e orçamentários, sendo de sua responsabilidade o deferimento ou indeferimento do pleito, conforme Portaria MAPA nº 1232, de 23 de dezembro de 2008 que estabelece as diretrizes gerais para implementação das atividades relacionadas ao Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - PRODESA. Estas ações são executadas mediante demanda, de modo que não há meta estabelecida.

No exercício de 2011 foram aprovados 118 planos de trabalho, beneficiando 109 municípios.

PLANOS DE TRABALHOS (PT) APROVADOS PELA SFA-SP					Tabela 200
Exercício	Convênios	Quant.PT(s)	Valor do Repasse (R\$)	Valor de Contrapartida (R\$)	TOTAL (R\$)
2011	Prodesa	118	24.188.565,38	2.462.451,29	R\$ 26.651.016,67

A Tabela a seguir apresenta a evolução dos produtos gerados pela Ação.

Fiscalização dos Contratos de Repasse				Tabela 201	
ATIVIDADE	Un.	2008	2009	2010	2011
Prefeituras Fiscalizadas	Nº	16	25	10	31
Contratos Fiscalizados	Nº	42	71	48	63
Diárias Utilizadas	Nº	32	78	31	64,5
FFA participantes	Nº	09	09	07	07

Fonte: DPDAG/SP

Principais Recursos Humanos		Tabela 202
Fiscal Federal Agropecuário	Equivalente técnico % de dedicação à ação	
07	1,0	

Fonte: DPDAG/SP

Recursos Financeiros				Tabela 203
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	RECEBIDO	EXECUTADO EM 2011	VALORES PAGOS
339014	11.632,40	11.632,40	11.053,01	11.053,01
339030	1.897,00	1.897,00	1.897,00	1.403,29
339093	750,00	750,00	750,00	59,40
TOTAL	14.279,40	14.279,40	13.700,01	12.515,70

Fonte: DPDAG/SP/ DAD/SP e SIAFI

Quadro A.2.2. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ								Tabela 204
Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada

de								
20		0750	4716	Atividade	4	Unidade	1	1
20	603	0356	4745	Atividade	4	Unidade	167	151
20	603	0356	4746	Atividade	4	Toneladas	1.704.000	1.910.058
20	604	0356	8938	Atividade	4	Unidade	683	683
20	603	0356	8939	Atividade	4	Unidade	270	292
20	603	0375	2179	Atividade	4	Unidade	2361	2595
20	603	0375	2909	Atividade	4	Unidade	508	566
20	603	0375	2177	Atividade	4	Unidade	45	29
20	603	0375	2141	Atividade	4	Unidade	1139	1363
20	604	0375	2140	Atividade	4	Unidade	368	529
20	604	0375	2124	Atividade	4	Unidade	177	220
20	604	0375	2019	Atividade	4	Unidade	87	84
20	603	0357	2134	Atividade	4	Unidade	220.000	141.964
20	604	0357	2139	Atividade	4	Unidade	800.000	660.388
20	603	0357	2180	Atividade	4	Unidade	479.754	583.287
20	604	0357	2181	Atividade	4	Unidade	85.275	90.697
20	603	0357	4738	Atividade	4	Ha	24.820.943	24.820.943
20	604	0357	4842	Atividade	3	KM ²	248.209	248.209
20	603	0357	8572	Atividade	3	Unidade	660.000	660.000
20	604	0357	8658	Atividade	3	Unidade	110.000	107.820
20	604	1442	8592	Atividade	4	Unidade	20	67

Obs: Até o fechamento deste relatório o sistema SIPLAN permanecia fechado para o exercício de 2012

Fonte: SIPLAN

2.3.8 - PROGRAMA: 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os Órgãos da União dos meios Administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Divisão de Apoio Administrativo - DAD
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Principais ações do programa:

2.3.8.1 - Ação 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das Superintendências Federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e Distrito Federal, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos

De acordo com o Regimento Interno da SFA/SP, compete à Divisão de Apoio Administrativo promover e coordenar a execução das atividades de administração geral e processamento da execução orçamentária e financeira dos recursos alocados, observando a seguinte estruturação organizacional:

- a) Divisão de Apoio Administrativo - DAD/SFA-SP;
 - 1. Seção de Atividades Gerais - SAG/DAD/SFA-SP;
 - 1.1. Setor de Manutenção Predial - SMAP/SAG/SFA-SP;
 - 2. Setor de Compras e Contratos - SCC/DAD/SFA-SP;
 - 3. Setor de Material e Patrimônio - SMP/DAD/SFA-SP;
 - 4. Setor de Protocolo - SPR/DAD/SFA-SP;
 - 5. Setor de Transporte - STR/DAD/SFA-SP;
 - 6. Serviço de Gestão de Pessoas - SGP/DAD/SFA-SP;
 - 7. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAD/SFA-SP.

A Divisão de Apoio Administrativo subordinada hierarquicamente ao Superintendente Federal da SFA/SP, incumbe-se de oferecer suporte ao desempenho das ações finalísticas, tendo vinculação operacional direta com as áreas afins da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA/SE/MAPA, operando em estreita consonância com requisitos e normas de conduta, em subsistemas e método de trabalho padronizado pelo Órgão Central. Dentro do Programa de Apoio Administrativo, a DAD, atua diretamente na ação Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas, no Plano Interno MANUTSFAS.

Compete à DAD, anualmente lançar no Sistema Orçamentário, SIOR, um orçamento inicial das despesas obrigatórias de responsabilidade fiscal, tais como aluguel, manutenção de equipamentos, prestação de serviços de segurança e limpeza, fornecimento de energia elétrica, de água e de telecomunicações, custeio das atividades gerais e demais obrigações.

Para a ação governamental 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas não está estipulada produtos e indicadores no PPA, o crédito disponibilizado na LOA para a ação é distribuído pelo Coordenador Nacional para todas as unidades descentralizadas do MAPA, após a indicação dos limites orçamentários, são elaboradas as programações de dispêndios e o plano anual de trabalho. De acordo com as demandas da área fim, a DAD solicita recursos adicionais e realiza as adequações ou realinhamentos pertinentes.

O programa contempla o atendimento das ações orçamentárias dos serviços administrativos de todas as áreas da SFA/SP, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticas.

No exercício de 2011 o limite disponibilizado no PI MANUTSFAS para custeio foi no valor de R\$ 4.879.025,70 e R\$ 1.661.232,49 para investimento, valor inferior ao necessário para promoção do apoio logístico e operacional das atividades.

Série histórica dos recursos autorizados e executados – MANUTSFAS				Tabela 205	
Ano	Desp. Autorizada	Evolução em relação a 2005	Desp.Executada	Saldo	%
2005	5.115.406,63	100%	5.108.402,84	7.008,80	99,86%
2006	4.668.634,25	91,3%	4.662.948,83	5.685,42	99,88%
2007	4.138.805,16	80,9%	4.132.693,81	6.111,35	99,85%
2008	4.130.115,00	80,7%	4.130.109,53	5,47	99,99%
2009	4.578.969,55	89,5%	4.578.566,27	403,28	99,99%
2010	6.950.747,79	135,87%	6.491.443,50	409.690,81	93,39%
2011	6.540.258,16	127,85%	6.539.197,38	1.060,78	99,98%

Fonte: SEOF/DAD/SP

RESUMO GERAL DA AÇÃO					Tabela 206
META SIPLAN (Superintendência mantida)	PREVISTO INICIAL	PREVISTO COR-RIGIDO	REALIZADO	REALIZADO/PROGRAMADO %	
	1	1	1	100	

Fonte: SIPLAN

Recursos Financeiros Manutfsas					Tabela 207		
ND	Programado	Liberado	Liquidado	PAGO (até 28.02)	A executar	Disponível	%
339014	73.500,00	75.268,69	74.271,13	74.271,123	0,00	997,56	99,98
339030	238.115,70	362.289,73	362.289,73	298.848,48	63.441,25	0,00	100
339033	21.000,00	21.763,00	21.763,00	21.763,00	0,00	0,00	100
339036	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	100
339037	2.480.779,26	2.744.916,08	2.744.877,25	2.730.140,86	14.736,39	38,83	99,99
339039	1.570.635,04	1.607.541,17	1.607.541,17	1.458.383,39	149.157,78	0,00	100
339047	13.000,00	13.000,00	13.000,00	6.154,00	6.846,00	0,00	100
339092	26.447,00	26.447,00	26.447,00	26.447,00	0,00	0,00	100
339093	9.000,00	9.000,00	9.000,00	3.953,82	5.046,18	0,00	100
339139	14.000,00	14.000,00	14.000,00	9.900,62	4.100,00	0,00	100
339147	800,00	800,00	800,00	800,00	0,00	0,00	100
449052	1.661.232,49	1.661.232,49	1.661.208,10	6.297,28	1.654.910,82	24,39	99,99
TOTAL	6.112.509,49	6.540.258,16	6.539.197,38	4.640.959,57	1.898.238,42	1.060,78	99,98

Fonte: DAD/SP

Obs.: A coluna **A EXECUTAR**, objetiva desagregar do índice total de desempenho anual, a parcela dos dispêndios cujo efetivo pagamento se dá no decorrer do ano subsequente.

Conforme demonstra o quadro abaixo, excluindo o montante para investimento, a maior parcela dos créditos disponibilizados para o exercício de 2011 foi utilizado no pagamento dos contratos de prestação de serviços terceirizado – vigilância, limpeza, apoio administrativo, seguido das despesas com telefonia, energia elétrica, rede de água e esgoto, correio, contratos de manutenção de equipamentos/máquinas e locação de imóvel.

Principais Despesas					Tabela 208	
	2009		2010		2011	
MANUTSFAS	PLANEJADO	REALIZADO	PLANEJADO	REALIZADO	PLANEJADO	REALIZADO
Vigilância	1.319.240,70	1.104.812,59	1.600.000,00	1.286.665,53	1.490.405,00	1.714.969,30
Limpeza	541.409,76	477.016,84	650.000,00	474.717,19	690.676,66	690.507,34
Recepcionista/Telefonista	79.210,91	103.678,82	224.000,00	218.294,92	299.697,60	324.669,22
Água / Esgoto	98.015,44	76.069,42	85.000,00	84.521,47	121.000,00	142.878,98
Energia	193.000,00	150.962,09	150.000,00	134.144,66	213.167,56	245.060,65
Deslocamento	87.169,00	232.367,96	220.000,00	217.387,71	94.500,00	96.034,13
Telefonia	358.206,07	371.994,28	350.000,00	430.699,60	296.523,24	336.360,77
Manutenção Veículos	77.400,00	77.400,00	70.000,00	22.772,00	20.533,13	11.712,11
Combustível	147.000,00	33.484,43	150.000,00	51.952,05	81.298,00	87.587,32
Correio	210.091,38	141.594,73	150.000,00	165.617,27	168.425,00	149.216,92
Manut. Equip. Informática	252.000,00	252.000,00	252.000,00	252.122,12	247.704,00	190.594,49
Manutenção Diversas	57.000,00	90.482,99	100.000,00	43.192,26	141.425,00	58.330,52
Locação Imóvel	280.500,00	270.043,20	270.000,00	226.015,20	236.700,00	358.680,00
TOTAL	3.700.243,26	3.381.907,35	4.121.000,00	3.608.101,98	4.102.055,19	4.406.601,75

Principais Produtos	Tabela 209
---------------------	------------

	2007	2008	2009	2010	2011
Inclusão de material permanente	1082	411	873	501	891
Termo transferência externa recebido	15	03	15	06	8
Emissão termo transferência interna	336	396	370	388	438
Processos de alienação de bens	---	2	--	--	--
Manutenção Frota Veículos	109	118	77	68	72
Processos licitatórios	131	118	121	97	96
Pedidos de serviços e materiais	581	618	539	472	416
Autuação de Processos Administrativos	---	24.850	26.092	27.832	17.397
Tramitação de Processos Administrativos	24.412	27.494	34.152	28.160	25.119
Elaboração de contratos Prestação de Serviços	4	4	12	08	16
Emissão de Notas de Empenho (SIASG)	966	1.192	837	862	1.038
Emissão de Notas de Empenho (SIAFI)	746	527	725	646	897
Diárias processadas na SFA	3.919	4.178	5.119	5646	4.165
Passagens processadas na SFA	313	500	510	519	410
Pagamentos Efetivados	8.226	8.431	10.019	9944	9.379
Recadastramento de inativos	465	466	474	504	505
Recadastramento de Pensionistas	711	729	758	777	746
Concessão Licença-Maternidade	09	08	09	15	17
Concessão de Auxílio-Funeral	25	28	18	27	28
Concessão de Pensão	28	27	26	18	22
Concessão Aposentadorias	12	20	30	31	25
Admissão	35	129	36	88	--
Concessão de licença médica (dias)	--	6.197	10.034	10.480	9.378
Concessão de licença médica (nº)	331	409	464	412	401
Realização de perícia médica		43	130	58	40
Concessão de Licença Assiduidade	125	139	145	169	145
Concessão de abono permanência	25	67	62	56	47
Concessão de adicional de Insalubridade	68	125	58	43	12
Revisão de Pensão	17	20	21	275	24
Revisão de Aposentadoria	45	27	15	13	33
Instrução de Processos Judiciais	35	53	90	35	89
Atendimento de Auditoria	30	08	12	07	9
Processos de Pagamento Anteriores	209	277	167	411	209
Portaria Homologada	495	416	464	403	379
Publicação em Boletim de Pessoal	5743	6293	8603	8.332	4.910

Fonte: DAD/SP

Principais Indicadores				Tabela 210
Mnemônico	Unidade	2009	2010	2011
Eficácia - Índice de servidores administrativos da DAD em relação ao total de servidores ativos (Ialimed) – (Quantidade de servidores DAD/Quantidade servidores ativos) x 100				
Ialimed	%	2,43	2,30	2,27
Eficácia - Índice de dias de afastamento de servidores por licença médica (Ialimed) – (Quantidade de dias / (Total de funcionários x 365) x 100				
Ialimed	%	2,31	2,45	8,98
Eficácia – Índice de servidores totais afastados por licença médica (Ialimedn) - (Quantidade de funcionários/ (total de funcionários) x 100				
Ialime dn	%	38,95	35,27	34,96
Eficácia – Índice de fiscais federais agropecuários afastados por licença médica (Iaffa) – (Quantidade de fiscais afastados/ (total de fiscais) x 100				

<i>Iaffa</i>	%	38,57	40,54	38,27
Eficácia – Índice de servidores de DAD com afastamento licença médica (Iaadm) – (Quantidade de Sservidores DAD afastados/ (total de servidores DAD) x 100				
<i>Iaadm</i>	%	35,71	44,44	34,61
Eficácia – Índice de agentes de inspeção com afastamento licença médica (Iaadm) – Quantidade de agentes de inspeção afastados/ (total de agentes de inspeção) x 100				
<i>Iaadm</i>	%	37,54	33,39	33,77
Eficácia – Conformidade dos Processos licitatórios (Icfplic) - processos licitatórios concluídos / (total processos iniciados) x 100				
<i>Icfplic</i>	%	100	90	81,35
Eficácia - Conformidade da gestão (Icfg) – conformidades atribuídas sem restrição / (total registros de conformidade) x 100				
<i>Icfg</i>	%	100	100	100
Eficácia – Execução Orçamentária e Financeira (Ieof) – recursos empenhados / recursos provisionados) x 100				
<i>Ieof</i>	%	88,83	92,26	99,98
Eficácia – Índice de atendimento do almoxarifado (Iaalm) – pedidos atendidos/ (total de pedidos) x 100				
<i>Iaalm</i>	%	100	100	100
Eficiência - Produtividade na concessão de aposentadoria (Ipapc) – total aposentadorias concedidas / quantidade de servidores envolvidos na ação				
<i>Ipapc</i>	Nº	15	16,5	12,5
Eficiência – Produtividade na conclusão de processos de licitação (Iplic) – total processos concluídos / quantidade de servidores envolvidos				
<i>Iplic</i>	Nº	40,33	48,5	48
Eficiência – Produtividade no pagamento de diárias (Ippd) – total diárias pagas / quantidade de servidores envolvidos				
<i>Ippd</i>	Nº	2559	2823	2082,50
Eficiência – Produtividade na emissão de empenhos (Iemp) – total empenhos emitidos / quantidade de servidores envolvidos				
<i>Iemp</i>	Nº	520,66	525	967,5

Fonte: DAD/SP

Série Histórica da Distribuição dos Servidores						Tabela 211		
Estrutura	2006	2007	2008	2009	2010	Estrutura	2011	Ideal
DAD	1	1	1	1	1	DAD	1	3
SEOF	2	2	2	2	2	SEOF	3	7
SRH	4	4	4	6	8	SGP	8	16
SAP	2	2	2	2				
SDP	2	2	2	2				
SAG	2	1	1	4	1	SAG	1	3
SMP	3	3	3	2	3	SMP	3	6
STR	7	6	6	6	6	STR	6	10
SPR	4	3	3	3	3	SPR	3	8
STI	1	1	1	1	1	SMAP		3
					2	SCC	3	6
Total	28	25	25	29	27		28	62
Evolução	100%	89%	89%	103%	96%		112%	221%

Fonte: DAD/SP

Evolução do Quadro de Funcionários – SFA/SP					Tabela 212
Situação Funcional	2007	2008	2009	2010	2011
RJU/Ativo Permanente	999	1103	1109	1090	1066
RJU/Cedido	03	03	02	03	03
RJU/ Exced. a Lotação	53	52	52	50	47
Exercício Desc. Carreira	01	00	00	00	00
Exercício Provisório	01	01	01	01	01
CDT/ Contrato Temporário	32	00	00	00	00

Nomeado Cargo de Comissão	01	1	00	00	00
CLT – MAS – DEC 6657/08	00	00	22	28	30
Total Geral de Servidores	1090	1160	1191	1172	1147
Evolução %	100,64%	107%	110%	108,22%	105%

Fonte: DAD/SP

Estatística dos Servidores da DAD/SFA Por Faixa de Idade X Tempo de Serviço **Tabela 213**

Tempo de Serviço	Idade			
	30 a 39	40a 50	51a 60	>60
20 a 24	1	1		
25 a 28		2	1	
29 a 30		1	5	1
31			2	
32			2	
33				
34			1	1
35			2	
> 35			4	4
TOTAL	1	4	17	6

Obs1: 12 funcionários recebem Abono Permanência por já terem tempo completo de contribuição; Obs 2: não incluído os estagiários.

Fonte: DAD/SP

Estatística dos Servidores da SFA/SP Por Faixa de Idade X Tempo de Serviço **Tabela 214**

Tempo de Serviço	Idade						
	14 a 18	19 a 25	26 a 35	36 a 40	41 a 50	51 a 60	> 60
< 10	13	59	166	71	128	74	12
10 a 15					1		
16a 20					7	14	4
21 a 25					7	3	5
26 a 28					11	27	1
28 a 39					14	182	88
30						17	5
31					1	32	7
32						45	17
33						13	5
34						36	20
35						13	39
> 35						40	64
Total	13	59	166	71	169	496	267

Obs 1: Obs.: - 462 servidores recebem Abono Permanência por já terem tempo completo de contribuição;

Obs.2: - Incluído os 94 estagiários + 1.147 servidores = 1.241

Fonte: SGP/DAD/SFA/SP

No exercício de 2011 a Divisão de Apoio Administrativo foi composta por: 28 servidores efetivos, 17 estagiários e 98 prestadores de serviço, compreendendo os funcionários terceirizados de empresas, que exercem atividades nas áreas de limpeza, segurança, copa, recepção e telefonista. Sobre o quadro de pessoal, vale ressaltar que o número de servidores é insuficiente para as atividades desenvolvidas nos vários serviços e seções, pois a atividade desenvolvida pelo PI-MANUTSFAS dá suporte operacional, administrativo e logístico as Unidades Descentralizadas e a sede da SFA/SP.

Fica cada vez mais exposta a fragilidade que a área de apoio sofre com a falta de servidores administrativos, gerando atribuições concentradas em pessoas e não em equipes.

A necessidade de concurso público e a criação do plano de carreira para a categoria são fatores fundamentais para assegurar a continuidade do bom desempenho das atividades

executadas. O concurso para contratação de apoio administrativo realizado pelo MAPA, no exercício de 2010, não previu nenhuma vaga para a SFA/SP.

Para amenizar a falta de servidores o Treinamento “in loco” está sendo a única forma encontrada para não prejudicar a capacitação da equipe, tentando minimizar a insegurança e falta de estímulo no exercício das suas funções.

Mesmo considerando-se o cenário adverso, a Divisão de Apoio Administrativo vem, ao longo dos anos, mantendo resultados satisfatórios, principalmente no tocante ao índice de desempenho físico/financeiro.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias		Tabela 215
Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SFA/SP/FUNCAFE	130167	----
Superintendência Federal de Aquicultura e Pesca	110008	-----

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ **Tabela 216**

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada			Despesa Liquidada		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Convite	---	---	---	---	---	---
Tomada de Preços	---	---	---	---	---	---
Concorrência	337.974,72	---	---	337.974,72	---	---
Pregão	5.618.471,66	10.683.078,24	7.352.786,13	5.618.471,66	10.683.078,24	7.352.786,13
Concurso	----	---	---	----	---	---
Consulta	----	---	---	----	---	---
Não Aplicável	2.255.683,63	2.849.631,28	1.809.881,14	2.255.683,63	2.849.631,28	1.809.881,14
Contratações Diretas						
Dispensa	1.961.345,95	925.104,74	1.051.027,79	1.961.345,95	925.104,74	1.051.027,79
Inexigibilidade	804.084,60	851.295,74	886.098,36	804.084,60	851.295,74	886.098,36
Regime de Execução Especial						
Suprimento de Fundos	---	---	---	---	---	---
Pagamento de Pessoal						
Pagamento em Folha	84.026,72	40.656,86	133.666,97	84.026,72	40.656,86	133.666,97
Diárias	1.926.350,64	2.493.455,88	1.518.221,02	1.926.350,64	2.493.455,88	1.518.221,02

Valores em R\$ 1,00
Fonte: SEOF/DAD/SFA/SP

DAD

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação				Tabela 217
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite	---		---	
Tomada de Preços	---		---	
Concorrência	---		---	
Pregão	10.683.078,24	7.352.786,13	4.505.132,60	4.819.942,33
Concurso	---		---	
Consulta	---		---	
Contratações Diretas				
Dispensa	925.104,74	1.051.027,79	807.526,05	839.906,99
Inexigibilidade	851.295,74	886.098,36	630.498,87	657.876,74
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	---		---	
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	40.656,86	158.097,12	40.656,86	158.097,12
Diárias	2.493.455,88	1.518.221,02	2.493.455,88	1.518.221,02
Não Aplicável	2.744.198,28	1.809.881,14	2.613.079,98	1.568.702,75

Valores em R\$ 1,00
Fonte: SEOF/DAD

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação								Tabela 218
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal								
319008	40.656,86	133.666,97	40.656,86	133.666,97	---	---	40.656,80	133.666,97
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes								
339037	2.885.358,00	3.730.567,06	2.931.737,72	3.730.567,06	272.543,70	254.564,64	2.617.264,55	3.380.370,13
339039	2.107.692,55	2.129.849,48	6.725.692,55	2.129.849,48	390.480,58	405.223,50	1.588.208,82	1.659.981,04
339014	2.493.455,88	1.518.221,02	2.493.455,88	1.518.221,02	---	216,29	2.493.455,88	1.518.004,73
Demais elementos do grupo	1.276.832,20	1.731.034,10	1.276.832,20	1.731.034,10	339.649,80	503.795,42	882.464,84	1.064.896,10

Valores em R\$ 1,00
Fonte: SEOF/DAD

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	Tabela 219
---	------------

Grupos de Despesa	Despesas Empenhadas		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos								
449052	2.780.405,50	1.799.047,10	6.169.366,95	1.799.047,10	5.542.365,89	1.748.009,82	1.495.686,70	51.037,28
449051	228.300,73	32.993,31	228.300,73	32.993,31	228.300,73	32.993,31	44.933,04	---

Valores em R\$ 1,00
Fonte: SEOF/DAD

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores					Tabela 220
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011	
2011	308.574,88	318,67	293.645,50	14.929,38	
2010	872.947,15	---	860.731,78	12.215,37	
2009	78.555,89	---	73.770,45	4.785,44	
2008	88.422,53	218.280,71	88.020,25	402,28	
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011	
2011	4.503.580,84	1.508.412,51	1.791.899,43	2.510.563,48	
2010	6.937.673,68	1.309.752,66	663.020,31	5.981.153,48	
2009	2.458.688,15	---	759.427,50	1.699.260,65	
2008	5.788.614,16	217.658,44	6.233,00	5.318.921,09	

Observações: Restos a pagar processados permanecem no sistema tendo em vista compromissos assumidos aguardando pagamento; Restos a pagar não processados serão automaticamente cancelados pelo sistema de acordo com a macro função vigente, após publicação do Decreto.

Valores em R\$ 1,00
Fonte: SEOF/DAD

5. Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

QUADRO A.5.1 – Força de Trabalho da SFA-SP (Situação em 31/12/2011)				Tabela 221	
Tipologias dos Cargos		Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
		Autorizada	Efetiva		
1	Servidores em cargo efetivo	1.144	1.144	15	10
1.1	Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2	Servidores de Carreira	948	948	11	07
1.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3	Servidor de carreira em exercício provisório	1	1	0	0
1.2.4	Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.	Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3	Total	1.144	1.144	15	10

Fonte: SGP/DAD

QUADRO A.5.2 – Situações que reduzem a Força de Trabalho (Situação em 31/12/2011)				Tabela 222
Tipologias dos afastamentos				Nº de pessoas

	na situação
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	3
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	82
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	42
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	3
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	134

Fonte: SGP/DAD/SFA/SP

QUADRO A.5.3 – Cargos em Comissão e Funções Gratificadas (situação em 31/12)				Tabela 223
Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autori- zada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		24	24	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		36	36	
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)		60	60	

Fonte: SGP/DAD/SFA/SP

QUADRO A.5.4 – Quantidade de Servidores por Faixa Etária (situação em 31/12)					Tabela 224
Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				Acima de 60 anos
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	78	146	179	490	215
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão	3	7	12	17	14
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções gratificadas	2	2	7	18	7
3. Totais (1+2)	80	148	186	508	222

Fonte: SGP/DAD/SFA/SP

QUADRO A.5.5 – Quantidade de servidores por nível de escolaridade (Situação em 31/12)										Tabela 225
Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de cargo efetivo										
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0								
1.2. Servidores de Carreira	0	0	24	77	372	634	0		1	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0								
2. Provimento de cargo em comissão										
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0								
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0								
2.3. Funções gratificadas	0	0		1	15	20				
3. Totais (1+2)	0	0	24	78	387	654	0		1	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SGP/DAD/SFA/SP

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO A.5.6 - Servidores Inativos (Situação em 31/12)			Tabela 226
Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade		
	Servidores Aposentados até 31/12	Aposentadorias iniciadas no exercício	
1. Integral			
1.1 Voluntária	319	25	
1.2 Compulsória	12		
1.3 Invalidez Permanente	42		
1.4 Outras			
2. Proporcional			

2.1	Voluntária	105	
2.2	Compulsória	4	
2.3	Invalidez Permanente		1
2.4	Outras		
3.	Totais (1+2)	482	26

Fonte:SGP/DAD/SFA/SP

QUADRO A.5.7 - Quadro de Instituidores de Pensão (Situação em 31/12)			Tabela 227
Regime de proventos do servidor instituidor		Quantidade de Beneficiários de Pensão	
		Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1.	Aposentado		
1.1.	Integral	422	14
1.2.	Proporcional	68	01
2.	Em Atividade	242	07
3.	Total (1+2)	732	22

Fonte: SGP/DAD

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários					Tabela 228
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimes- tre	2º Trimes- tre	3º Trimes- tre	4º Trimes- tre	
1. Nível superior	29	27	31	29	535.107,25
1.1 Área Fim	18	17	22	19	350.587,50
1.2 Área Meio	11	10	09	10	184.519,75
2. Nível Médio	64	69	63	63	88.294,91
2.1 Área Fim	55	60	54	55	76.361,60
2.2 Área Meio	09	09	09	08	11.933,31
3. Total (1+2)	93	96	94	92	623.402.16

Fonte: SGP/DAD

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da SFA/SP

QUADRO A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores									Tabela 229	
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2011	59.389.745,89	5.920,00	75.147.085,94	16.024.490,08	4.759.777,90	701.545,00	501.700,50	-	10.454,31	156.540.719,62
2010	55.002.988,44	16.049,26	68.472.619,63	14.089.061,11	4.945.997,77	428.664,86	524.279,14	140.417,94	218.428,70	143.838.506,85
2009	46.630.964,30	7.610,17	57.511.625,48	11.035.838,40	2.867.241,32	221,74	397.832,15	636,86	441.645,94	118.893.616,36
Servidores com Contratos Temporários										
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
2011	218.914,23	-	129.468,03	-	7.296,00	984,00	2.409,45	-	-	359.071,71
2010	193.557,86	-	125.929,77	-	7.145,87	1.266,00	-	-	-	327.899,50
2009	146.936,00	-	123.487,34	-	1.727,88	-	6.117,52	-	-	278.268,74
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2011	2.097.237,21	463.453,43	1.905.424,29	359.869,33	100.738,16	31.440,42	10.123,97	-	9.351,84	4.977.638,65
2010	1.509.931,48	377.405,33	1.557.502,70	254.181,30	83.057,17	19.090,68	4.182,97	-	10.260,91	3.815.612,54
2009	1.255.799,48	388.018,58	1.150.349,93	212.755,76	42.082,87	8.549,47	9.472,61	-	10.753,54	3.077.782,24
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
2011	2.355.559,84	197.543,99	1.826.347,05	464.256,65	174.718,15	54.380,64	12.807,14	-	12.959,34	5.098.572,80
2010	2.355.559,84	197.543,99	1.826.347,05	464.256,65	174.718,15	54.380,64	12.807,14	-	12.959,34	5.098.572,80
2009	2.102.609,19	192.983,47	1.468.389,07	350.028,01	95.807,32	15.374,32	6.642,32	-	27.887,35	4.259.721,05

Fonte: SGP/DAD

DAD

Quadro de Custos de Recursos Humanos – Resumo			Tabela 230
	TOTAL		MEDIA MES
2011	166.976.002,80		13.914.666,90
2010	153.080.591,70		12.756.715,97
2009	126.509.388,40		10.542.449,03

Fonte: DAD/SP

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.9.A – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos					Tabela 231
Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
	0	0	0		

Análise crítica da situação da terceirização no órgão

A Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo sempre evitou a contratação de pessoal terceirizado para suprir a carência de Servidores em sua área meio (administrativa), acarretando hoje o excesso de trabalho aos servidores, que em grande maioria respondem sozinhos por seções e setores, o que pode lhes causar danos psíquicos, profissionais e físicos (síndrome de burnout). A SFA-SP não tem reposição de servidores de apoio administrativo à mais de 25 anos (concurso), conta atualmente com mais de 90% dos servidores (administrativos) recebendo o abono de permanência. A não reposição da mão de obra da SFA-SP, poderá causar a absoluta ineficácia das atividades de apoio administrativo.

QUADRO A.5.10 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados	Tabela 232
---	------------

A SFA-SP não possui empregados terceirizados em atividades do seu plano de cargos.

QUADRO A.5.11 – Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados	Tabela 233
---	------------

A SFA-SP não foi contemplada com servidores administrativos no concurso publico realizado pelo MAPA por não possuir empregados terceirizados em exercício de funções do plano geral de cargos.

QUADRO A.5.12 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva											Tabela 234		
Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal da Agricultura no Estado de São Paulo –SFA/SP													
UG/Gestão: 130067						CNPJ: 00.396.895/0028-45							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F	M	S	P	C	P	
2008	V	O	02/2008	62874094000185	1/5/08	1/5/12	56	64					P
2011	L	O	02/2011	09508389000155	1/3/11	1/3/12	42	42					A

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte:SCC/DAD/SFA/SP

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra											Tabela 235		
Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal da Agricultura no Estado de São Paulo –SFA/SP													
UG/Gestão: 130067						CNPJ: 00.396.895/0028-45							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natu reza	Iden- tifica- ção do Con- trato	Empresa Con- tratada (CNPJ)	Período contratual de execução das ati- vidades contratadas		Nível de Escolaridade exi- gido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	6	O	7/2009	09312676000195	3/9/2009	01/12/11			3	3			
2011	7	O	7/2009	09312676000195	3/9/2009	01/12/11			8	8			
2011	9	O	7/2009	09312676000195	3/9/2009	01/12/11			5	5			
2011	6	O	4/2011	07836985000139	01/12/11	01/12/12			3	3			
2011	7	O	4/2011	07836985000139	01/12/11	01/12/12			10	10			
2011	9	O	4/2011	07836985000139	01/12/11	01/12/12			5	5			
2011	7	O	5/2011	07836985000139	01/12/11	01/12/12			5	5			
2011	7	O	6/2011	07836985000139	01/12/11	01/12/12			1	1			
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1.	Conservação e Limpeza;				Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2.	Segurança;				Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamen- te contratada.								
3.	Vigilância;												
4.	Transportes;												
5.	Informática;												
6.	Copeiragem;												
7.	Recepção;												
8.	Reprografia;												
9.	Telecomunicações;												
10.	Manutenção de bens móveis												
11.	Manutenção de bens imóveis												
12.	Brigadistas												
13.	Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes												
14.	Outras												

Fonte: SCC/DAD/SFA/SP

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

QUADRO A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	Tabela 236
Não houveram transferências no exercício de 2011	

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

QUADRO A.6.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios							Tabela 237
Unidade Concedente ou Contratante							
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo							
CNPJ: 00.396.895/0028-45				UG/GESTÃO: 130067/00001			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)			
	2011	2010	2009	2011	2010	2009	

Convênio	0	0	0	0	0	2.494.222,80
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Parceria	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0	0	2.494.222,80

Fonte: DPDAG

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

QUADRO A.6.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes					Tabela 238
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo					
CNPJ: 00.396.895/0028-45			UG/GESTÃO: 130067/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Contratados	Valores (R\$ 1,00)		% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
			Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	0	0	0	0	0
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0
Termo de Parceria	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0	0

Fonte: DPDAG

6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

QUADRO A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.					Tabela 239
Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo					
CNPJ: 00.396.895/0028-45			UG/GESTÃO: 130067/00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2010	Contas prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	2.494.222,80	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2009	Contas prestadas	Quantidade	01	0	0
		Montante Repassado	2.500.000,00	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0

Fonte: DPDAG

6.1.5. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse				Tabela 240	
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo					
CNPJ: 00.396.895/0028-45			UG/GESTÃO: 130067/00001		
Exercício da prestação de contas		Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas		0	0	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	0	0	
		Montante repassado (R\$)	0	0	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE	0	0
			Quantidade	0	0
Montante repassado			0	0	
2010	Quantidade de contas prestadas		01	0	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	01	0	
		Quantidade Reprovada	0	0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE	0	0	
		Quantidade	0	0	
		Montante repassado (R\$)	0	0	
2009	Quantidade de contas prestadas		1	0	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	0	
		Quantidade Reprovada	0	0	
		Quantidade de TCE	0	0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0	
Montante repassado		0	0		
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0	
		Montante repassado	0	0	

Fonte: DPDAG

No exercício de 2011 esta SFA não celebrou nenhum convênio, tendo sido o último celebrado em 2008, e as contas apresentadas dentro do prazo em conformidade com a Portaria Interministerial MPOG 127, de 29.05.2008. Informamos que o procedimento desta Superintendência quanto a análise da prestação de contas inicia-se na checagem dos documentos apresentados pelo conveniente, verificando a existência dos documentos obrigatórios exigidos no art. 58 da Portaria Interministerial 127 de 29.05.2008. Estando a documentação em ordem, procede-se a autuação dos documentos encaminhando aos servidores responsáveis pelo acompanhamento in loco e elaboração do referido relatório técnico conclusivo. Após a emissão do parecer técnico, sendo favorável, o processo é encaminhado ao Serviço de Execução Orçamentária e Financeira para análise e emissão do parecer sobre a execução financeira do convênio em conformidade com o art. 43 da Portaria MAPA 428 de 09.06.2010.

Com relação à estrutura de controle definida para gestão das transferências, o órgão técnico local detalha o processo de elaboração do plano de trabalho juntamente com a organização interessada na transferência (celebração de convênio). Para essa elaboração, é feita uma avaliação da factibilidade do plano de trabalho por técnico da respectiva área.

Antes da celebração do convênio são nomeados no mínimo 2 (dois) fiscais, um para elaborar o parecer de viabilidade e o outro para o acompanhamento in loco objetivando a avaliação periódica da execução das ações constantes no plano de trabalho. Este fiscal emitirá ao longo da vigência do convênio relatórios de acompanhamento e, ao final, quando da prestação

de contas o parecer conclusivo aprovando ou não o convênio do ponto de vista técnico. Paralelamente a área financeira da UG faz a avaliação da prestação de contas quanto aos aspectos financeiros e contábeis para que seja lançada nos sistemas de controle, a comprovação e aprovação

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	
Tabela 241	
DECLARAÇÃO	
Eu, Jose Tadeu de Faria, CPF nº 434.876.888-91, Superintendente Federal de Agricultura exercido na Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores. São Paulo, 21 de março de 2012. Jose Tadeu de Faria Superintendente/SFA-SP	

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

QUADRO A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR				Tabela 242
Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	60	1	
	Entregaram a DBR	60	1	
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SGP/DAD

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ						Tabela 243
Aspectos do sistema de controle interno						Avaliação
Ambiente de Controle						1 2 3 4 5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.						x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.						x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.						x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.						x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.						x
Avaliação de Risco						1 2 3 4 5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.						x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.						x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.						x
Procedimentos de Controle						1 2 3 4 5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			x			
Informação e Comunicação						1 2 3 4 5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.						x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x		
Monitoramento						1 2 3 4 5

QUADRO A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ		Tabela 243		
Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação		
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x		
Considerações gerais:				
LEGENDA				
Níveis de Avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis		Tabela 244				
Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis		1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.						
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?						x
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).						x
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.						x
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?						
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboraram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					x	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?						
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				x		
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?						

QUADRO A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis						Tabela 244
Aspectos sobre a gestão ambiental						Avaliação
Licitações Sustentáveis						1 2 3 4 5
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.						
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?						
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).						
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?						
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.						
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.						
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.						
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.						
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?						
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.						
☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?						
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

11. Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU Nº107, de 27/10/2010.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União				Tabela 245	
Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ			
		2010	2011		
BRASIL	UF SÃO PAULO				
	Município de Araraquara	01	01		
	Município de Barretos	01	01		
	Município de Barueri	01	01		
	Município de Campinas	01	01		
	Município de Cananéia	01	01		

Município de Cananéia Vila	01	01
Município de Guaratinguetá	01	01
Município de Iguape	01	01
Município de Itapetininga	01	01
Município de Itapevi	01	01
Município de Jundiá	01	01
Município de Pirajú	01	01
Município de Ribeirão Preto	01	01
Município de Santos	01	01
Município de São Paulo	01	01
Município de São Paulo	01	01
Município de São Vicente	01	01
Município de São Roque	01	01
Município de Ipaussu	01	01
Município de São Caetano do Sul	01	01
Subtotal Brasil	20	20
Total (Brasil + Exterior)	20	20

Fonte: SAG/DAD

QUADRO A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros			Tabela 246	
Localização Geográfica			Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros	
			2009	2010
BRASIL	UF - SÃO PAULO			
	Município de Santos		1	1
Subtotal Brasil				
Total (Brasil + Exterior)			1	1

Fonte: SAG/DAD

QUADRO A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da SFA/SP								Tabela 247
UG	RIP	Re-gime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130067	616300008.500-3	13	3	100.257,90	12/12/2006		-	-
130067	620900009.500-0	13	3	655.881,06	29/08/2001		-	-
130067	621300015.500-1	13	3	57.395.833,69	06/12/2001		-	-
130067	629100042.500-0	11	3	822.000,00	21/08/2001		-	-
130067	629900007.500-0	11	3	183.766.216,83	28/11/2001		77.877,03	-
130067	629900007.500-5	11	4	488.663,68	30/07/2001		-	-
130067	646900012.500-3	11	3	204.729,92	12/11/2001		157.930,00	-
130067	650700012.500-0	11	4	23.221.632,00	28/11/2001		-	-
130067	651900006.500-0	11	4	1.019.628,74	28/11/2001		-	-
130067	654700003.500-0	11	3	346.065,18	16/11/2001		-	-
130067	654900007.500-8	11	3	812.328,51	12/11/2001		-	-
130067	661900009.500-3	11	3	1.256.847,78	04/09/2001		-	-
130067	671300010.500-6	13	4	506.625,65	15/08/2001		-	-

130067	687700003.500-0	11	4	666.753,41	08/10/2001	-	-
130067	696900035.500-0	13	3	147.817,93	04/12/2001	-	-
130067	707700003.500-5	12	4	613.423,00	29/05/2001	-	-
130067	707100186.500-2	13	4	35.566,42	30/11/2005	-	-
130067	710700418.500-7	11	3	577.773,38	27/11/2001	-	-
130067	710700446.500-0	13	3	350.811,39	07/12/2001	-	-
130067	712700023.500-5	11	4	18.444.050,00	23/11/2001	-	-
130067	711300030.500-2	11	3	326.931,43	28/11/2001	-	-
Total						235.807,03	
Codificação do Regime de utilização do Imóvel							
1 – Aquicultura				12 – Em regularização – Outros			
2 – Arrendamento				13 – Entrega – Adm. Federal Direta			
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta				14 – Esbulhado (Invadido)			
4 – Cessão – Outros				15 – Imóvel Funcional			
5 – Cessão – Prefeitura e Estados				16 – Irregular – Cessão			
6 – Cessão Onerosa				17 – Irregular – Entrega			
7 – Comodato				18 – Irregular – Outros			
8 – Disponível para Alienação				20 – Locação para Terceiros			
9 – Em processo de Alienação				21 – Uso em Serviço Público			
10 – Em regularização – Cessão				22 – Usufruto Indígena			
11 – Em regularização – Entrega				23 – Vago para Uso			
Classificação do Estado de Conservação do Imóvel							
1 – Novo				5 – Reparos Importantes			
2 – Muito Bom				6 – Ruim			
3 – Bom				7 – Muito Ruim (valor residual)			
4 – Regular				8 – Sem Valor			

Fonte: SAG/DAD

Os imóveis jurisdicionados a esta SFA/SP, estão sendo utilizados em sua plenitude com a sede e as regionais desta Superintendência.

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

12.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A.12.1 – Gestão de TI da UJ		Tabela 248				
Quesitos a serem avaliados	Avaliação					
	1	2	3	4	5	
Planejamento						
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			x			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			x			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			x			
Recursos Humanos de TI						
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.			4			
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x					
Segurança da Informação						
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x					
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	x					
Desenvolvimento e Produção de Sistemas						
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				x		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia	x					

definida.					
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	x				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			x		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100% em serviços				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	x				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	x				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	x				
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/ 10/2010.

13.1 Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)					Tabela 249
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2008	---	13.032,00	---	---	---
2009	---	---	---	---	---
2010	---	---	---	---	---
2011	---	---	---	---	---

Obs: Nos anos de 2009, 2010 e 2011 este órgão não fez uso de cartão de credito corporativo

Fonte: SEOF/DAD

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADRO A.15.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício					Tabela 250
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária - MAPA					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-004.786/2011-4	1526/2011	1	Não há	Memorando 046/AECI-GM

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação:					
ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, não adotando a medida cautelar pleiteada, por não estarem presentes os requisitos de perigo na demora e plausibilidade do direito argüido, arquivando-a e dando ciência ao representante com o envio de copia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos: Representante: Empresa Arcolimp Serviços Gerais					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Seção de Compras e Contratos					
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária - MAPA					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Or-dem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC-022.798/2011-0	6708/2011	1	Não há	Mem.187/2011/AECI/GM
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação:					
ACORDAM em considerar legal para fins de registro Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos: : Ary de Souza Almeida (032.962.617-53).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos – SRH/DAD/SFA/SP					
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária - MAPA					
Deliberações do TCU					

Deliberações expedidas pelo TCU					
Or-dem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 024.555/2011-8	6721/2011	1	Não há	38466-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação:					
Que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos: Interessados: Anita de Oliveira (017.221.902-72); Odair José Alessi (733.950.218-15); Roberto Nespoli Correa da Silva (543.993.358-15)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos – SRH/DAD/SFA/SP					
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária - MAPA					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Or-dem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC- 023.032/2011-1	7606/2011	1	Não há	38030-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação:					
Acordam em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos: 1.1 Interessados: Augusto Freire de Queiroz (098.600.968-72); Basílio Amadeu (250.123.398-00) Dalmo Telles da Silva (029.300.996-15); Deise Ferri (693.965.078-49); Fausto Pereira Degani (742.265.418-04) José Brassalot (405.102.988-34); José Bilac Salda- nha Pereira Degani (742.265.418-04) ; Nelson Machado (343.359.278-00); Ronaldo Sciotti Pinto da Silva (386.422.128-53)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos – SRH/DAD/SFA/SP					
Síntese da providência adotada:					

Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária - MAPA					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Or-dem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 025.505/2011-4	7642/2011	1	Não há	39273-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação:					
Que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão de pensão civil cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos: Interessados:Antônia Sartori da Silva (124.917.748-01); Conceição Aparecida Coelho da Silva (342.727.808-59); Ruth Rodrigues Freire de Oliveira (414.251.388-53) ; Therezinha Madalena Messias (110.471.538-40)					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos – SRH/DAD/SFA/SP					
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária - MAPA					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Or-dem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC 025.796/2011-9	8258/2011	1	Não há	39525-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783

Descrição da Deliberação:					
ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos no autos: Interessada: Teresinha Barbosa de Moura (036.526.498-93)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos – SRH/DAD/SFA/SP					
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária - MAPA					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Or-dem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	TC 023.925/2011-6	9149/2011	1	Não há	42257-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação:					
ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria abaixo relacionados, fazendo-se seguinte determinação sugerida no parecer emitido pelo ministério Publico Interessados Ademir Zani(694.448.468-49); Álvaro Machado D’Antônio (190.197.698-04); Antônio José da Silva(727.109.778-34); Aparecida Cerverizzo(006.125.218-26); Cacilda Bonafede(931.549.508-00);Claudio Cazarim (362.660.608-25); Claudio de Souza (286.440.268-87); Dirceu Baraldi(107.662.278-04); Duntalmo Pereira(107.799.907-06); Durval Rocha Fernandes(051.891.528.-04); Élio Marques (316.182.868-20); Flora Zilberkan (534.025.708-82) Gerson Evangelista José (222.520.888-34); Hugo Coralli (636.145.298-00); Isaac Katz(235.797.657-87); João Matos dos Santos(320.075.408-78); José Francisco Saad)340.266.578-68)Juracy Marques Sobrinho (208.678.328-00); Laerte Jorge Fagundes (544.408.238-15); Luis Alberto Gomes(755.022.758-68); Luiz Antônio Ortolani Lacerda (032.679.708-49); Manoel Pedro Martins D’Ornelhas(755.038.308-59); Maria Lucia Loureiro Tonini (705.099.998.91); Nelson Vizontini (924.642.708-49); Paulo César Martins Duarte (744.424.498-72); Paulo Ernane de Deus (748.092.888-20); Paulo Henrique Grassano Murta (675.923.098-15); Priscila Taube Luz Luizari (967.924.778-34); Rita de Cássia Nogueira de Barros (281.435.586-49); Romeu Rezende (003.305.409-63); Rui de Carvalho (403.583.218-91); Tereza Kato (836.913.408-49).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos – SRH/DAD/SFA/SP					
Síntese da providência adotada:					

Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária - MAPA					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Or-dem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC 022.127/2011-9	8602/2011	1	Não há	40346-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo–SFA/SP					2783
Descrição da Deliberação:					
ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos: Interessados: Adriano Ferraioli (285.797.828-64); Elza de Fátima Rodrigues Cavalcante (520.793.843-68); Jackson Lenny de Sousa Castro (003.239.55-84); Marcelo Attoni Amaral (098.888.478-05); Marcelo Krivcun (248.813.398-18); Nathalia Bueno Moraes Pereira (089.474.556-52); Nathaya Alexandre Portella (103.900.087-88); Roberto Kionori Yamanaka (843.259.259-53); Thiago Lorencetto Rabelo (334.002.678-56).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Recursos Humanos – SRH/DAD/SFA/SP					
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não existem pendências

16. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

No exercício de 2011 a SFA/SP não teve nenhuma recomendação do órgão de controle interno.

17. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Quadro B.1.2 - Declaração do Contador com Ressalva		Tabela 251
DECLARAÇÃO DO CONTADOR		
DECLARAÇÃO COM RESSALVA		
Denominação completa (UJ):		Código da UG:
SUPERINTENDENCIA FED.DE AGRIC.,PEC.E ABASTECIMENTO/SP		130067

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EX-CETO no tocante a: a) a) – CONTABILIZAÇÃO DE CONTRATOS EM ITENS E/OU FAVORECIDO INDEVIDO. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T –8 GO

Resultados e Conclusões

Durante o ano de 2011, a SFA/SP contou com um sistema colegiado de gestão, equipes multidisciplinares que compartilham missão, visão e princípios, com habilidade e capacidade para a executar as atividades regimentais e de interesse do cidadão e da sociedade.

Os resultados dos indicadores demonstram, de modo geral, em termos de gestão, relevância, desempenho e tendência positiva no desenvolvimento das ações que visam o abastecimento interno, o aumento do fluxo das exportações a manutenção da saúde pública, evitando que produtos fora dos padrões e/ou contaminados cheguem à mesa do consumidor. Também executou planos dos programas 06003, 1409 e 1442 que impactam no objetivo “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio”.

Neste sentido é importante observar, pela dimensão, alguns indicadores. Em 2011, foram analisadas 77.790 amostras de produtos de origem animal, com 75.202 resultados conformes, 96,67% do total avaliado (Tabela 4). O Serviço de Inspeção Federal, SIF, da SFA/SP, registrou o abate de 742.568.813 de animais - bovinos, suínos, aves e ovinos (Tabela 6). A ação de inspeção e fiscalização do SIF não só impediu que laticínios, mel, pescados, ovos, carnes e derivados com problemas sanitários, notadamente carcaças de bovinos e de suínos, portadoras de cisticercose e tuberculose fossem comercializadas, mas viabilizou e certificou as exportações brasileiras de produtos de origem animal para diferentes mercados internacionais.

Esses índices tiveram efeitos positivos sobre um dos objetivos da SFA/SP – garantir a segurança alimentar - mostrando que “quanto maior a conformidade de alimentos, maior será a inocuidade e a qualidade dos produtos”. Os indicadores ligados aos Programas Segurança na Sanidade Agropecuária e Qualidade de Insumos Agropecuários (ver o item 2.3) contribuíram também para os resultados da gestão.

No que se refere à qualidade de produtos de origem vegetal, foi superada a meta prevista para o período, com a conformidade de alguns produtos, como bebidas alcoólicas e não alcoólicas, atingindo índice superior a 81% (Tabela 33).

Outros indicadores igualmente de impacto no desempenho global da SFA/SP: número de fiscalizações dos serviços de vigilância agropecuária internacional no Porto de Santos e nos Aeroportos de Guarulhos e Viracopos (583 mil fiscalizações/ano); número total de produtos registrados para alimentação animal (cerca de 20 mil); número de fertilizantes, corretivos e inoculantes registrados (1750/produtos/ano), totalizando neste caso, mais de 16 mil produtos registrados.

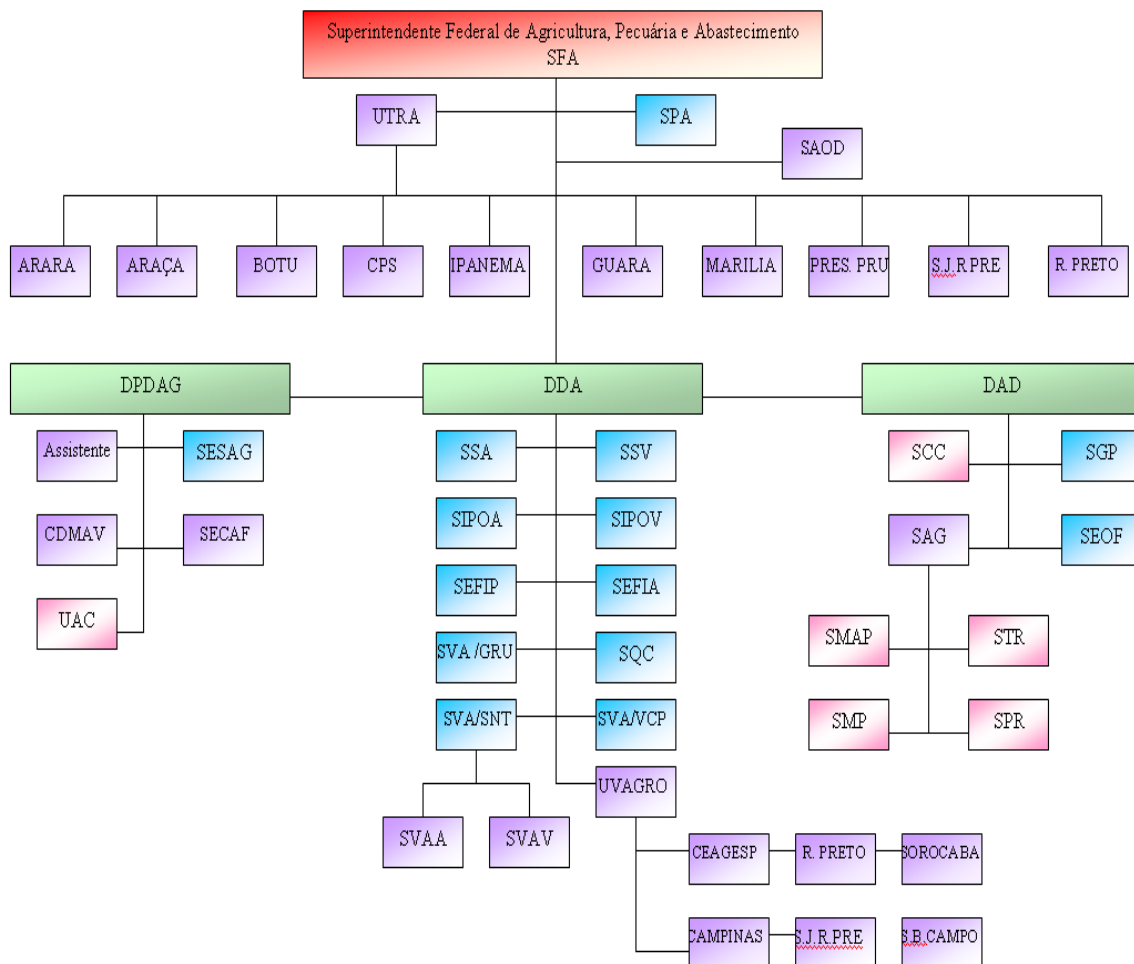
As principais dificuldades enfrentadas, nos últimos exercícios, pela SFA/SP no gerenciamento de um universo tão amplo de atuação - como pode se verificar também neste RG - estiveram, ligadas ao **gap** existente entre a força de trabalho disponível e a demanda crescente de clientes x cidadão x sociedade. Outra barreira continua sendo a centralização de processos nos órgãos centrais do MAPA, com impactos na gestão do atendimento no que se refere à rapidez e pontualidade na prestação de serviços.

Também os mandados de segurança e os questionamentos do Ministério Público, em número considerável, concedidos sobre atos legítimos de fiscais em razão da função exercida continuam sendo obstáculos à gestão, sobretudo os que envolvem a vigilância internacional e os Organismos Geneticamente Modificados, OGMs, uma vez que demandam tempo dos próprios fiscais para a elaboração de respostas bem como para o encaminhamento de subsídios necessários à defesa da União. Em que pese a prevalência dessas variáveis, não houve registro de desvios dos objetivos da SFA/SP.

Para 2012, a expectativa da Superintendência, considerando o novo PPA 2012-2015, é redirecionar o foco, monitorando e avaliando os planos e iniciativas, de modo a ampliar o benefício ao cidadão e à sociedade. É fazer gestões especiais para descentralizar as ações, adequar a força de trabalho às demandas da cadeia produtiva. É valorizar o trabalho do servi-

dor. É fortalecer a cultura da excelência. É proteger o capital intelectual e estrutural ‘da casa’ para melhor executar o regimento e as políticas públicas para o setor agropecuário no Estado de São Paulo.

Organograma – SFA/SP



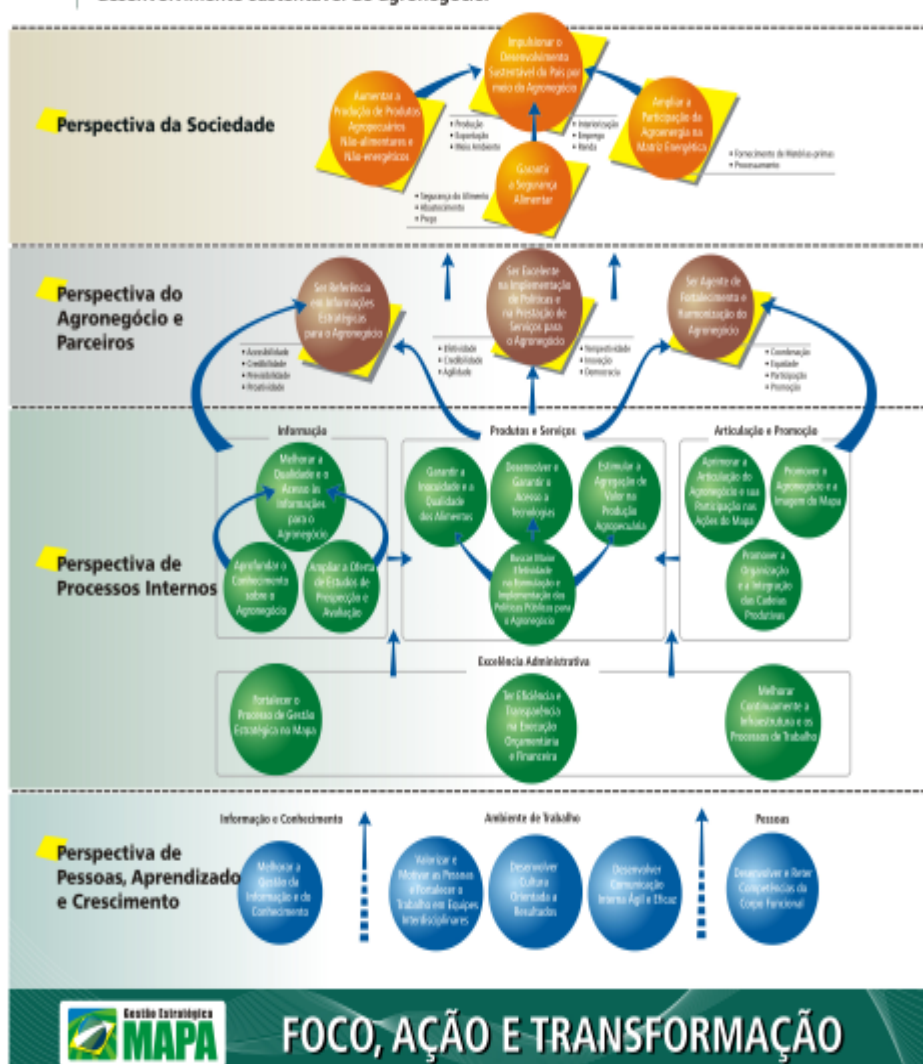
MAPA ESTRATÉGICO

Missão Institucional

Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade.

Visão 2006 - 2015

Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços de desenvolvimento sustentável do agronegócio.



FOCO, AÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



ÍNDICE DAS TABELAS			
			Página
2.3.1.1 INSPANIMAL3			
Quantitativo de Estabel Registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF)	Tabela	1	14
Quantitativo de Estabelecimentos Relacionados (ER)	Tabela	2	15
Indicadores de Desempenho	Tabela	3	15
Índice de conformidade das análises laboratoriais em produtos de origem animal e de água de abastecimento – IQ Cal	Tabela	4	16
Número de animais abatidos e inspecionados pelo SIF em SP	Tabela	5	17
Nº de carcaças detectadas-bovinos e suínos	Tabela	6	17
Nº de carcaças detectadas-suínos e aves	Tabela	7	18
Condenação de pescados realizada pela Inspeção Federal – Kg	Tabela	8	18
Condenação de Leite realizada pela Inspeção Federal	Tabela	9	19
Supervisões programadas X realizadas em estabelecimentos por ano – IQ sra	Tabela	10	20
Número de processos analisados e tramitados	Tabela	11	20
Número de rótulos analisados e tramitados	Tabela	12	21
Requerimentos de anuência de importação analisados	Tabela	13	21
Nº de Autos de Infração, Termos de Advertência, Autos de Multa e Cobranças Executivas emitidos	Tabela	14	22
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	15	22
Recursos Financeiros	Tabela	16	22
Resumo Geral da Ação	Tabela	17	23
2.3.1.2. PADCLASSIF			
Fiscalização da Classificação Vegetal	Tabela	18	24
Principais Indicadores	Tabela	19	25
Classificação de Produtos Vegetais Importados	Tabela	20	26
Número de Multas e Valores Aplicados e Recolhidos	Tabela	21	26
Principais recursos humanos	Tabela	22	26
Recursos Financeiros	Tabela	23	26
Resumo Geral da Ação	Tabela	24	27
2.3.1.3 IPVEGETAL2			
Demanda de serviço por FFA	Tabela	25	27
Distribuição de Estabelecimentos no Estado de São Paulo	Tabela	26	27
Estabelecimentos	Tabela	27	28
Produtos	Tabela	28	28
Estabelecimentos Produtores Fiscalizados	Tabela	29	29
Resultados Obtidos	Tabela	30	29
Processos Administrativos	Tabela	31	29
Resultados Analíticos	Tabela	32	30
Principais Indicadores	Tabela	33	30
Principais recursos humanos	Tabela	34	30
Recursos Financeiros	Tabela	35	31
Resumo Geral da Ação	Tabela	36	31
2.3.1.4 RESIDUOS			
Coletas de Produtos Agrícolas – Ano Safra 10/11	Tabela	37	32
Resultados do Monitoramento do PNCRC – Safra 2010/2011	Tabela	38	32

Principais recursos humanos	Tabela	39	33
Programa de Controle de Resíduos e Contaminantes em Carne-PCRCC	Tabela	40	33
Principais Indicadores	Tabela	41	34
Principais recursos humanos	Tabela	42	34
2.3.1.5 FISCORGEN			
Principais processos	Tabela	43	34
Campos Experimentais de Organismos (Vegetais) Geneticamente Modificados	Tabela	44	35
Fiscalização das distâncias mínimas exigidas para o cultivo de milho GM em relação a outros cultivos	Tabela	45	35
Principais Indicadores	Tabela	46	35
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	47	36
Recursos Financeiros	Tabela	48	36
Resumo Geral da Ação	Tabela	49	36
2.3.2.1 FISCPLANTA2			
Principais Indicadores	Tabela	50	37
Desempenho operacional	Tabela	51	37
Desempenho Operacional por Unidade	Tabela	52	39
Recursos Financeiros	Tabela	53	39
Resumo Geral da Ação	Tabela	54	40
2.3.2.2 FISCANIMAL2			
Principais Indicadores	Tabela	55	40
Desempenho operacional	Tabela	56	40
Desempenho Operacional por Unidade	Tabela	57	41
Recursos Financeiros	Tabela	58	42
Resumo Geral da Ação	Tabela	59	42
Fiscalização de Passageiros no Aeroporto de Guarulhos	Tabela	60	43
Curso / Treinamento	Tabela	61	43
Recursos Humanos Necessários	Tabela	62	44
Controle do Trânsito Internacional de Animais e de Produtos de Origem Animal	Tabela	63	44
Principais Indicadores	Tabela	64	44
2.3.2.3 VIGIFITO			
Interceptação de Pragas na Importação de Material de Propagação Vegetal	Tabela	65	46
Principais Indicadores	Tabela	66	46
Solicitações de importação/exportação de Material de Propagação Vegetal Recebidas	Tabela	67	46
Principais Indicadores	Tabela	68	46
Supervisão de quarentena de Material de Pesquisa Científica	Tabela	69	47
Principais Indicadores	Tabela	70	47
Principais recursos humanos	Tabela	71	47
Recursos Financeiros	Tabela	72	48
Resumo Geral da Ação	Tabela	73	48
2.3.2.4 ERRADMOSCA			
Monitoramento da Mosca da Carambola	Tabela	74	49
Principais Indicadores	Tabela	75	49
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	76	49

Recursos Financeiros	Tabela	77	49
Resumo Geral da Ação	Tabela	78	50
2.3.2.5 PCEVEGETAL			
Prevenção e controle da Sigatoka Negra (<i>Mycosphaerella fijiensis</i>)	Tabela	79	50
Principais Indicadores	Tabela	80	51
Monitoramento da Anastrepha Grandis em Cucurbitáceas para Exportação	Tabela	81	51
Principais Indicadores	Tabela	82	52
Exportação de Citros para CE	Tabela	83	52
Principais Indicadores	Tabela	84	53
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	85	53
Recursos Financeiros	Tabela	86	53
Resumo Geral da Ação	Tabela	87	53
2.3.2.6 VIGIZOO			
Ações Realizadas	Tabela	88	53
Médicos Veterinários treinados e habilitados a emitir GTA e CIS-E	Tabela	89	54
Atividades Desenvolvidas	Tabela	90	55
Principais Indicadores	Tabela	91	55
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	92	55
Resumo Geral da Ação	Tabela	93	55
2.3.2.7 FEBREAFTOSA			
Atividades Relacionadas ao Trânsito de Biungulados para Recria ou Engorda entre Áreas de Diferentes Classificações de Risco	Tabela	94	56
Vacinação em Propriedades	Tabela	95	56
Principais Indicadores	Tabela	96	57
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	97	57
Recursos Financeiros	Tabela	98	57
Resumo Geral da Ação	Tabela	99	58
2.3.2.8 PCEANIMAL			
Cursos Ministrados	Tabela	100	60
Principais Indicadores	Tabela	101	60
Avaliação quanto às Atividades Profiláticas em Raiva	Tabela	102	60
N de Focos de Raiva nos Herbívoros ocorridos no Estado	Gráfico	1	61
Total de Amostras Coletadas de Herbívoros com Sintomas Neurológicos e n de diagnósticos positivos para a Raiva	Gráfico	2	61
Numero de Amostras Encaminhadas para o Exame Histopatológico ou Imunoistoquímica	Gráfico	3	62
Fiscalizações e amostragens realizadas	Tabela	103	63
Principais Indicadores	Tabela	104	63
Controle de Laboratórios de Diagnóstico de AIE	Tabela	105	65
Exames Sorológicos	Tabela	106	65
Situação da Anemia Infecciosa Equina no Estado de São Paulo 2005 A 2010	Tabela	107	65
Estabelecimentos Fiscalizados e Amostrados para Certificação de Livres e/ou Controlados para Salmonela e Mycoplasmas	Tabela	108	66
Certificações em Estabelecimentos	Tabela	109	67
Autorização de Importação	Tabela	110	68
Principais Indicadores	Tabela	111	68
Atividades Desenvolvidas	Tabela	112	68

Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas – Nº de Matrizes	Tabela	113	69
Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas – Nº de Cachaços	Tabela	114	69
Ações do Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS)	Tabela	115	69
Amostras Coletadas por Enfermidades em Granjas de Reprodutores Suídeos Certificadas	Tabela	116	70
Principais Indicadores	Tabela	117	70
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	118	70
Recursos Financeiros	Tabela	119	70
Resumo Geral da Ação	Tabela	120	71
Quarentenas na EQC em 2011	Tabela	121	72
Cursos e outros eventos	Tabela	122	72
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	123	72
2.3.3.1 FISCINAN			
Registro de Novos Estabelecimentos	Tabela	124	74
Registro de Produto	Tabela	125	74
Atividades	Tabela	126	75
Atividades Laboratoriais	Tabela	127	76
Principais Indicadores	Tabela	128	76
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	129	79
Recursos Financeiros	Tabela	130	79
Resumo Geral da Ação	Tabela	131	80
2.3.3.2 FISCGENE			
Atividades	Tabela	132	80
Principais Indicadores	Tabela	133	81
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	134	82
Recursos Financeiros	Tabela	135	82
Resumo Geral da Ação	Tabela	136	82
2.3.3.3 FISPROVET			
Fiscalização de Estabelecimentos de Produtos de Uso Veterinário	Tabela	137	82
Atividades Desenvolvidas pela Área de Produtos Veterinários	Tabela	138	82
Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário	Tabela	139	83
Produtos Reprovados em Análise Fiscal	Tabela	140	83
Infrações e Penalidades Aplicadas aos Estabelecimentos	Tabela	141	84
Principais Indicadores	Tabela	142	84
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	143	85
Recursos Financeiros	Tabela	144	85
Resumo Geral da Ação	Tabela	145	85
2.3.3.4 FISFECOI			
Resultados da ação	Tabela	146	86
Estabelecimentos Produtores, Importadores e Comerciais Registrados	Tabela	147	87
Atividades de Fiscalização Desenvolvidas - Estabelecimento	Tabela	148	87
Atividades de Fiscalização Desenvolvidas - Produtos	Tabela	149	88
Amostras Coletadas de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	Tabela	150	88
Quantidade Amostrada de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	Tabela	151	89
Autos de Infração, Termos de Advertência, Multas e Cobranças Executivas	Tabela	152	89
Principais Indicadores	Tabela	153	90

Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	154	91
Recursos Financeiros	Tabela	155	91
Resumo Geral da Ação	Tabela	156	91
2.3.3.5 FISCALSEM			
Número de Inscrições e de Credenciamentos no RENASEM	Tabela	157	92
Inscrições e Homologações de Campos de Sementes	Tabela	158	92
Produção de Sementes	Tabela	159	93
Produção de Sementes Certificadas	Tabela	160	93
Fiscalização de entidades produtoras, beneficiadoras, reembaladoras, armazenadoras e laboratório de análises de sementes	Tabela	161	94
Importação de Material de Propagação Vegetal	Tabela	162	94
Exportação de Material de Propagação Vegetal	Tabela	163	95
Fiscalização Exportação e Importação	Tabela	164	95
Principais Indicadores	Tabela	165	95
Principais recursos humanos envolvidos	Tabela	166	96
Recursos Financeiros	Tabela	167	96
Resumo Geral da Ação	Tabela	168	96
2.3.3.6 FISAGROTOX			
Empresas de Agrotóxicos	Tabela	169	97
Principais Indicadores	Tabela	170	98
Atividades Estações Experimentais	Tabela	171	99
Principais Indicadores	Tabela	172	99
Autos de Infração, Notificações de Advertência, Multas Recolhidas, Cobranças Executivas e Autos de Infração Insubistentes	Tabela	173	100
Principais Recursos Humanos Envolvidos	Tabela	174	100
Recursos Financeiros	Tabela	175	100
Resumo Geral da Ação	Tabela	176	100
2.3.3.7 FISCAGRIC			
Atividades Aero-agrícolas Desenvolvidas por Cultura (em ha)	Tabela	177	101
Detalhamento das Atividades de Aviação Agrícola	Tabela	178	101
Fiscalização de Estabelecimentos	Tabela	179	101
Principais Indicadores	Tabela	180	102
Principais Recursos Humanos Envolvidos	Tabela	181	102
Recursos Financeiros	Tabela	182	102
Resumo Geral da Ação	Tabela	183	102
2.3.4.1. RASTREAB			
Estabelecimentos	Tabela	184	103
Atividades Realizadas	Tabela	185	104
Lista Traces	Gráfico	4	105
Auditorias em ERAS-Evolução dos Resultados	Gráfico	5	105
Auditorias em ERAS-Tipo de Auditoria	Gráfico	6	106
Principais Indicadores	Tabela	186	106
Principais Recursos Humanos Envolvidos	Tabela	187	107
Recursos Financeiros	Tabela	188	107
Resumo Geral da Ação	Tabela	189	107
2.3.4.2 CETORGAN1			
Principais Produtos e Ações Desenvolvidas	Tabela	190	108

Atividades	Tabela	191	109
Principais Recursos Humanos	Tabela	192	109
2.3.5.1 GAPSUCRO1			
Fiscalização do Plano de Assistência Social – PAS	Tabela	193	110
Principais Recursos Humanos	Tabela	194	110
Recursos Financeiros	Tabela	195	110
2.3.6.1 DESENGORG			
Principais Produtos e Ações Desenvolvidas	Tabela	196	111
Eventos – Produção Orgânica	Tabela	197	112
Principais Recursos Humanos	Tabela	198	112
Recursos Financeiros	Tabela	199	112
2.3.7 PRODESA			
Planos de Trabalhos (PT) Analisados e Aprovados pela SFA-SP	Tabela	200	113
Fiscalização dos Contratos de Repasse	Tabela	201	113
Principais Recursos Humanos	Tabela	202	113
Recursos Financeiros	Tabela	203	113
Quadro A.2.2. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	Tabela	204	113
2.3.8.1 Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas-MANUTSFAs			
Serie Histórica Recursos Financeiros Manutsfas	Tabela	205	115
Resumo Geral da Ação	Tabela	206	116
Recursos Financeiros	Tabela	207	116
Principais Despesas	Tabela	208	116
Principais Produtos	Tabela	209	116
Principais Indicadores	Tabela	210	117
Serie Histórica da Distribuição dos Servidores	Tabela	211	118
Evolução do Quadro de Funcionários	Tabela	212	118
Estatística dos Servidores da DAD/SFA Por Faixa de Idade X Tempo de Serviço	Tabela	213	119
Estatística dos Servidores da SFA Por Faixa de Idade X Tempo de Serviço	Tabela	214	119
ITEM 3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO			
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	Tabela	215	120
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	Tabela	216	121
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	Tabela	217	122
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	Tabela	218	122
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	Tabela	219	122
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	Tabela	220	123
ITEM 5. RECURSOS HUMANOS			
Quadro A.5.1 - Força de Trabalho da SFA-SP	Tabela	221	123
Quadro A.5.2 - Situações que reduzem a Força de Trabalho	Tabela	222	123
Quadro A.5.3 - Cargos em Comissão e Funções Gratificadas	Tabela	223	124
Quadro A.5.4 - Quantidade de Servidores por Faixa Etária	Tabela	224	125
Quadro A.5.5 - Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade	Tabela	225	125

de			
Quadro A.5.6 - Servidores Inativos	Tabela	226	125
Quadro A.5.7 - Quadro de Instituidores de Pensão	Tabela	227	126
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	Tabela	228	126
Quadro A.5.9 - Demonstração dos Custos de Pessoal da SFA/SP	Tabela	229	127
Quadro de Custos de Recursos Humanos - Resumo	Tabela	230	128
Quadro A.5.9.A - Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos	Tabela	231	128
Quadro A.5.10 - Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional	Tabela	232	128
Quadro A.5.11 - Autorização para Realização de Concurso Público ou Provimento Adicional para substituição de Terceirizados	Tabela	233	128
Quadro A.5.12 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza Higiene e Vigilância Ostensiva	Tabela	234	128
Quadro A.5.13 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	Tabela	235	129
ITEM 6. TRANSFERENCIAS			
Quadro A.6.1 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências no Exercício	Tabela	236	129
Quadro A.6.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	Tabela	237	129
Quadro A.6.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes	Tabela	238	130
Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse	Tabela	239	130
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	Tabela	240	131
ITEM 7 - Quadro A.7.1 –Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	Tabela	241	132
ITEM 8 - Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	Tabela	242	132
ITEM 9 - Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ	Tabela	243	133
ITEM 10 - Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	Tabela	244	134
ITEM 11 – BENS IMÓVEIS			
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	Tabela	245	135
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	Tabela	246	136
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da SFA/SP	Tabela	247	136
ITEM 12 - Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ	Tabela	248	137
ITEM 13 - Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo	Tabela	249	138
ITEM 15 - Quadro A.15.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	Tabela	250	138
Quadro B.1.2 - Declaração do Contador com Ressalva	Tabela	251	143